

Versão 2.1

Mar/2026

ESTUDO PRELIMINAR Parque Distrital das Araras



Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos

Hídricos - Brasília Ambiental

Superintendência de Unidades de Conservação,

Biodiversidade e Água - Sucon

Diretoria de Planejamento e Criação de

Unidades de Conservação - Dipuc

Governo do Distrito Federal

GDF

Ibaneis Rocha - Governador

Celina Leão - Vice-Governadora

Secretaria de Meio Ambiente

SEMA

Antônio Gutemberg Gomes de Souza

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

BRASÍLIA AMBIENTAL

Rôney Nemer

Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água

SUCON

Marcos João da Cunha - Biólogo, MsC

Diretoria de Planejamento e Criação de Unidades de Conservação

DIPUC

Carolina Lepsch Kenupp Amario - Eng. Florestal, MsC

Equipe Técnica DIPUC

Ana Paula de Moraes Lira Gouvêa - Eng. Florestal, MsC

Daniella Castanheira - Hidrogeóloga, PhD

Edna Vieira da Rocha - Auxiliar Administrativa

Kelly Michele dos Santos Souza - Estagiária em Geografia

Marianne Silva Oliveira – Bióloga, MsC

Pedro Braga Netto - Arquiteto e Urbanista, MsC

Renato Prado dos Santos - Eng. Ambiental, MsC

Sumário

Lista de Siglas	5
Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas	9
INTRODUÇÃO AO ESTUDO	10
1. PARQUE DISTRITAL DAS ARARAS	12
Histórico de Criação do Parque Distrital das Araras	12
Caracterização da Área do Parque Distrital Das Araras	19
A categoria Parque Distrital	19
Criação da FNB	22
Objetivos da FNB	23
Localização e Contexto de Conservação da FNB	23
Acesso à FNB	24
2. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	26
Meio Físico	26
Bacia Hidrográfica do rio Descoberto	26
Sítios Arqueológicos Próximos	26
Clima	26
Temperaturas mínima e máxima	27
Umidade Relativa do Ar	28
Direção do vento	28
Geologia	29
Geomorfologia e Relevo	30
Solos	34
Hidrologia	35
Caracterização de algumas das sub-bacias de importância regional	36
Hidrogeologia	37
Meio Biótico	39
Flora (vegetação)	39
Fauna	46
Interação fauna e flora	53
Meio Antrópico e Socioeconômico	54
3. BASES PARA A CONSULTA PÚBLICA	82
Declaração de Significância da Área do Parque Distrital Das Araras	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

Lista de Siglas

Adasa	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
AIG	<i>Association Internationale des Géomorphologues</i>
ALAP	Área sob Limitação Administrativa Provisória
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APA	Área de Proteção Ambiental
APG	<i>Angiosperm Phylogeny Group</i>
APM	Área de Proteção de Manancial
Asbio	Assessoria de Biodiversidade e Proteção Ambiental
ASF	Abelha sem ferrão
Atcon	Assessoria Técnica de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR	Brasil
C	Celsius
Caesb	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Ceasa	Central de Abastecimento do Distrito Federal
CEB	Companhia Energética de Brasília
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
Codhab	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
COL	Composto Orgânico do Lixo
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CXbd	Cambissolo Háplico Tb Distrófico
DAP	Diretoria de Áreas Protegidas
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DF	Distrito Federal
DILAM	Diretoria de Licenciamento Ambiental
DIPUC	Diretoria de Planejamento e Criação de Unidades de Conservação
E	Leste
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPCT	Estrada Parque Contorno
EPVT	Estudo Prévio de Viabilidade Técnica
ETA	Estação de Tratamento de Águas
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FID/DF	Federação dos Inquilinos do Distrito Federal
Flona	Floresta Nacional
FNB	Floresta Nacional de Brasília
FNB-1	Área 1 da Floresta Nacional de Brasília
FNB-2	Área 2 da Floresta Nacional de Brasília
FNB-3	Área 3 da Floresta Nacional de Brasília
FNB-4	Área 4 da Floresta Nacional de Brasília
FXd	Plintossolo Háplico distrófico
GDF	Governo do Distrito Federal
Geref	Gerência de Regularização Fundiária
GMd	Gleissolo Melânico Tb Distrófico
GO	Goiás
GXd	Gleissolo Háplico Tb Distrófico
Ha	Hectares
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
km²	Quilômetro quadrado
LVAd	Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico
LVd	Latossolo Vermelho Distrófico
m	Metro
m/s	Metro por segundo
m²	Metro quadrado
m³/s	Metros cúbicos por segundo
mm	Milímetro
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima
MNPpa	Unidade Ardósea
MNPpq3	Unidade Quartzito Médio
MNPpr3	Unidade Metarritimito Arenoso
MNPpr4	Unidade Metarritimito Argiloso
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NCA	NCA - Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente Ltda.
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
OT	Oficina Técnica
P1	Latossolos
P3	Plintossolos e Nitossolos
P4	Cambissolos e Gleissolos
Parna	Parque Nacional
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PGIRH	Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal
Picag	Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão
PL	Projeto de Lei
PM	Plano de Manejo
PNB	Parque Nacional de Brasília
PPCIF	Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
Prevfogo	Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama
Prodema	Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural
Proflora	(Projeto de) Florestamento e Reflorestamento
RA	Região Administrativa
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
S	Sul
S.I.	<i>sine loco</i> (sem local)
s/nº	Sem número
SDUC	Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza
Seagri	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
Secex	Secretaria Executiva
Seduh	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Sema	Secretaria de Meio Ambiente
Seplan	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Seuc	Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza
SGM	Superintendência de Geologia e Mineração

Sigef	Sistema de Gestão Fundiária
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SM	Salário Mínimo
SMUC	Sistema Municipal de Unidades de Conservação da Natureza
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
SUCON	Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água
SULAM	Superintendência de Licenciamento Ambiental
Supar	Subsecretaria de Análise de Parcelamentos Urbanos
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
Terracap	Companhia Imobiliária de Brasília / Agência de desenvolvimento do Distrito Federal
UC	Unidade de Conservação
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
WGS	<i>World Geodetic System</i>
ZC	Zona de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

Lista de Figuras

Figura 1: localização dos empreendimentos de 19 e 72 ha	12
Figura 2: redestinação da área 3 da FNB	13
Figura 3: proposta de Florestal Distrital (cinza) e áreas ocupadas e protegidas adjacentes	14
Figura 4: poligonal proposta para o Parque Distrital das Araras em novembro de 2024	16
Figura 5: registros das vistorias de campo realizadas em 25/07/2025, 15/08/2025 e 29/09/2025	17
Figura 6: poligonal proposta para o Parque Distrital das Araras em abril de 2026	18
Figura 7: mapa de Unidades de Conservação do Distrito Federal	24
Figura 8: mapa de acessos a FNB	24
Figura 9: média anual de precipitação nas quatro áreas da FNB	27
Figura 10: temperaturas máximas, médias e mínimas mensais da série histórica	27
Figura 11: média mensal da umidade relativa do ar da série histórica	28
Figura 12: umidade relativa horária	28
Figura 13: média mensal da umidade relativa do ar da série histórica	28
Figura 14: direção do vento mensal característica	28
Figura 15: média mensal da velocidade do vento da série histórica	29
Figura 16: mapa geológico da área 3 da FNB	30
Figura 17: mapa hipsométrico da FNB, construído a partir do SRTM (Topodata)	31
Figura 18: perfil Topográfico N-S da Área 3 da FNB, construído a partir do SRTM (Topodata)	32
Figura 19: mapa de declividade da FNB em graus	32
Figura 20: histograma da variação de declividade da Área 3 da FNB, extraído do mapa declividade da figura (mesma tabela de cores)	32
Figura 21: mapa de Formas de relevo da FNB. Combinação das curvaturas horizontal e vertical para caracterização das formas de terreno	33
Figura 22: histograma da variação da forma de relevo da área 3, extraído do mapa de forma de relevo da FNB	33
Figura 23: mapa da compartimentação geomorfológica proposta para a FNB	33
Figura 24: mapa de solos da área 3 da FNB	34
Figura 25: área de abrangência de cada classe de solo da FNB	35
Figura 26: mapa de Hidrografia da área 3 da FNB	36

Figura 27: vazão média mensal com base nos dados medidos diariamente do rio Descoberto	37
Figura 28: vazão média mensal com base nos dados medidos diariamente do córrego Chapadinha	37
Figura 29: mapa hidrogeológico na área 3 da FNB	38
Figura 30: mapa de Vegetação da área 3 da FNB	44
Figura 31: 158: <i>Frieseomelitta varia</i> (A, B); 159: <i>Paratrigona lineata</i> (A, B); 160: <i>Partamona cupira</i> (A, B) e 161: <i>Partamona nhambiquara</i> (A, B)	48
Figura 32: 162: <i>Scaptotrigona postica</i> (A, B); 163: <i>Trigona hyalinata</i> (A, B) e 164: <i>Trigona spinipes</i> (A, B)	48
Figura 33: A: ambiente de mata de galeria, vereda e ambiente higrófilo; B: girinos de <i>Elachistocleis cesarii</i> registrados em ambiente higrófilo	49
Figura 34: A: espécime de <i>Physalaemus cuvieri</i> ; e B: espécime de <i>Elchistocleis cesarii</i>	49
Figura 35: Papa-moscas-do-campo (<i>Culicivora caudacuta</i>), espécie ameaçada de extinção registrada pelo método MacKinnon na FNB	50
Figura 36: Chorozinho-de-bico-comprido (<i>Herpsilochmus longirostris</i>), registrado na Mata de Galeria	51
Figura 37: Arara-Canindé (<i>Ara ararauna</i>), <i>Psittacidae</i> que nomeia a UC a ser criada, registrada na Mata de Galeria do rio Descoberto	51
Figura 38: situação fundiária da Área 3 da FNB	57
Figura 39: exemplo de instalação de luz irregular na entrada de uma propriedade entrevistada.	60
Figura 40: destinação de esgoto nas propriedades entrevistadas na área 3	61
Figura 41: destinação do lixo nas propriedades entrevistadas na Área 3	61
Figura 42: atividades que geram renda nas propriedades entrevistadas na Área 3	62
Figura 43: (A) estrutura preparada para o plantio de chuchu; (B, C) produção de hortaliças em propriedades localizadas no córrego Cortado; e (D) criação de gado para corte e leite	62
Figura 44: propriedades destinadas ao desenvolvimento de atividades turísticas e retiros religiosos	63
Figura 45: agricultura de subsistência realizada nas propriedades entrevistadas na Área 3	63
Figura 46: criação de animais de subsistência nas propriedades entrevistadas na área 3	64
Figura 47: presença de gado solto na área 3 (A) e criação de suínos cruzado com javali (B)	64
Figura 48: sistema de irrigação utilizado em propriedade produtora de hortaliças	65
Figura 49: áreas críticas nas Áreas 3 e 4 da FNB para o combate e prevenção de incêndios florestais	67
Figura 50: uso do solo na área 3 da FNB	68
Figura 51: localização das propriedades entrevistadas na área 3	70
Figura 52: relação do entrevistado com a propriedade na área 3	71
Figura 53: tempo de residência dos entrevistados nas propriedades na área 3	71
Figura 54: fonte de renda familiar dos entrevistados na área 3	72
Figura 55: tamanho das propriedades entrevistadas na área 3	73
Figura 56: situação do parcelamento de solo das propriedades entrevistadas na área 3	73
Figura 57: documentação referente a titularidade das propriedades entrevistadas na área 3	73
Figura 58: exemplos dos tipos e tamanhos de construções utilizadas para moradia identificadas na área 3	74
Figura 59: mais exemplos dos tipos e tamanhos de construções utilizadas para moradia identificadas na área 3	75
Figura 60: sistema de abastecimento de águas das propriedades entrevistadas na Área 3	75

Figura 61: propriedade abastecida por poço/cisterna e rio (nascente), referindo-se ao lago do Descoberto, localizado nos fundos da propriedade _____	75
Figura 62: Inserção da área em análise em relação ao Macrozoneamento do PLC nº 75/2025: Macrozona de Proteção Ambiental _____	76
Figura 63: Área do PARDIS das Araras considerando as estratégias de resiliência territorial da PLC 78/2025 e LC Nº 1.065/2026 - PDOT. _____	78

Lista de Tabelas

Tabela 1: potenciais tipos de uso permitidos nas Unidades de Conservação previstas no SNUC _____	22
Tabela 2: estações pluviométricas e área influente na FNB _____	27
Tabela 3: espécimes da flora nativa do cerrado encontrados na área do Parque Distrital das Araras _____	40
Tabela 4: unidades amostrais de vegetação nativa nas quatro áreas da FNB _____	43
Tabela 5: lista de espécies de abelhas da subtribo Meliponina coletadas na FNB durante o período de 11 a 15 de novembro de 2012. Nº = número de indivíduos coletados, A1 = Área 1, A3 = Área 3, A4 = Área 4, A = ninhos aéreos, C = ninhos em cavidades pré-existentes, S = ninhos no solo, T = ninhos em termiteiros epígeos ou seja, sobre a terra _____	47
Tabela 6: espécies endêmicas e de interesse conservacionista na FNB, segundo IUCN (2012). Status: Vulnerável: VU; Quase ameaçada: NT. Ambiente: Campo Limpo: CL; Cerrado: CE; Mata de Galeria: MG; Eucalipto: EU _____	50
Tabela 7: lista das espécies dos peixes coletados nos córregos das sub-bacias do Bananal e Santa Maria/Torto, DF _____	52
Tabela 8: listagem das ameaças, níveis de pressão e estágio de conservação dos principais habitats identificados na FNB, segundo temas _____	54
Tabela 9: estimativa do número de moradores = nº de domicílios inseridos na FNB (ortofoto) X média de moradores por domicílio (base diagnóstico primário) _____	69

INTRODUÇÃO AO ESTUDO

Conforme consta no Processo SEI nº 00391-00006802/2025-05, que cuida da “*Proposta de expansão urbana de Brazlândia e criação de Unidade de Conservação na área desafetada da Floresta Nacional de Brasília*”, a área 3 da Floresta Nacional de Brasília, Unidade de Conservação (UC) sob os cuidados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, é objeto de criação de uma nova área protegida na categoria de Parque Distrital, mais vocacionado à realidade e conservação do local, a ser gestado pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IBRAM/DF.

Considerando isso, o presente texto se refere à segunda versão do Estudo Preliminar previsto na legislação federal (§ 2º do Art. 22 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC) e distrital (§ 1º do Art. 21 do Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza - SDUC (CLDF, 2010)), de modo a atender à legislação, assim como demonstrar no Processo Administrativo SEI citado e aos interessados no tema, a localização, dimensão e limites mais adequados para a UC em questão, além de sistematizar informações primárias e secundárias sobre a área em estudo. Assim, tal Estudo é elemento de cumprimento da legislação pátria, ao tempo em que atende também como elemento técnico a ser apresentado na ocasião da Consulta Pública de criação do Parque Distrital das Araras.

A primeira versão foi realizada no início de novembro de 2025 pelo corpo técnico da Diretoria de Planejamento e Criação de Unidades de Conservação deste IBRAM (DIPUC/IBRAM), sendo apresentada em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2025 às representações de diversos órgãos distritais e federais. Após essa reunião e o envio do Ofício Circular 38 da Presidência do Brasília Ambiental (187471189) aos demais entes do Governo do Distrito Federal (GDF) presentes na reunião, a DIPUC recepcionou diversas contribuições altamente pertinentes em relação à primeira versão do presente Estudo. As instituições que enviaram considerações foram as seguintes: Casa Civil (Caci), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Seduh), Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), Administração Regional de Brazlândia (AR-Braz), Secretaria de Meio Ambiente (Sema), Companhia Ambiental de Saneamento (Caesb), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Empresa de Regularização de Terras Rurais (ETR), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Companhia Energética de Brasília (CEB).

A análise das contribuições pelo IBRAM/DF se deu a partir da medida da possibilidade e pertinência técnica e social, assim como dos pressupostos de ordem administrativa e normativa, com destaque à legislação que rege a criação de Unidades de Conservação no Brasil e no Distrito Federal, a saber: Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta incisos do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades (SNUC); Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei 9.985/2000; Lei Complementar 827, de 22 de julho de 2010, que regulamenta incisos do art. 279 e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC) e a Instrução Normativa 650, de 13 de outubro de 2017, que dispõe sobre procedimentos administrativos para a realização de consulta pública para a criação, recategorização, ampliação desafetação de Unidades de Conservação Distritais.

A presente versão do Estudo foi fundamentada preliminarmente em levantamentos primários realizados ao longo do ano de 2025 (*in situ*) pela equipe da (DIPUC/IBRAM), vinculada à Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (SUCON), assim

como em dados secundários (*ex situ*) do diagnóstico (meio físico, biótico e socioeconômico) e prognóstico (zoneamento e normatização) do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília (PM/FNB), elaborado pela Bio Teia Estudos Ambientais Ltda., no ano de 2014, aprovado pelo ICMBio em abril de 2016 (ICMBIO, 2016). Além destas duas fontes, o Estudo também faz referência aos documentos oficiais disponíveis em Processos Administrativos no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, citando-os em seus números de protocolo ou de processo eletrônico entre parênteses, além das contribuições recepcionadas por diversos órgãos do Distrito Federal e Federais.

O presente Estudo está dividido em três partes distintas. Uma primeira trata do histórico de criação e definição da categoria da UC em questão, o Parque Distrital das Araras, assim como o seu perímetro e dimensão, levando em consideração o diagnóstico socioambiental realizado, de modo a garantir a eficácia da conservação e a viabilidade de gestão. A segunda parte trata do Diagnóstico socioambiental da área estudada, dividido em Meio Físico, Biológico, e Antrópico e Socioeconômico. Por fim, um terceiro tópico compila as informações mais relevantes para a realização da Consulta Pública de criação do Parque, etapa obrigatória de recepcionamento de contribuições de interessados, a fim de compatibilizar o novo regime de proteção com os usos, assim como o relacionamento possível com o território protegido.

Como de praxe, este Estudo não pretende ser abrangente e finalístico, de modo a não mais precisar de qualquer análise complementar na área em estudo, por isso mesmo recebe a denominação de Estudo Preliminar. No entanto, ele se mostra suficiente para apoiar e atender aos pressupostos legais, servindo em sua primeira versão de fomento às tratativas governamentais com outros entes públicos distritais e federais, assim como essa segunda versão atenderá do mesmo modo aos entes privados e membros da sociedade local e regional interessados na questão.

Criada a UC, outro Estudo será feito, mais aprofundado, específico e orientado por Oficinas Técnicas e de Oficinas de Planejamento Participativo (OT e OPP), recebendo a denominação de Plano de Manejo, com a função de definir o zoneamento e as normas técnicas que orientam o uso da área, o manejo dos recursos naturais e a implantação de estruturas físicas para a gestão eficiente da nova UC.

1. PARQUE DISTRITAL DAS ARARAS

Histórico de Criação do Parque Distrital das Araras

O início da concepção do Parque Distrital das Araras é um desdobramento prático de uma demanda iniciada pela Federação dos Inquilinos do Distrito Federal - FID/DF (protocolo SEI 68889728), que em **agosto de 2021** solicitou à Seduh a elaboração de um Projeto de Lei do Executivo visando a urbanização do Quinhão 14 e a ampliação das Quadras 12 a 18 em Brazlândia, com a redestinação dessa área rural para urbana no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Tal requerimento coincidiu com a desafetação de áreas específicas da Floresta Nacional de Brasília (referida em todo o texto como FNB ou mesmo Flona), e assim, o corpo técnico dos órgãos ambientais envolvidos com a análise deste requerimento inicial enxergou como necessário salvaguardar as áreas desafetadas da FNB, em específico a sua área 3. A figura 1 abaixo ilustra as duas áreas propostas para urbanização e ampliação em Brazlândia:

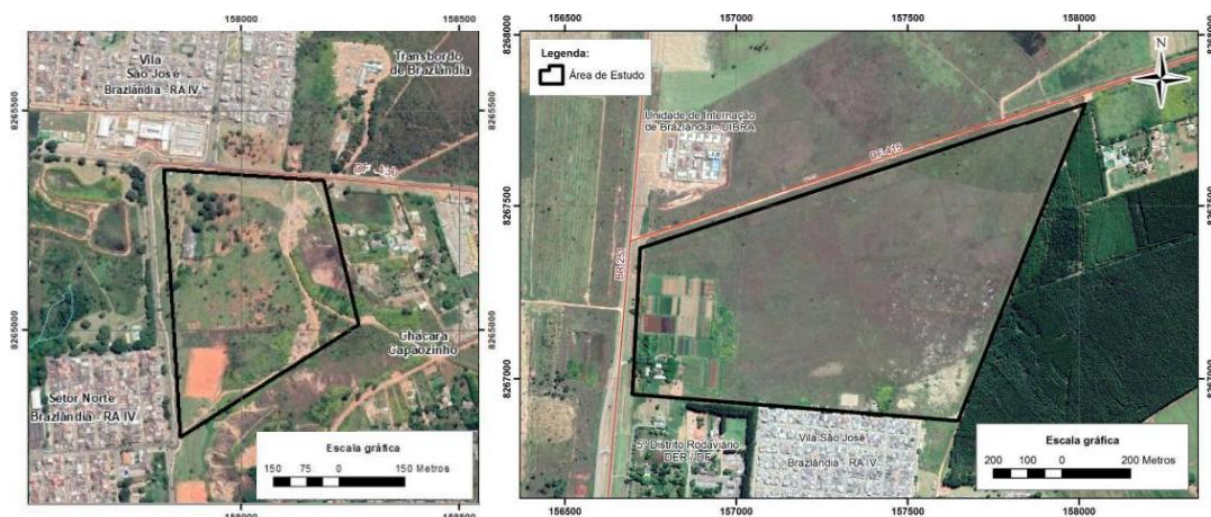


Figura 1: localização dos empreendimentos de 19 e 72 ha

Fonte: adaptado da apresentação do Ofício nº 1266/2022 - Sema

Na ocasião do Requerimento, a FID/DF apresentou dois Estudos Prévios de Viabilidade Técnica (EPVT) em defesa ao seu pleito.

O primeiro EPVT foi elaborado pela Empresa Geológica em **agosto de 2021**, considerando uma porção do território distrital com 19 hectares (figura 1) integralmente inserida em Zona de Uso Rural Controlado 2 da Área de Proteção Ambiental (APA) do lago Descoberto. O Estudo indicou viabilidade para a alteração do zoneamento de Zona Rural de Uso Controlado para Zona Urbana de Uso Controlado II no PDOT. Para tanto se fundamentou nas características físicas da área, como o seu relevo plano a suave, solos com boa drenagem, baixa suscetibilidade à erosão e a ausência de restrições relacionadas à conectividade ambiental, patrimônio cultural ou geológico. Diagnosticou também este EPVT que parte da área de 19 hectares (ha) considerados já foi ocupada irregularmente com perfil urbano, e dada a ocupação informal em curso nessa região, mesmo com ausência de infraestrutura, a implantação de um planejamento urbano regular permitiria mitigar riscos ambientais e ampliar a oferta habitacional e de equipamentos públicos.

O outro EPVT (em 68890429) aplicável em uma área de 72 ha (figura 1), também de autoria da Geológica, foi apresentado em **agosto de 2021**. Conclui ele que a nova área também possui vocação urbana, desde que observada as restrições legais, como o fato de estar situada na Zona Rural de Uso Controlado e parcialmente sobreposta à APM Barroco; além de estar integralmente inserida na APA do lago Descoberto e adjacente à área 3 da Floresta Nacional de Brasília (FNB 3). Em ambas as áreas, a exploração do ambiente deve ocorrer de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

A análise da demanda da FIB e dos dois EPVTs seguiu seu curso analítico em diferentes entes distritais e particulares, como a CODHAB, Seduh, Novacap, Caesb, NeoEnergia, Seagri, DER, Sema e IBRAM. Este último, por meio da Informação Técnica n.º 102/2021 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-II (74995432), de **novembro de 2021**, opinou pelo indeferimento quanto à mudança de uso da área de 72 ha.

Por sua vez, em **agosto de 2022**, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema/DF) encaminhou o Ofício nº 1266/2022 - SEMA/GAB (121123927), ao IBRAM. Nele, informou da futura desafetação da área 3 da FNB e pediu por estudos e providências para criação de **nova área protegida naquela região, na categoria de Floresta Distrital**, cogitando a possibilidade de decretação de “*Área sob Limitação Administrativa Provisória*” (ALAP, vide Art. 22-A do SNUC¹) a fim de inibir o processo de ocupação enquanto não se consolida a nova área protegida. Informou ainda a apresentação da Sema/DF (mapa urbanístico) as seguintes camadas territoriais sobre o território em questão:

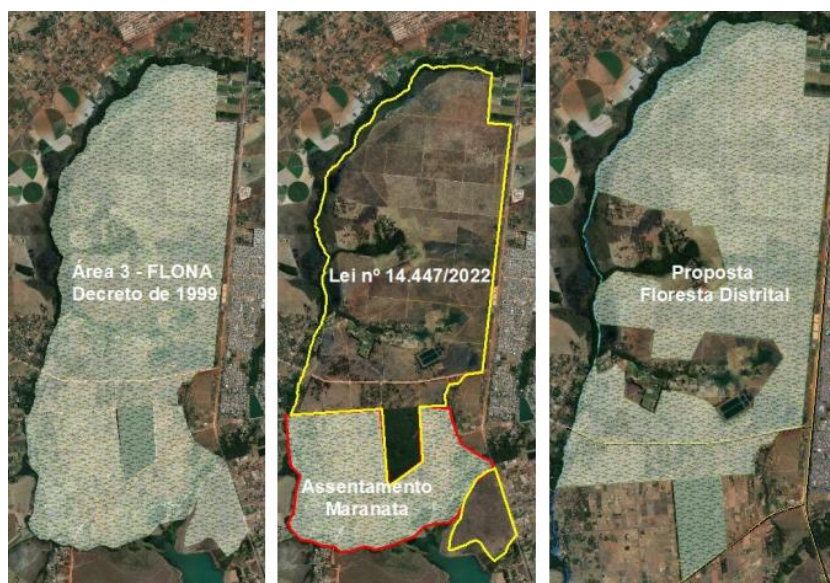


Figura 2: redestinação da área 3 da FNB

Fonte: adaptado da apresentação do Ofício nº 1266/2022 - Sema

¹ Art. 22-A. O Poder Público poderá, ressalvadas as atividades agropecuárias e outras atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, na forma da lei, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas na criação de Unidade de Conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes.

Em outro momento a Sema, no Parecer SEI-GDF n.º 5/2023 - SEMA/GAB/SECEX/ASBIO (121118570), de **agosto de 2023**, manifestou-se também contrária à expansão urbana no Quinhão 14, destacando os riscos inerentes à Bacia do Descoberto, principal fonte hídrica do DF. Ainda, informou a Sema em seu Parecer:

- Que havia então um Projeto de Lei federal (PL) propondo a redução dos limites da Floresta Nacional de Brasília, com o objetivo de regularizar os assentamentos 26 de Setembro e Maranhã. Este PL atualmente se consolidou na Lei nº 14.447, de 9 de setembro de 2022, que ampliou a área 1 da FNB, desafetou as áreas 2 e 3 e ajustou o perímetro da área 4; e
- Outro PL, de nº 4.379/2020, negociado com o ICMBio e a Sema, visava compensar as perdas de território da FNB com a criação de uma nova UC. Nele, a FNB 3 seria apenas reduzida na região do Assentamento Maranhã e o restante da área seriam incorporados à APA do rio Descoberto. Este PL, após sua aprovação pelo Senado, encontra-se desde então em tramitação na Câmara dos Deputados.

Reforça a Sema que a proximidade da área com Brazlândia faz com que ela seja objeto de invasões frequentes, e assim é necessário dar destinação de conservação para essa região, apontando novamente a possibilidade de constituição de uma Floresta Distrital nessa área ou a sua incorporação na APA do rio Descoberto. A fim de materializar a intenção de criação da Floresta Distrital, por meio do Processo SEI 00393-00000804/2022-83, a Sema encaminhou ao IBRAM a demanda de criação de uma nova UC na extinta FNB 3.

Defende ainda a Sema que a constituição de uma Floresta Distrital na área 3 da FNB *“tem a simpatia da Administração Regional e da comunidade de Brazlândia”*, visto que com ela *“é possível implantar na área um plantio de recuperação e produção, cuja madeira seria de interesse da comunidade rural local, para diversas utilidades, inclusive com a adoção de sistemas agroflorestais: cerca, construções, etc.”*, deixando a área *“menos sujeita a invasões”* e *“com a possibilidade de produção de créditos de carbono”*.

Para efeito de ilustração, a figura a seguir demonstra a fração da extinta área 3 da Floresta Nacional de Brasília objeto de conservação em Floresta Distrital, assim como as principais ocupações humanas e de conservação em sua adjacência:

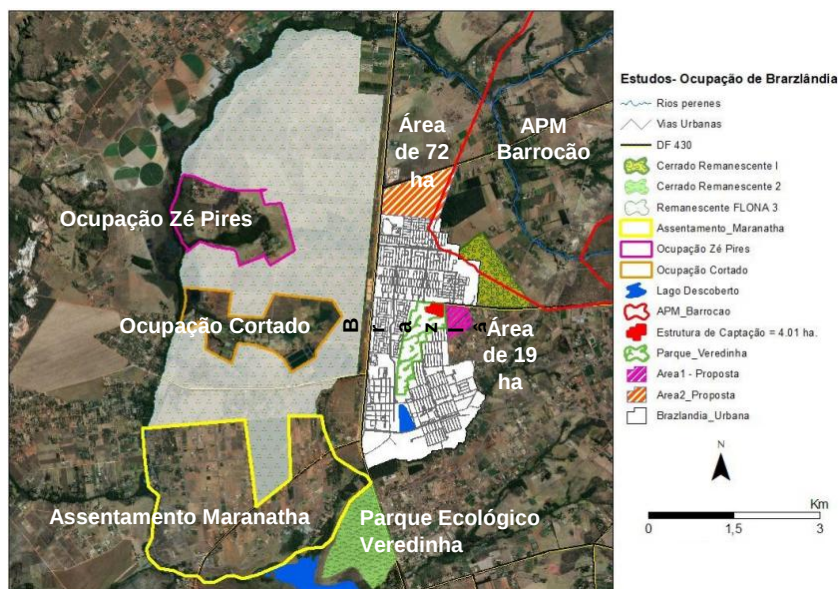


Figura 3: proposta de Floresta Distrital (cinza) e áreas ocupadas e protegidas adjacentes

Fonte: adaptado da apresentação do Ofício nº 1266/2022 - Sema

No IBRAM, o Parecer Técnico n.º 17/2023 - IBRAM/PRESI/SUCON (127176342), de **novembro de 2023**, apontou divergência em relação aos objetivos de criação de uma Floresta Distrital e as proibições postas para a área, apontando incompatibilidade nessa proposição de conservação para a FNB 3. Em substituição a esta categoria tida como equivocada, sugeriu preliminarmente o IBRAM a **criação de um Refúgio de Vida Silvestre (RVS) na área 3** como uma medida compensatória para a expansão da malha urbana em Brazlândia.

Após se posicionarem, IBRAM e Sema encaminharam o Processo ao ICMBio, gestor da APA da Bacia do rio Descoberto e da Floresta Nacional de Brasília, para manifestação formal sobre o pleito da FIB/DF, assim como em relação à gestão da APA e a melhor destinação da extinta área 3 da sua Floresta Nacional. Conforme informado nas contribuições da RA-Braz na primeira versão deste Estudo (190119602), *“o ICMBio foi representado pelo Chefe da APA do Rio Descoberto, que apresentou as considerações do órgão sobre as exigências necessárias para realizar uma mudança pontual no zoneamento, bem como indicou que a categoria de Unidade de Conservação mais indicada seria alguma de domínio público, mesmo que fosse criada em área menor que antiga Flona 3”*.

Em **julho de 2024**, o Ofício n.º 282/2024/GR-3/GABIN/ICMBio não entrou na questão da categorização da UC, mas se posicionou contrário quanto à expansão na zona urbana de Brazlândia-DF, defendendo que a área de 79 ha é destinada às atividades rurais variadas como *“agricultura, pecuária, agroindústria, turismo rural e ecológico, atividades educacionais, culturais e sociais”*, e por isso não permite a destinação e o estabelecimento do uso urbano.

Com o Processo retornado ao IBRAM, o Parecer n.º 9/2024 - IBRAM/PRESI/SUCON/ATCON (em 157291520), de **novembro de 2024**, reforçou a incompatibilidade da criação de uma Floresta Distrital, dado que esta categoria de UC *“não converge, a princípio, com os objetivos do zoneamento da APA e pode deixar desprotegidas áreas importantes para assegurar a proteção dos mananciais formadores do lago resultante do barramento do Rio Descoberto, um dos objetivos da criação da APA do Rio Descoberto”*.

Defende o Parecer 9/2024 que a criação de uma Floresta Distrital sobreposta à área 3 da Floresta Nacional de Brasília seria umas das ações para mitigar possíveis impactos na alteração do zoneamento da APA, argumentação trazida no Parecer 5/2023 da Sema. Também discorda da sugestão de um Refúgio de Vida Silvestre, pois conforme o gestor da APA do rio Descoberto, *“seria mais adequada a criação de uma UC de domínio público”*.

Assim, cita o Parecer n.º 9/2024 que *“o Brasília Ambiental sugere a **criação de um Parque Distrital na área a ser compensada**, conforme a Lei complementar n.º 827, de 22 de Julho de 2010, que instituiu o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC”* (negritos nossos). (Após exposição do conceito de Parque Distrital na legislação distrital, o referido Parecer dispõe a seguinte poligonal para o pretendido Parque, considerando nele parte significativa da extinta área 3 da FNB:

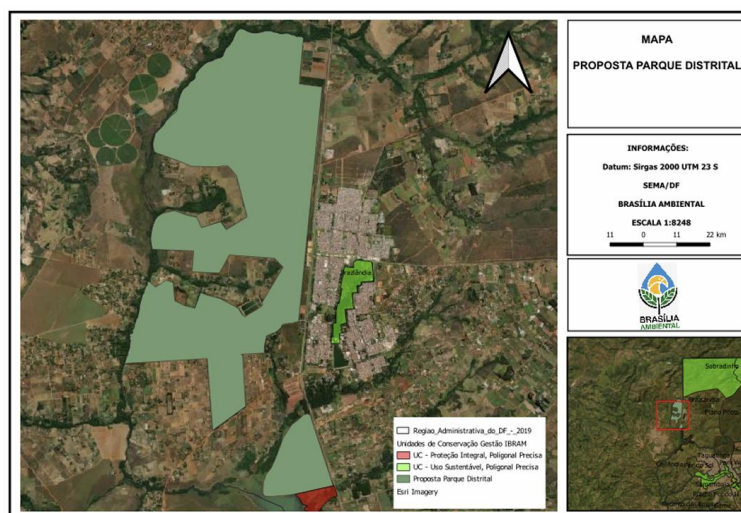


Figura 4: poligonal proposta para o Parque Distrital das Araras em novembro de 2024

Fonte: Parecer Técnico n.º 9/2024 - IBRAM/PRESI/SUCON/ATCON

Salienta o referido Parecer da SUCON/ATCON que o módulo deslocado da área maior da proposta apresenta características de solo hidromórfico e campo de murundus, conectando-se à Reserva Biológica do Descoberto, outra área protegida sob a gestão do Brasília Ambiental; que a região da antiga área 3 que ficaram fora da poligonal proposta apresentam uma concentração significativa de posseiros e chacareiros; por fim, que por conta dessa última razão, *“no processo de criação do Parque Distrital, será estudada a possibilidade de criação uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que concilie a produção agrícola com a preservação ambiental da região”*.

Arremata o Parecer defendendo que sua escolha de Parque Distrital pela convergência da categoria com os objetivos da Zona de Conservação (ZC) da APA do Rio Descoberto, sobretudo as suas diferenças em relação àqueles previstos para a categoria de “floresta distrital”; a compatibilidade da categoria Parque Distrital com a ZC da APA do Rio Descoberto; que por a antiga área 3 da Flona estar sofrendo pressão em seus arredores, diante da possibilidade de ocupação irregular do solo; assim como a possibilidade e interesse do DF em criar nova UC de gestão distrital visando fortalecer a gestão territorial e ambiental na região de Brazlândia. Assim, *“a criação de um Parque Distrital na antiga área 3 da Floresta Nacional de Brasília apresenta-se como uma medida compensatória viável para o cenário da expansão regular da malha urbana em Brazlândia, conforme proposta contida do Ofício Nº 4508/2023 - SEDUH/GAB - Doc. SEI/GDF 123761092”*.

No trâmite interno do Processo 00392-00008575/2021-92, a Nota Informativa n.º 23/2024 - IBRAM/PRESI/SUCON/DIPUC (157866924), de **dezembro de 2024**, informou à SUCON que a DIPUC *“iniciará as atividades para avaliação da proposta de criação de uma unidade de conservação na Região Administrativa de Brazlândia, após manifestação conclusiva do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade”*.

Ao longo do **ano de 2025** a DIPUC, juntamente com outras unidades orgânicas deste IBRAM, promoveu reuniões e trabalhos *in situ* e *ex situ* focado no levantamento e consolidação dos dados, consolidação da definição de categoria da UC e elaboração de limites mais adequados para a futura área protegida. A seguir se ilustra momentos dos levantamentos de campo realizados ao longo dos meses de **julho, agosto e setembro de 2025**:



Figura 5: registros das vistorias de campo realizadas em 25/07/2025, 15/08/2025 e 29/09/2025

Fotos: Maurício Mercadante, Pedro Braga e Renato Prado

A primeira versão deste Estudo, do início de **novembro de 2025**, apresentou duas áreas distintas que juntas somam aproximados 1.854,44 ha e perímetro de 38,57 km lineares. Esta primeira proposição foi alterada pelo esforço conjunto de mais de uma dezena de órgãos distritais e federais, culminando na proposta dividida em três módulos distintos com cerca de 1.686,08 ha e perímetro de 42,95 km lineares.

Consta na Informação Técnica n.º 4/2026 - IBRAM/PRESI/SUCON/DIPUC (193761316), de **fevereiro de 2026**, quais foram as contribuições recepcionadas pelos entes institucionais distritais e federais, seguido da análise de cada uma delas e quais foram as alterações promovidas na proposição primeira. Também informa este documento quais foram os pressupostos técnicos e legais norteadores da análise do IBRAM, assim como deu

orientação aos superiores para a continuidade da criação do Parque Distrital das Araras na ocasião da Consulta Pública, no fito de evitar questionamentos de qualquer natureza jurídica.

Conforme a figura abaixo, a proposição com 1.694,35 ha é a defendida institucionalmente neste Estudo, a ser apresentada em Consulta Pública convocada em **março de 2026** com execução da sua oitiva presencial em **abril de 2026**:

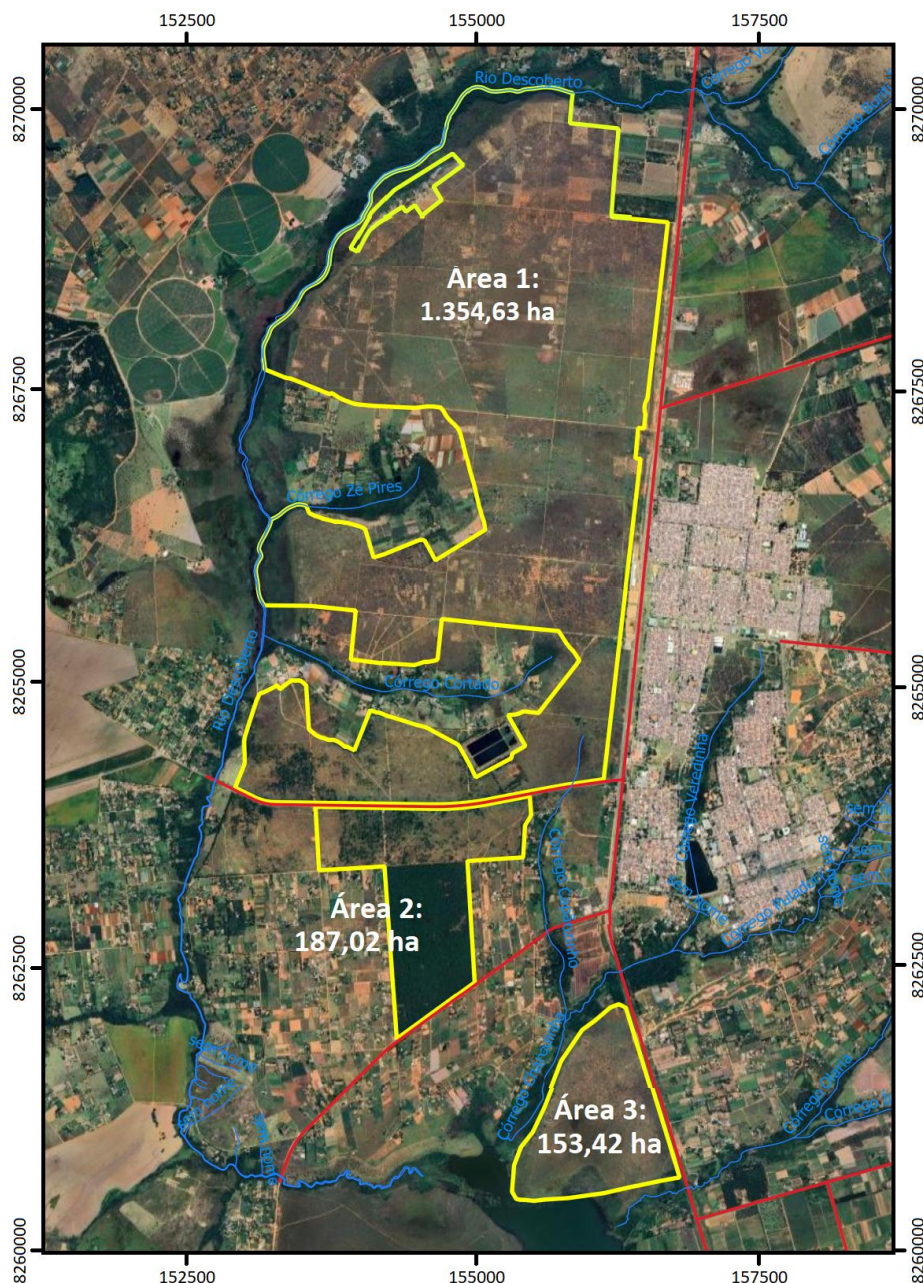


Figura 6: poligonal proposta para o Parque Distrital das Araras em abril de 2026

Apresentado o histórico até o presente momento, o presente Estudo Preliminar é fruto das atividades para avaliação da proposta de criação de uma unidade de conservação na Região Administrativa de Brazlândia pela DIPUC, sendo ele o cumprimento da legislação que versa sobre os ritos de criação de uma nova área protegida no Distrito Federal, assim como apoio aos técnicos e interessados sobre o tema.

Por fim, é importante frisar que **até o presente momento**, o requerimento da inicial (urbanização do Quinhão 14 e a ampliação das Quadras 12 a 18 em Brazlândia) não teve tanto sucesso quanto ao seu desdobramento de proposição de proteção efetiva na área 3 da FNB, visto que há diversos posicionamentos oficiais contrários ao pleito da FIB/DF, como os vistos neste Estudo. Não obstante, é importante dizer que a criação do Parque Distrital das Araras não está necessariamente vinculada ao sucesso dessa demanda. Como a proteção ambiental é poder/dever da Administração Pública, mesmo que haja o perdimento das motivações iniciais que a provocaram, o Processo de conservação pode e deve continuar seu curso sempre que há pertinência de conservação e/ou proteção da área estudada, o que é o caso. Assim, a DIPUC age de ofício², à semelhança de uma ação pública incondicionada³, embora não seja, técnica e juridicamente falando, a ação em curso.

Caracterização da Área do Parque Distrital Das Araras

Dado que, como verificado anteriormente, a área prevista para constituição do Parque Distrital das Araras corresponde em grande parte à área 3 da Floresta Nacional de Brasília, a caracterização dessa área atende perfeitamente como sendo a do Parque. Assim, explicitado o histórico de concepção do Parque Distrital das Araras, é importante que se entenda agora o contexto de criação da Floresta Nacional de Brasília, com o devido destaque em sua área 3. Para tanto, a seguir se verifica o diagnóstico e o prognóstico da FNB, principalmente o de sua área 3, associado aos levantamentos de campo realizados, que em conjunto atendem adequadamente como sendo um diagnóstico preliminar para a área afeita à proposição de criação do Parque Distrital das Araras.

A categoria Parque Distrital

O SNUC incentivou e serviu de inspiração para um grande conjunto de leis estaduais e municipais⁴ de promulgação desses Sistemas. Partindo da redação do documento de abrangência nacional, a maioria dos Estados e muitos Municípios estabeleceram os seus próprios sistemas de unidades de conservação. O nosso Sistema Distrital de Unidades de Conservação, o SDUC, é um claro exemplo disso, tendo parágrafos inteiros idênticos ao do sistema nacional, se valendo inclusive da mesma sua estratégia de divisão da gestão e manejo em dois grupos separados: o grupo das unidades de proteção integral, contendo cinco categorias de manejo, e o grupo das unidades de uso sustentável, que contempla sete categorias de manejo. Assim e com um acréscimo e três exclusões⁵ de categorias em relação ao SNUC, a fim de contemplar os aspectos regionais do DF, na Lei Complementar nº 827/2010 (SDUC) as categorias de manejo de áreas protegidas estão assim distribuídas nos dois grupos na capital do país (negritos nossos):

² Realizar uma ação por iniciativa própria, sem a necessidade de um pedido ou provocação de terceiros.

³ Ação incondicionada se refere à ação penal pública incondicionada, na qual o Ministério Público é responsável por iniciar o processo criminal sem depender da vontade da vítima ou de qualquer outra condição. O MP age de ofício, ou seja, por conta própria, quando toma conhecimento de um crime de interesse público, como homicídios, tráfico de drogas, violência ou crimes contra vulneráveis, para proteger a sociedade como um todo, mesmo quando o eventual denunciante/vítima retire a queixa/denúncia.

⁴ Refere-se aqui aos Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação, conhecidos regional e localmente como Seuc e Smuc, respectivamente.

⁵ Parque Ecológico é um acréscimo de categoria de manejo e a Reserva Extrativista, Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável são exclusões.

Art. 8º O grupo das Unidades de **Proteção Integral** é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Distrital;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre

...

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I – Área de Proteção Ambiental;

II – Área de Relevante Interesse Ecológico;

III – Floresta Distrital;

IV – Parque Ecológico;

V – Reserva de Fauna;

VI – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O objetivo básico das unidades de proteção integral é o de “*preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais*”, isto é, usos que não envolvam o consumo, coleta, dano ou destruição de tais recursos. Já as unidades de uso sustentável têm como objetivo “*compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais*”, sendo uso sustentável a “*exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos renováveis e dos processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável*”.

A inspiração direta dos sistemas locais e regionais no nacional se deve muito ao fato que o SNUC é, conforme MMA (2011), um dos modelos de conservação mais sofisticados do mundo. Sua concepção vai além da manutenção da biodiversidade, pois possibilita vários usos do solo e dos recursos naturais. Assim, tais sistemas são ferramentas para potencializar atividades que contribuem para a geração de emprego e renda, para o aumento da qualidade de vida das pessoas e desenvolvimento do país, sem prejuízo para a conservação ambiental. Ambos os sistemas nacional e distrital devem ser entendidos como uma maneira especial de ordenamento territorial e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e social.

Além desses benefícios coletivos do estabelecimento de unidades de conservação, podemos destacar ainda outros, como a conservação dos solos, a regulação do regime hídrico e a manutenção das condições climáticas, fatores esses que têm, por exemplo, impacto direto na produtividade agropecuária e qualidade de vida da população local, principalmente nas áreas no entorno das unidades (ALHO, 2008; SANTOS & POSSAP, 2013).

A promulgação do SNUC e de todos os demais sistemas derivados encontram forte guarida na Constituição Federal de 1988, onde se lê que (BRASIL, 1988):

Art. 225. **Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, **incumbe ao Poder Público:**

...

III - definir, em todas as unidades da Federação, **espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos**, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (grifos nossos).

Os citados “*espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos*” no item III do § 1º do artigo 225 da Constituição de 1988 estão na legislação brasileira regulamentados por meio de UCs (BRASIL, 1988).

A categoria Parque Distrital está prevista tanto no sistema nacional quanto no distrital, sendo o Parque Distrital a versão brasiliense do Parque Nacional⁶. Elas estão dentro do mesmo grupo e com objetivos e características de gestão praticamente idênticas, com acréscimos complementares em relação à sua relação de área conservada e antropizada. Sua definição legal, objetivos e características principais estão abaixo expostas (CLDF, 2010):

Art. 11. O Parque Distrital tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Distrital é de posse e domínio públicos, sendo que **as áreas particulares** incluídas em seus limites **serão desapropriadas**, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º Deve possuir, no mínimo, em 50% da área total da unidade, áreas de preservação permanente, veredas, campos de murundus ou mancha representativa de **qualquer fitofisionomia do Cerrado**.

§ 4º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

⁶ Conforme o § 4º do Art. 11 do SNUC (Lei nº 9.985/2000), os Parques Nacionais quando criados pelos Estados ou Municípios, serão denominados, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Embora não mencione os distritais, por analogia ao Estadual, no DF o Parque enquanto Unidade de Conservação de proteção integral se denomina comumente de Parque Distrital.

§ 5º O Parque Distrital terá **Conselho Gestor Consultivo**, presidido pelo órgão responsável por sua supervisão e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população usuária, conforme disposto em regulamento (grifos nossos).

Segundo GURGEL *et al.* (2011), a classificação das UCs no Sistema Nacional⁷ tem um olhar primordialmente ecológico. As diferenças entre as categorias de UCs estão principalmente embasadas na necessidade específica de conservação da biodiversidade para cada área. Assim ela apresenta limitações para se discutir a relação entre as UCs e o desenvolvimento econômico. De acordo com o tipo de atividade econômica permitida para cada categoria de unidade de conservação, a Diretoria de Áreas Protegidas do MMA (DAP/MMA) classifica e propõe um olhar econômico e socioambiental possível de ser praticado no interior das UCs previstas no SNUC, conforme o quadro abaixo:

Tabela 1: potenciais tipos de uso permitidos nas Unidades de Conservação previstas no SNUC

Classes de Uso	Principais tipos de uso contemplados na lei nº 9.985/2000	Categoria de Manejo
Classe 1: Pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisas científica e prática de educação ambiental	Reserva Biológica e Estação Ecológica
Classe 2: Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parque Nacional, Estadual e Parque Natural Municipal e Reserva particular do Patrimônio Natural
Classe 3: Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	Floresta Nacional, Estadual e Municipal
Classe 4: Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	Reserva Extrativista
Classe 5: Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária são compatibilizadas com os objetivos da UC	Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Monumento Natural
Classe 6: Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados, visando o ordenamento territorial sustentável	Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico

Fonte: adaptado de GURGEL *et al.* (2011)

Embora não seja a categorização mais permissiva em termos econômicos, a abordagem anterior de GURGEL *et al.* (2011) para Parque Nacional (ou Estadual, Natural Municipal ou Distrital) visa contrapor um falso dilema que tem permeado a discussão entre conservação e desenvolvimento e despertar a reflexão sobre o papel singular que as UCs exercem e podem exercer na economia em todo o Brasil. Segundo a autora, tal conflito existe apenas em relação ao pseudodesenvolvimento baseado na privatização e exaustão dos recursos naturais (GURGEL *et al.*, 2011). No que interessa saber de um Parque Distrital, de acordo o estudo, é permitida a pesquisa científica, educação ambiental e a visitação, assim como o turismo em contato com a natureza. Tais permissões logicamente se estendem por sua zona de amortecimento, uma vez que são permitidas dentro das áreas do próprio Parque.

Criação da FNB

⁷ A autora se refere a todas as categorias de Proteção Integral, como é o caso do Parque Nacional e seus homônimos, assim como os outros Sistemas de UCs no Brasil inspirados no SDUC.

A criação da Floresta Nacional de Brasília ocorreu após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a Fundação Zoobotânica do DF e o Ibama/DF, com a devida interveniência do Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.

A partir da assinatura do TAC, a então Companhia, hoje Agência de desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), disponibilizou áreas públicas recobertas de plantios florestais das espécies pinus e eucaliptos, implantados a partir da década de 1970 e que necessitavam de manejo florestal.

A criação da FNB se deu por meio de Decreto Presidencial de 10 de junho de 1999, com uma área total 9.346 ha divididos em quatro glebas denominadas de áreas 1, 2, 3 e 4. As áreas 1 e 2 estão localizadas nas Regiões Administrativas (RAs) de Taguatinga e Brazlândia – DF, possuindo aproximadamente 3.353 e 996 hectares. As áreas 3 e 4 situam-se na região de Brazlândia/DF, com respectivos 3.071 e 1.925 hectares. As áreas II e III possuem ocupações anteriores à criação dessa Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Objetivos da FNB

O objetivo básico para a categoria Floresta Nacional, assim como seus homônimos Florestais Estaduais, Distritais e Municipais, está definido nos Arts. 17 das Lei nº 9.985/2000 (SNUC) e Lei Complementar nº 827/2010 (SDUC), que dizem respeito à promoção do “*uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas*”.

A Floresta Nacional de Brasília, além do objetivo geral, segundo o artigo 3º do Decreto de sua criação, tem como objetivos específicos:

- Manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis;
- Manutenção e proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade do Cerrado;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Educação florestal e ambiental;
- Manutenção de amostras do fragmento do ecossistema; e
- Apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes.

Localização e Contexto de Conservação da FNB

A FNB encontra-se num contexto favorável para a sua proteção, uma vez que suas áreas 1, 3 e 4 estão inseridas na APA da Bacia do rio Descoberto, criada pelo Decreto 88.940 de 07 de novembro de 1983, abrangendo uma área de 39.100 ha (BRASIL, 1983). Dentro da APA Bacia do rio Descoberto também estão inseridas a Reserva Biológica do rio Descoberto com 434,5 ha, o Parque Ecológico Veredinha de 29 ha, ambas UCs distritais, assim como é adjacente ao Parque Estadual do Descoberto, no Estado de Goiás, com 1.935,6 ha.

Observa-se na figura abaixo a APA do Planalto Central na proximidade da FNB, cobrindo uma área de 503.432,86 hectares no Distrito Federal, gerida pelo ICMBio. Já a APA de Cafuringa, sob os cuidados do IBRAM, também é importante no complexo de unidades de conservação do DF, cobrindo uma área de 46.510 ha ao norte da Flona de Brasília. A APA da Cafuringa limita-se também a oeste e ao norte pelas divisas com os municípios goianos de Padre Bernardo e Planaltina de Goiás; ao sul pela Estrada Parque Contorno (EPCT) DF-001, e pela DF-220 e, finalmente, a leste, pelo ribeirão Contagem e pela DF-150.

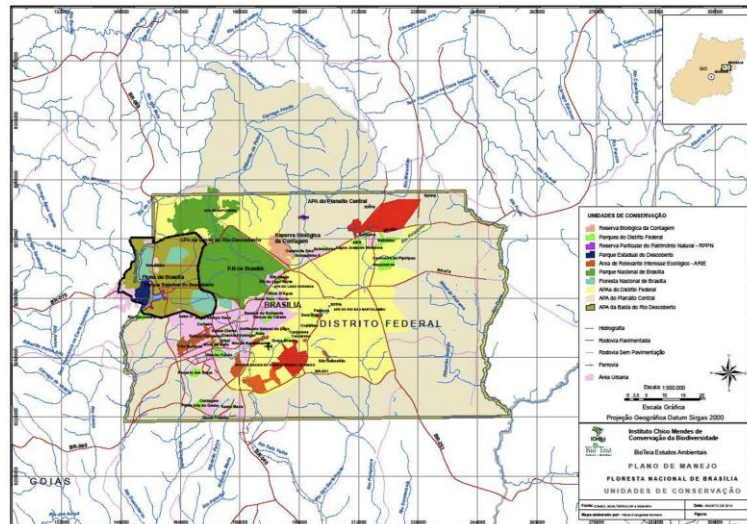


Figura 7: mapa de Unidades de Conservação do Distrito Federal

Diretamente ligada à FNB tem-se o Parque Nacional de Brasília (PNB), criado pelo Decreto Federal nº 241, em 29 de novembro de 1961, tendo seus limites redefinidos pela Lei nº 11.285, de 08 de março de 2006, com 42.389,01 ha atualmente. Esta UC tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Acesso à FNB

Saindo do Estado de Goiás, o acesso à área 3 da Flona se faz através da DF-180. No DF e antes da cidade satélite de Samambaia, o acesso se faz através da BR-180, no final da BR-180 entra na DF-070 em direção à Brasília, na altura do Rancho Paraná, na entrada da DF-445. Já o acesso da Região Administrativa de Brasília se dá através da DF-001 até o centro de Brazlândia e a partir do centro de Brazlândia o acesso se dá a partir da DF 080:

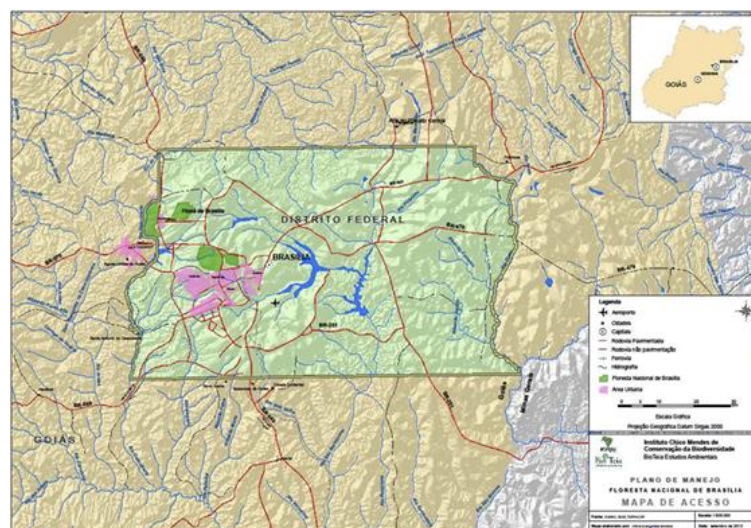


Figura 8: mapa de acessos a FNB

2. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

Meio Físico

Este capítulo, fortemente baseado no Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília e em trabalhos de campo realizados ao longo do ano de 2025, estabelece em linhas gerais o levantamento das características físicas, bióticas e do meio antrópico da área e região afeitas ao Parque Distrital das Araras.

Bacia Hidrográfica do rio Descoberto

A bacia do rio Descoberto está situada na porção oeste do DF. Na década de 70, foi realizada uma obra de represamento do rio Descoberto, para formação de um lago com o objetivo de abastecer a crescente demanda populacional. Atualmente, o rio Descoberto é o maior manancial de abastecimento do Distrito Federal, sendo que o reservatório de sua barragem regulariza uma vazão da ordem de 6,9 m³/s (GDF, 2012).

Sobre os usos da água na Bacia, o abastecimento urbano (78,5% da retirada total) é o uso mais representativo, seguido pela irrigação (19%) e abastecimento rural (2,1%). Os maiores consumos de água da bacia são destinados ao abastecimento urbano (90% do total consumido) e à irrigação (8%) (GDF, 2012).

Conforme levantamentos feitos por ocasião da elaboração do Plano de Manejo da FNB, existem nascentes de água em apenas 27% (10) das propriedades, e em 68% (25) não há presença de nascentes e 5% (2) entrevistados não informaram.

Sítios Arqueológicos Próximos

O levantamento feito por GREENTEC (2011) aponta que no tocante aos sítios arqueológicos e históricos presente no território do Distrito Federal próximos à bacia do rio Descoberto e glebas da FNB, se verifica que não há sítios arqueológicos dentro da Flona de Brasília. Por sua vez, os sítios arqueológicos presentes próximos à esta UC federal não são passíveis de serem mapeados devido a falta de informações geográficas dos mesmos. São estes os sítios arqueológicos localizados na região estudada:

- Sítio arqueológico situado no Parque Nacional de Brasília;
- Sítio arqueológico Capoeira, situado próximo ao córrego Capoeira, na cidade de Brazlândia;
- Sítio arqueológico Capão da Onça, situado próximo ao córrego do Capão da Onça, na cidade de Brazlândia.

Clima

Para avaliação da precipitação na região estudada, oito estações pluviométricas foram analisadas. Destas, sete são operadas pela Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) e uma operada pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), sendo a responsável a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA). A tabela a seguir informa estas estações e sua localização na FNB:

Tabela 2: estações pluviométricas e área influente na FNB

FNB	Estação	Área (km²)	Área total (km²)
Área 1	Jatobazinho	15,33	33,53
	Taguatinga ETA RD	16,08	
	Jockey Club	2,12	
Área 2	Jatobazinho	0,21	9,96
	Jockey Club	9,75	
Área 3	ETA Brazlândia	10,32	30,71
	Brazlândia Quadra 18	20,39	
Área 4	ETA Brazlândia	18,43	19,26
	Jatobazinho	0,83	
TOTAL			93,46

Enquanto a média anual de precipitação na área 1 da Floresta Nacional de Brasília é de 1.487,55 mm, na área 2 é de 1.487,97 mm, na área 3 é de 1.517,14 mm e na 4 é de 1.513,67 mm. A figura a seguir ilustra tal distribuição nas quatro áreas:

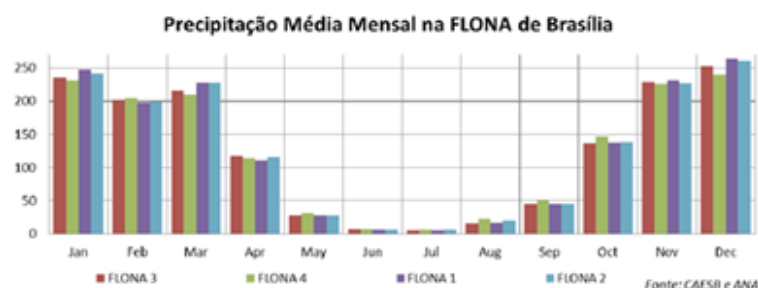


Figura 9: média anual de precipitação nas quatro áreas da FNB

Temperaturas mínima e máxima

De acordo com os dados históricos, os maiores picos de temperatura diária na área estudada, que chegaram a 35,8° C, são no mês de outubro. Porém, conforme mostra o gráfico abaixo, a média mensal da temperatura máxima diária é maior nos meses de agosto e setembro, chegando a 28,5° C e 27,9° C, respectivamente.

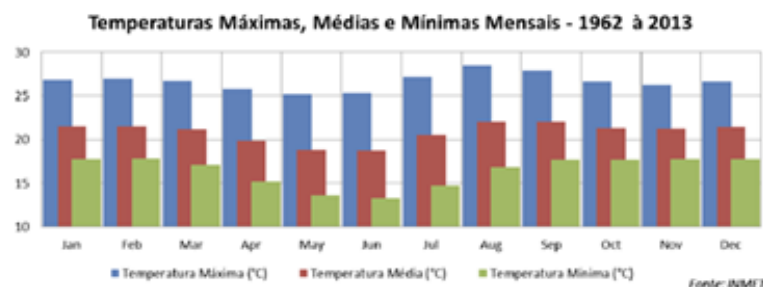


Figura 10: temperaturas máximas, médias e mínimas mensais da série histórica

Com base em toda série histórica, a média anual da temperatura máxima é de 26,68° C, enquanto a média anual da temperatura mínima é de 16,42° C. Entre essas oscilações diárias de temperatura, tem-se que a temperatura média anual é de 20,8° C.

Umidade Relativa do Ar

A média mensal da umidade não supera 80% em nenhum dos meses do ano, mantendo-se no máximo em 76 a 78% nos meses de outubro a fevereiro, e chegando a 47% em julho. Mesmo julho apresentando a menor média mensal, são nos meses de agosto e setembro que se registra os dias mais secos do ano, aproximando-se a 10% de umidade em diversos registros ao longo da série histórica.

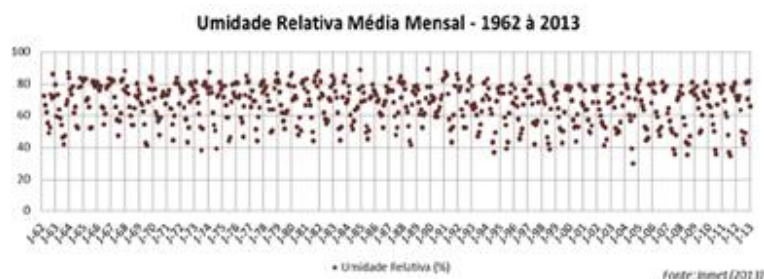


Figura 11: média mensal da umidade relativa do ar da série histórica

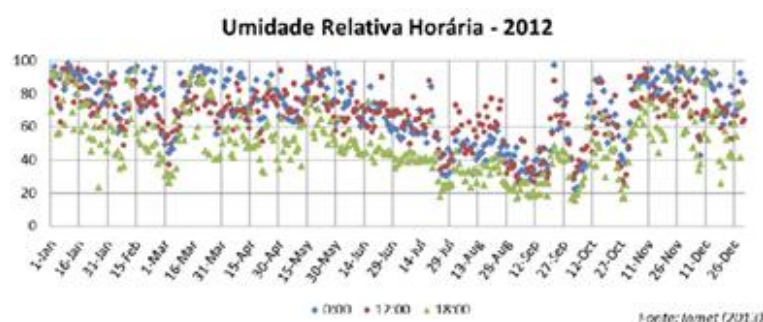


Figura 12: umidade relativa horária



Figura 13: média mensal da umidade relativa do ar da série histórica

Direção do vento

À seguir é apresentada a direção do vento mensal da área estudada:



Figura 14: direção do vento mensal característica

Em relação aos ventos vindos do norte, observa-se que em apenas sete anos da série histórica essa direção foi característica e apenas ao longo dos meses de outubro e novembro.

Em relação aos ventos vindos do Noroeste, há uma maior incidência quando comparado aos ventos vindos do Norte, característico de alguns meses, neste caso, dezembro e janeiro, quando ocorrido.

Os ventos vindos do oeste, sudoeste e sul não são característicos em nenhum mês do ano ao longo da série histórica, sendo que há pouquíssimas ocorrências ao longo do dia e ao longo dos anos.

Em relação à velocidade do vento média mensal é possível observar na distribuição ao longo da série histórica e que a variação está principalmente entre 1,5 e 3 m/s.

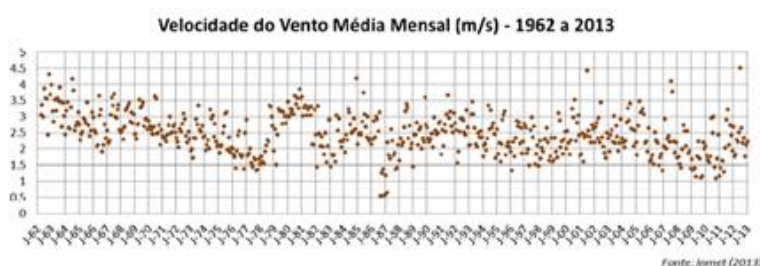


Figura 15: média mensal da velocidade do vento da série histórica

Geologia

Unidades geológicas

Das unidades geológicas encontradas na região do Distrito Federal e no seu entorno, somente o Grupo Paranoá aflora na região estudada. Este grupo corresponde a uma sequência psamo-pelito-carbonatada que se estende desde o Distrito Federal, a sul, até próximo da confluência dos rios Paranã e Tocantins no Estado de Goiás (ANDRADE RAMOS, 1958), sendo constituído por 11 unidades formais (FARIA, 1995; FREITAS-SILVA & CAMPOS; 1998).

Em relação às Unidade Metarritmitos Argilosos (MNPpr4), trata-se da única unidade aflorante na área 3 e divide com a unidade Quartzito Médio a Área 4 da Flona. Seu contato com a Unidade MNPpq3 é nitidamente gradacional, onde a frequência e espessura dos bancos de quartzitos diminuem progressivamente até o contato. Segundo FARIAS (1995) e SILVA (2003), esta unidade no Distrito Federal é representada por um metarritmito homogêneo com intercalações centimétricas regulares de metassiltitos, metargilitos e quartzitos finos a médios, feldspáticos, nas cores cinza esverdeado a cinza escuro ou amarelo e vermelho quando intemperizados, interestratificados com camadas de 1 a 3cm podendo localmente atingir até 50cm de espessura. Os pelitos são sericíticos e ricos em magnetita.

Segundo FREITAS-SILVA & CAMPOS (1998) e CAMPOS (2004) a maior proporção de material pelítico e a pequena espessura dos níveis arenosos são importantes parâmetros

O mapa a seguir ilustra a distribuição dessas unidades geológicas ao longo da área 3 da FNB:



30

Geomorfologia

A compartimentação proposta neste trabalho segue uma abordagem descritiva (MARTINS & BAPTISTA, 1998 e SOARES NETO *et al.* 2013), onde o terreno foi organizado em função da amplitude do relevo (variação altimétrica entre o nível de base local e o topo das elevações), da declividade (o ângulo de inclinação da superfície do terreno em relação à horizontal) e da forma do terreno (combinação da curvaturas horizontais - convergente, planar ou divergente - e verticais - côncavo, retilíneo ou convexo).

A análise dos mapas geomorfológicos evidencia que a área de interesse deste Estudo está inserida em uma região pouco dissecada, correspondente a Superfície Regional de Aplainamento II (SGM, 2005).

Hipsografia (Amplitude do terreno)

Tomando-se como base o modelo digital de elevação construído a partir das curvas de nível da base cartográfica 1:10.000 (SOARES NETO, 2011), a região estudada apresenta uma variabilidade altimétrica entre 1.000 e 1.350 metros (vide figuras a seguir), onde as regiões mais elevadas corresponde na área 4 da FNB (1.210 a 1.330m) e as mais baixa na área 3 (de 1.000 a 1.120m). Para este estudo a amplitude do relevo (variação altimétrica entre o nível de base local e o topo das elevações) foram calculadas para cada sub-bacia tomando como base a bacias dos mananciais da Caesb.

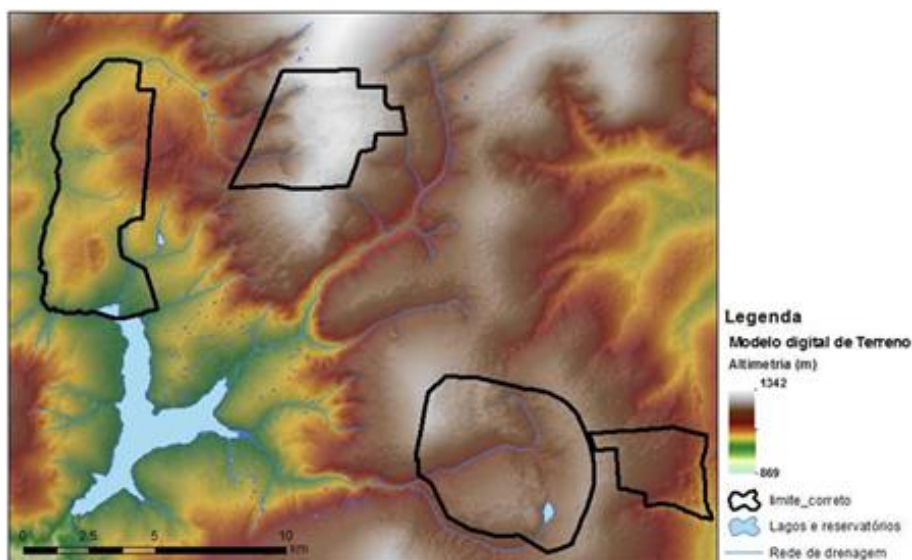


Figura 17: mapa hipsométrico da FNB, construído a partir do SRTM (Topodata)

Fonte: Valeriano (2005)

Entre estas unidades litoestratigráficas do Grupo Paranoá, na região da Flona de Brasília, são encontrados os seguintes conjuntos geológicos da base para o topo: Unidade Ardósia (MNPpa); Unidade Metarritimito Arenoso (MNPpr3); Unidade Quartzito Médio (MNPpq3); e Unidade Metarritimito Argiloso (MNPpr4).

O Perfil Topográfico N-S da Área 3 da FNB a seguir ilustra a variação altimétrica das formas de relevo da região de interesse. Esta configuração diz respeito à região de chapadas e morros com vertentes suaves em direção ao reservatório do Descoberto.

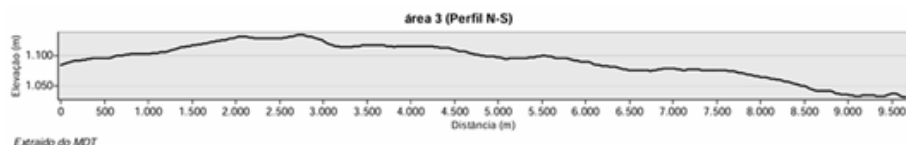


Figura 18: perfil Topográfico N-S da Área 3 da FNB, construído a partir do SRTM (Topodata)

Fonte: Valeriano (2005)

Declividade

Toda a área em estudo é marcada por uma baixíssima declividade, predominantemente inferior a 10°. As áreas mais íngremes acima de 10% caracterizam as escarpas e rebordos dos platôs localizados principalmente na área 4 da Floresta Nacional e em menor proporção na área 1 desta UC, representando as regiões de recuo das vertentes, marcada por predomínio dos processos erosivos.

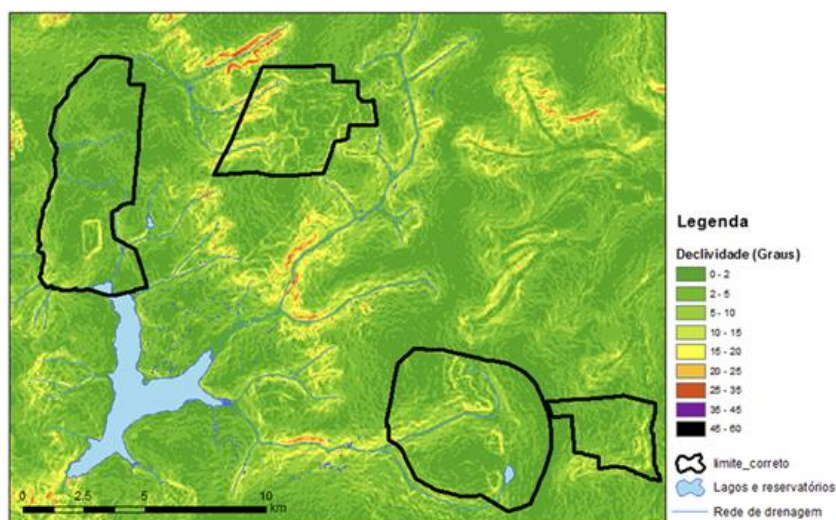


Figura 19: mapa de declividade da FNB em graus

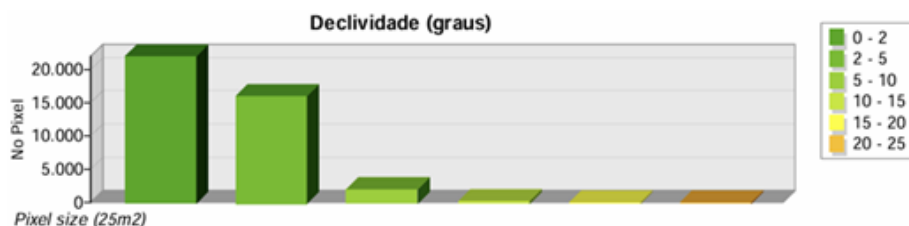


Figura 20: histograma da variação de declividade da Área 3 da FNB, extraído do mapa declividade da figura (mesma tabela de cores)

Forma do terreno

Em relação a toda a extensão considerada, observa-se o predomínio de formas retilíneas planares (cores verde claro) para as áreas 1 e 2, a retilínea-divergentes (laranja), para a área 3. Estas formas promovem a dispersão dos fluxos superficiais e a formação de extensas rampas onde podem estar associados solos transportados tipo colúvios. São regiões de relevo planos a levemente ondulados, onde os processos de erosão são mais lentos. As formas convergentes cônicas (azul escuro) estão normalmente associadas aos principais sistemas de drenagem e a convergente convexa as regiões de cabeceiras. As

formas divergente-convexa (amarelas) ocorrem de forma mais localizadas e normalmente estão presentes nas regiões de maior declividade associadas às regiões de rebordo, como na área 4 e parte da área 1.

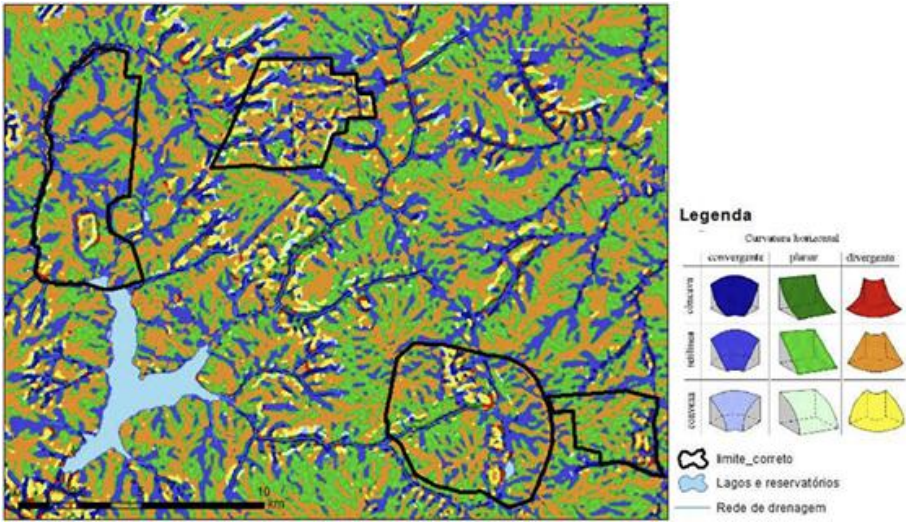


Figura 21: mapa de Formas de relevo da FNB. Combinação das curvaturas horizontal e vertical para caracterização das formas de terreno

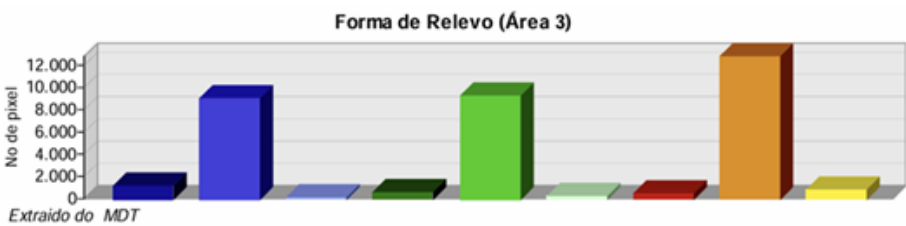


Figura 22: histograma da variação da forma de relevo da área 3, extraído do mapa de forma de relevo da FNB

Compartimentos Geomorfológicos

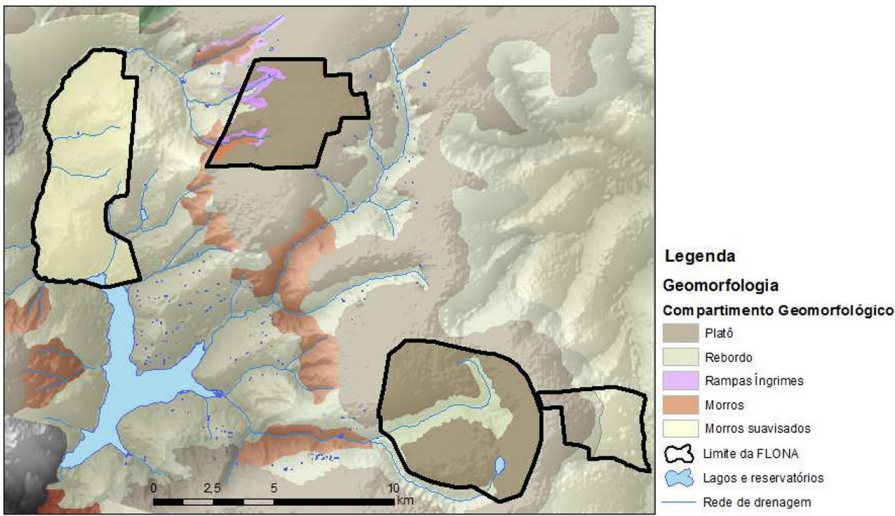


Figura 23: mapa da compartimentação geomorfológica proposta para a FNB

Segundo a proposta de SOARES NETO *et al.* (2013), o mapa geomorfológico apresenta três compartimentos morfográficos: Platô, Rebordo ou Rampas suaves e Relevo de Morros com Vertentes Suavizadas.

A área 3 está em Relevo de Morros com Vertentes Suavizadas, com elevações medianas com densidade de drenagem fraca a moderada, declividade inferior a 15% e amplitude entre 100 e 300m, descrevendo um relevo suave ondulado a plano. O seu processo genético esta associado a estruturas pretéritas de platôs com intenso processo de dissecação e passam por intenso aplainamento (pediplanação), caracterizados predominantemente por latossolos.

Solos

O mapeamento de solos da área estudada resultou em 44 unidades de mapeamento, distribuídas dentro de 07 (sete) classes, sendo elas: Latossolo Vermelho, Latossolo Amarelo, Cambissolo Háplico, Gleissolo Háplico, Gleissolo Melânico, Plintossolo Háplico e Nitossolo Háplico. A área de abrangência de cada classe dentro da área da Flona é apresentada no gráfico da figura abaixo, sendo que mais de 50% da área dessa UC pertence a classe de solo Latossolo Vermelho.

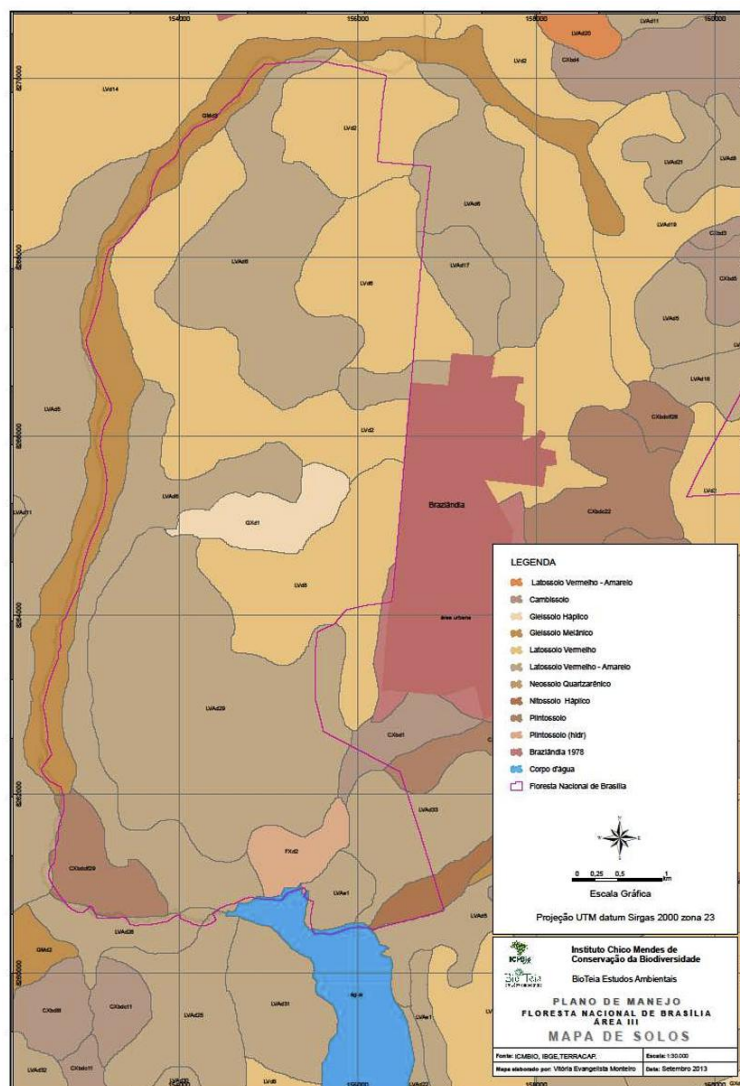


Figura 24: mapa de solos da área 3 da FNB

Legenda de solos:

- GXd1 ☹️Gleissolo Háplico Tb Distrófico fase Mata de Galeria relevo plano
- GMd1 ☹️Gleissolo Melânico Tb Distrófico A proeminente textura média fase Vereda relevo plano a suave-ondulado Metarritmito Argiloso
- CXbd1 ☹️Cambissolo Háplico Tb Distrófico endoálico A moderado textura argilosa fase Floresta Tropical Subcaducifólia relevo suave-ondulado substrato Metarritmito Argiloso
- LVAd8 ☹️Latosolo Vermelho-Amarelo Distrófico endoálico mesoférrico e férrico A moderado textura muito argilosa e argilosa fase Cerrado Ralo relevo plano e suave-ondulado substrato Quartzito + Metarritmito Arenoso
- LVd2 ☹️ Latossolo Vermelho Distrófico típico A moderado textura argilosa fase Cerrado típico relevo plano e suave-ondulado substrato Metarritmito Arenoso
- FXd1 ☹️Plintossolo Háplico distrófico típico A moderado textura muito argilosa fase Campo Sujo relevo plano a suave ondulado substrato Metarritmito Argiloso

Nota-se no mapa anterior um significativo predomínio do latossolo vermelho e vermelho-amarelo, sendo praticamente insignificante na área 3 as demais classes de solo. A figura a seguir ilustra essa informada concentração destes solos na região de interesse:

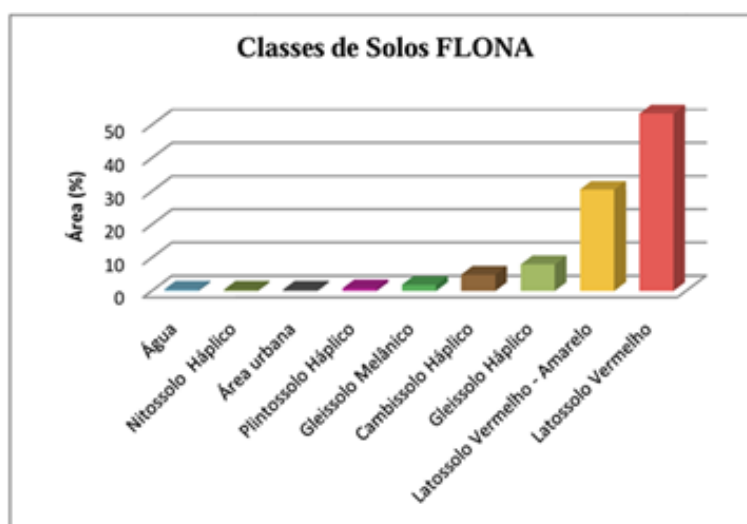


Figura 25: área de abrangência de cada classe de solo da FNB

Hidrologia

A área 3 da Floresta Nacional de Brasília está localizada na bacia do rio Descoberto, encontra-se nesta área as nascentes dos córregos Zé Pires, Cortado e Capãozinho, sendo o rio Descoberto o limite oeste desta área. Ainda é possível observar que próximo ao limite da FNB nasce o córrego Capãozinho, afluente do córrego Chapadinha, que contribui diretamente ao lago Descoberto. Nota-se também que o córrego Chapadinha antes de chegar ao lago Descoberto passa por um trecho da área 3 e dois de seus tributários, Pulador e Vandinha, que nascem fora da área de interesse, fluindo para a parte sul da área 3 da Flona de Brasília.

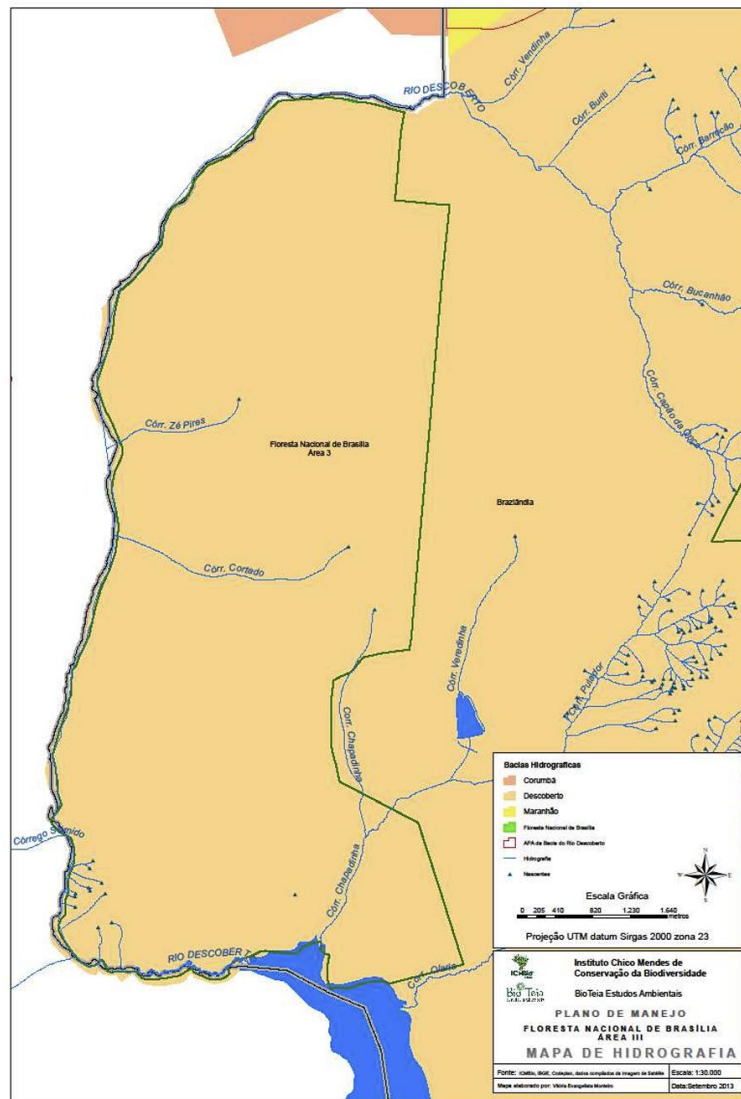


Figura 26: mapa de Hidrografia da área 3 da FNB

Caracterização de algumas das sub-bacias de importância regional

Sub-bacia do rio Descoberto

O rio Descoberto recebe este nome a partir da junção do córrego Capão da Onça com o córrego Barroão, a uma cota de aproximadamente 1.250 m. A partir da confluência, evolui para o sul, recebendo influência dos córregos Zé Pires, Cortado, Sumido e Lajinha, formando assim a represa do Descoberto na cota de 1.030 m. Após a represa, o rio passa por Santo Antônio do Descoberto (cota em torno de 1.000 m) e desemboca no rio Corumbá, na cota de 850 m.

Com o seu exutório a montante do lago a sub-bacia do rio Descoberto apresenta uma área de drenagem de aproximadamente 114 km².

A vazão média do rio Descoberto à montante do lago ao longo dos anos de monitoramento é de 2,36 m³/s, conforme figura à seguir. Durante o período de seca (maio a setembro) a média da vazão é de 1,2 m³/s, enquanto no período chuvoso alcança a média de 3 m³/s.

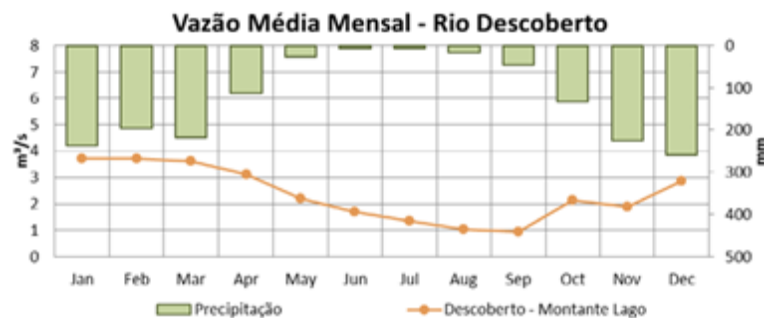


Figura 27: vazão média mensal com base nos dados medidos diariamente do rio Descoberto

Observa-se que comportamento anual é uniforme ao longo dos anos observados, onde o mês crítico de vazão, 1 m³/s, é setembro. Já o mês que apresenta maior média de vazão, 3,7 m³/s, é o mês de janeiro.

Sub-bacia do córrego Chapadinha

A Sub-bacia do córrego Chapadinha apresenta uma área de 20,37 km² e é composta pelos córregos Capãozinho, Vandinha e Pulador que juntos formam o córrego Chapadinha.

Na sub-bacia do córrego Chapadinha está inserida a região administrativa de Brazlândia, que confere um significativo grau de urbanização à sub-bacia.

É possível observar na figura abaixo que os maiores picos de vazão nesta bacia não ultrapassam 4 m³/s, observada ao longo da série histórica é de 0,45 m³/s e o menor valor de vazão registrado é de 0,013 m³/s.

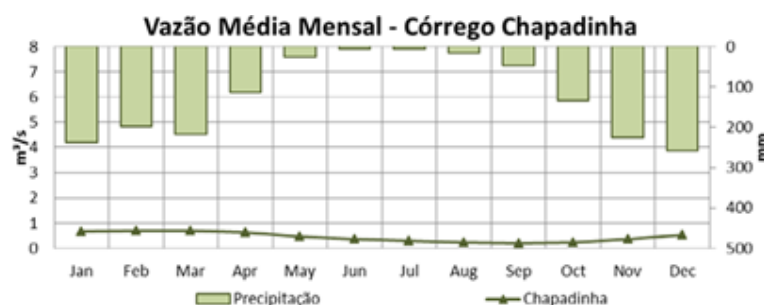


Figura 28: vazão média mensal com base nos dados medidos diariamente do córrego Chapadinha

A média mensal da vazão com base nos dados observados diários oscila em até 0,5 m³/s entre os meses de março e setembro que apresentam a maior e a menor média mensal, respectivamente.

Vazão média mensal com base nos dados medidos diariamente do córrego Chapadinha nos dados medidos diariamente do córrego Chapadinha.

Hidrogeologia

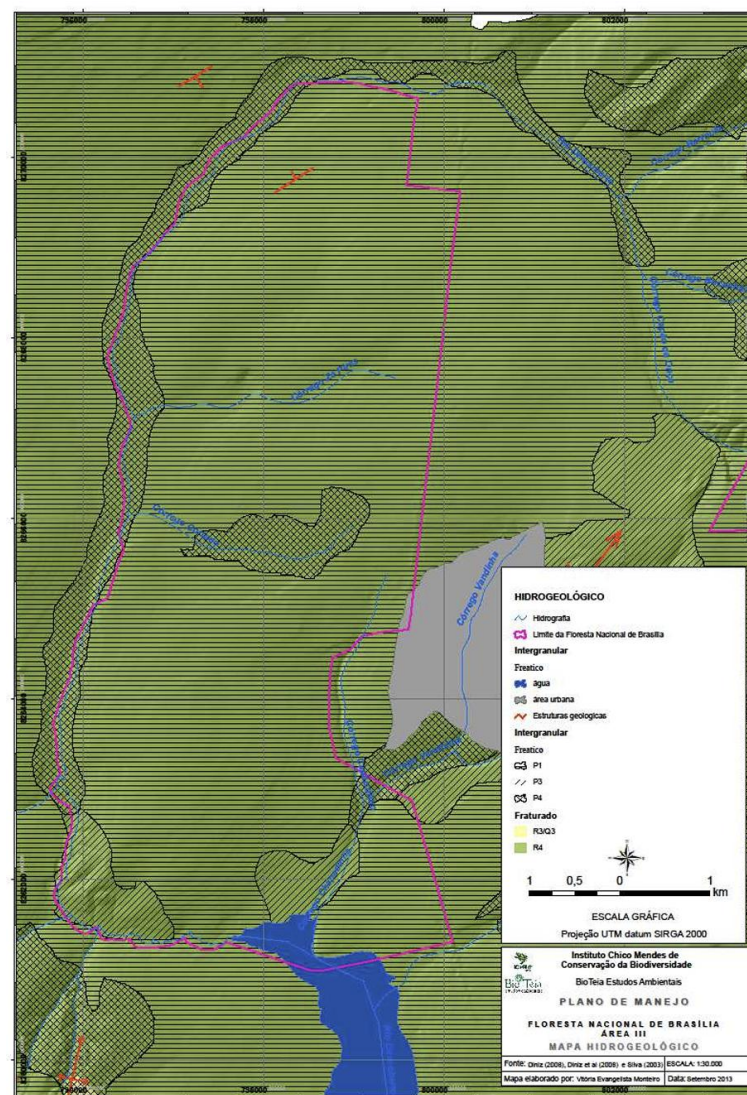


Figura 29: mapa hidrogeológico na área 3 da FNB

O domínio intergranular na área estudada é representado pelos Sistemas P1, P3 e P4. Integram esses sistemas as seguintes classes de solos: P1 - latossolos, P3 - plintossolos e Nitossolos e P4 - Cambissolos e Gleissolos.

A ocorrência do domínio intergranular está associada ao compartimento geomorfológico das chapadas elevadas, em terrenos com taxas de declividade inferiores a 5%. Esses locais recobrem as áreas mais importantes de recarga regional dos aquíferos fraturados.

Os respectivos solos deste domínio são formados a partir da alteração intempérica dos quartzitos Q3 e de parte dos metarritmitos R3 e R4.

A condutividade hidráulica na região estudada apresenta valores da ordem de grandeza de 10^{-4} a 10^{-6} m/s como mostram os estudos de FREITAS-SILVA e CAMPOS (1998), PGIRH (2005), LOUSADA & CAMPOS (2005), GONÇALVES (2007) e outros. A espessura média do solo é de 20 m, sendo a espessura saturada média de 10m e a transmissividade varia de 10^{-3} a 10^{-5} m²/s. São aquíferos intergranulares contínuos, livres, de grande extensão lateral.

Os Plintossolos formam o Sistema P3 (GONÇALVES, 2007). Esses solos têm espessuras médias inferiores a 15 m, valores de condutividade hidráulica que variam da ordem de grandeza entre 10^{-6} e 10^{-7} m/s e transmissividade da ordem de 10^{-6} m²/s (FREITAS-SILVA e CAMPOS, 1998). É um sistema considerado descontínuo lateralmente e a condutividade hidráulica pode aumentar quando esses solos apresentam fragmentos rochosos.

Ocupa regiões de terrenos Planos Intermediários e rebordos de chapadas. São aquíferos intergranulares, livres, descontínuos e com distribuição lateral ampla. A recarga deste sistema ocorre por meio da água infiltrada nas superfícies de chapadas elevadas.

Recobrem áreas de relevo movimentado, em vales dissecados, com formas côncavas e convexas e desníveis com declividade superior a 10%. São sistemas descontínuos, livres e muito restritos lateralmente.

Os subsistemas A, R4 e R3/Q3, constituem o Domínio Aquífero Fraturado da região, representado por rochas do Grupo Paranoá.

Segundo FREITAS-SILVA & CAMPOS (1998) estes aquíferos são restritos lateralmente, descontínuos, livres e com condutividade hidráulica baixa. Apresentam uma importância hidrogeológica relativa local mediana, em função da grande área de ocorrência e das vazões médias dos poços.

Meio Biótico

Flora (vegetação)

Caracterização Fitofisionômica da vegetação da área estudada

Atualmente a cobertura vegetal da região em consideração neste Estudo apresenta uma rica diversidade de ambientes, como matas de galeria, campo úmido e campo sujo, campo limpo, campo de murundus e cerrado stricto sensu, além de plantios de *Pinus* sp. e *Eucalyptus* sp., (ICMBIO, 2012). Assim, a região é constituída por mosaico de paisagens de talhões de eucaliptos e pinus (sem devidos tratos culturais), pastos abandonados, áreas em recuperação, que dividem espaço com importantes amostras de vegetação de cerrado como matas de galeria, campo úmido (veredas) e campo sujo, campo limpo, campo de murundus e cerrado *sensu stricto* (ICMBIO, 2012).

Grande parte dos talhões com plantio de pinus e eucalipto possui regeneração natural do cerrado, especialmente nos plantios de eucalipto. Sendo um fator importante no que diz respeito à recomposição da vegetação nativa.

Além disso, a região possui uma resiliência bastante evidente, resistindo às sucessivas tentativas de ocupação, sendo a rebrota de árvores típicas de cerrado a tônica em praticamente toda a área com plantios de pastoreio, assim como nas áreas esparsamente ocupadas.

Nos diversos levantamentos de campo realizados pela equipe da DIPUC, foram levantados exemplares de espécimes relevantes da flora do Cerrado do Distrito Federal, sendo três delas ameaçadas de extinção:

Tabela 3: espécimes da flora nativa do cerrado encontrados na área do Parque Distrital das Araras



Anacardium humile
ANACARDIACEAE



Mandevilla illustris
APOCYNACEAE



Mandevilla illustris
APOCYNACEAE



Mauritia flexuosa
ARECACEAE



Chresta sphaerocephala
ASTERACEAE



Chresta sphaerocephala
ASTERACEAE



Lessingianthus venosissimus ©
ASTERACEAE
Ameaçada de extinção



Lessingianthus venosissimus ©
ASTERACEAE
Ameaçada de extinção



Anemopaegma arvense
BIGNONIACEAE
Ameaçada de extinção



Jacaranda caroba ©
BIGNONIACEAE



Jacaranda caroba ©
BIGNONIACEAE



Protium ovatum
BURSERACEAE



Kielmeyera coriacea
CALOPHYLLACEAE



Kielmeyera coriacea
CALOPHYLLACEAE



Kielmeyera coriacea
CALOPHYLLACEAE



Lobelia brasiliensis ©
CAMPANULACEAE
Ameaçada de extinção



Lobelia brasiliensis ©
CAMPANULACEAE
Ameaçada de extinção



Coracoralina cf. *chiquitensis*
ERIOCAULACEAE



Coracoralina cf. chiquitensis
ERIOCAULACEAE



Eriocaulaceae 1
ERIOCAULACEAE



Eriocaulaceae 1
ERIOCAULACEAE



Eriocaulaceae 2
ERIOCAULACEAE



Syngonanthus nitens
ERIOCAULACEAE



Clitoria guianensis
FABACEAE



Diversidade de ERIOCAULACEAE



Cyrtopodium parviflorum
ORCHIDACEAE



Cyrtopodium parviflorum
ORCHIDACEAE



Cyrtopodium parviflorum
ORCHIDACEAE



Buchnera juncea
OROBANCHACEAE

Fotos: Ana Paula de Moraes Lira Gouvêa

Vegetação Nativa

Conforme citado por OLIVEIRA (2009), a área da Floresta Nacional de Brasília até a década de 60 era coberta por vegetação original do bioma do Centro-Oeste, isto é, o Cerrado e suas fitofisionomias específicas. Mesmo na década de 70 havia ainda poucas áreas com agricultura ou criação extensiva, mas na década de 80 foram implantados reflorestamentos. Em 1999 houve a criação dessa Unidade de Conservação, o que disponibilizou na área uma nova destinação e orientação para o manejo dos recursos naturais.

Assim, para o conhecimento geral da vegetação presente nessa região de interesse, foi realizado o levantamento florístico e florestal das espécies vegetais arbóreas, registradas nas unidades amostrais, bem como levantamento florístico de todos os indivíduos férteis encontrados no caminhar ao longo das unidades amostrais ou no limite destas. Em seguida os dados foram processados e os resultados gerados.

A tabela abaixo disponibiliza o nome da unidade amostral, localização, altitude e fitofisionomia de todas as unidades amostrais medidas no levantamento da vegetação da Floresta Nacional de Brasília:

Tabela 4: unidades amostrais de vegetação nativa nas quatro áreas da FNB

WGS 1984 (UTM (22S))					
	Unidade Amostrai	Longitude (E)	Latitude (S)	Altitude (m)	Fitofisionomia (Bioma Cerrado)
Área 1	1E8	813975	8255975	1204	Formação Não Florestal
	1E9	814508	8255967	1187	Formação Florestal
	1B6	813465	8257646	1208	Formação Florestal
	1D9	814516	826522	1194	Formação Não Florestal
Área 2	1F10	815033	8255405	1197	Formação Não Florestal
	1F9	814488	8255425	1185	Formação Não Florestal
	1G2	810759	8254899	1160	Formação Não Florestal
	1H9	815043	8254308	1228	Formação Não Florestal
	1I9	815044	8253747	1228	Formação Não Florestal
	1L8	815540	8252637	1244	Formação Não Florestal
	3C1	797538	8269500	1094	Formação Não Florestal
Área 3	3C3	798629	8269484	1089	Formação Não Florestal
	3D1	797060	8269183	1073	Formação Florestal

Área 4	4G2	803934	8266649	1216	Formação Não Florestal
	4G4	805013	8266634	1230	Formação Não Florestal
	4H5	805556	8265975	1268	Formação Não Florestal

Além do levantamento dentro dos limites das quatro unidades amostrais, todas as demais espécies vegetais encontradas durante todo o trabalho de campo foram identificadas e fotografadas como testemunho, independentemente da sinúsia a que pertenciam. As espécies foram classificadas seguindo o sistema de APG II (APG 2003; SOUZA & LORENZI & MATOS, 2005). Neste levantamento Florístico constatou-se uma grande diversidade de espécies da flora, sejam estas herbáceas, arbustivas, subarbustivas e arbóreas, além de epífitas e lianas. O mapa a seguir ilustra a vegetação da área 3 da Floresta Nacional de Brasília:

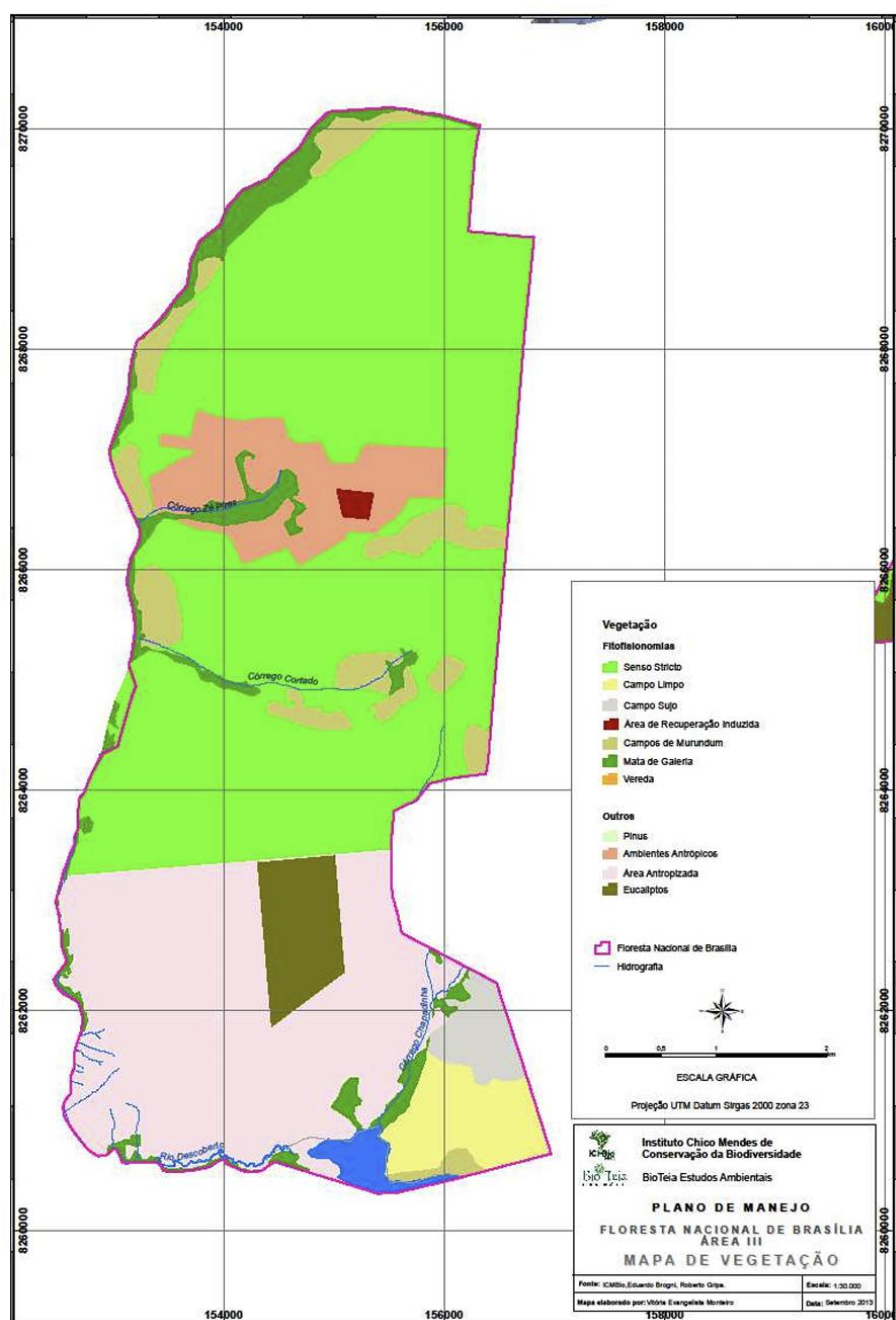


Figura 30: mapa de Vegetação da área 3 da FNB

Em todas as quatro áreas da FNB foram observadas um total de 248 espécies, divididas em 81 famílias e 148 gêneros, além de duas espécies indeterminadas. No Cerrado savânico ou campestre foram encontradas 174 espécies e na Mata de Galeria 74 espécies. Nenhuma destas espécies foi encontrada nas duas fitofisionomias.

Separadamente, as áreas estudadas apresentaram uma rica diversidade vegetal. A Área 1, por exemplo, apresentou uma diversidade vegetal muito superior ao das Áreas 3 e 4, totalizando 205 espécies, enquanto que nas demais 70 e 94 espécies respectivamente. Esta diferença na diversidade pode estar relacionada com o menor número de unidades amostrais instaladas nas Áreas 3 e 4, porém, pode estar também diretamente relacionado com a intensa pressão antrópica nestas duas áreas.

Entre as famílias mais ricas observadas estão: *Fabaceae* com 22 diferentes espécies, *Myrtaceae* com 13 espécies, *Asteraceae* com 12 espécies, *Poaceae* e *Rubiaceae* com 10 espécies cada, *Apocynaceae* e *Euphorbiaceae* ambas com 8 espécies, *Arecaceae* e *Melastomataceae* ambas com 7 espécies, e *Bignoniaceae*, *Clusiaceae* e *Vochysiaceae* com 6 espécies cada. Dentre os gêneros mais encontrados cita-se *Myrcia* compreendendo 6 diferentes espécimes, *Byrsonima*, *Chamaecrista*, *Erythroxylum*, *Kielmeyera*, *Miconia* e *Qualea* com 4 espécies, e os demais gêneros encontrados compreendendo no máximo três espécies.

Dentre as espécies identificadas, a grande maioria, 129 no total, são classificadas como de hábito arbóreo. As demais estão divididas em 55 herbáceas (uma considerada acaule), 36 arbustivas, 20 subarbustivas, 5 lianas, 4 epífitas, uma hemiepífita e duas hemiparasitas.

Dentre a rica diversidade arbórea observada neste estudo, destacam-se as espécies características encontradas na fitofisionomia cerrado savânico ou campestre: *Anacardium occidentale* (cajuero), *Aspidosperma tomentosum* (peroba-do-cerrado), *Byrsonima coccolobifolia* (murici-rosa), *Dimorphandra mollis* (faveira-do-campo), *Eriotheca pubescens* (paineira-do-cerrado), *Erythroxylum suberosum* (cabelo-derigida (batecaixa)), *Piptocarpha rotundifolia* (coração-de-negro), *Schefflera macrocarpa* (mandiocão), *Tabebuia ochracea* (ipê-amarelo-do-cerrado), entre outras.

Entre as espécies arbóreas encontradas em Mata de Galeria pode-se citar a *Aspidosperma subincanum* (guatambu-vermelho), o *Brosimum* cf. *glaziovii* (leiteiro), o *Calophyllum brasiliense* (olandi), a *Cyathea delgadii* (xaxim), o *Dendropanax cuneatus* (mari-mole), a *Euterpe edulis* (juçara), a *Magnolia ovata* (pinha-do-brejo), a *Mauritia flexuosa* (buriti), a *Myrcia* cf. *castrensis*, a *Richeria grandis* (bulandi-jaca), a *Salacia elliptica* (siputá), a *Tapirira guianensis* (fruto-de-pombo), a *Xylopia emarginata* (pindaíba-d'água), etc.

Dentre as espécies arbustivas observadas na Mata de Galeria ou no cerrado campestre ou savânico, cita-se o *Anacardium humile* (cajuzinho), *Bauhinia rufa* (pata-de-vaca), *Blechnum brasiliense* (samambaiaçu-do-brejo), *Brosimum gaudichaudii* (mama-cadela), *Butia archeri* (butiazinho), *Eremanthus glomerulatus* (coração-de-negro), *Erythroxylum deciduum* (fruto-de-pomba), *Palicourea officinalis*, *Salacia crassifolia* (bacupari), *Zeyheria montana* (bolsinha-de-pastor), entre outras.

Pode-se citar entre as espécies subarbustivas observadas a *Anemopaegma arvense* (alecrim-do-campo), *Aspilia foliacea* (Margaridinha), *Byrsonima rígida* (Murici), *Chamaecrista desvauxii* (empenada), *Chresta sphaerocephala* (joão-bobo), *Jacaranda ulei* (carobinha), *Manihot gracilis*, *Psidium firmum* (araçá-do-cerrado), *Solanum* cf. *palinacanthum* (arrebenta-boi), etc.

Dentre as espécies herbáceas citam-se a *Achyrocline satureioides* (Macela), a *Bromelia balansae* (gravatá), o *Bulbostylis paradoxa* (cabeça-de-negro), a *Cuphea spermacoce* (sete-sangrias), a *Emilia fosbergii* (pincel), o *Eryngium juncifolium* (gravatá), *Mandevilla illustris* (jalapa), *Sauvagesia erecta* (Erva-de-São-Martinho), entre outras.

Foram encontradas três espécies de lianas, sendo estas a *Banisteriopsis argyrophylla* (cipó-prata), a *Passiflora* sp. e o *Smilax* cf. *campestris* (salsaparilha).

Somente uma espécie com comportamento epifítico⁸ foi observado, a *Tillandsia* cf. *gardneri* (bromélia) enquanto uma outra, a *Philodendron lundii* (Filodendro), é considerada hemiepífita⁹.

A espécie *Allagoptera campestris* é considerada por PROENÇA *et al* (2001) e LORENZI (2010) como uma palmeira acaule, onde as folhas emergem diretamente ao nível do solo.

Espécies para Recuperação de Áreas Degradadas

Devido às intervenções ocorridas em toda a área estudada, faz-se importante e necessária o estabelecimento de práticas de recuperação e ou restauração de suas áreas degradadas. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regido pela Lei 9.985, (BRASIL, 2004 *apud* BECHARA *et al.*, 2006), o seu art. 2º distingue as atividades de recuperação e de restauração como:

XIII – recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

XIV – restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.

Atualmente, diversos autores estão estabelecendo técnicas alternativas para a melhor forma de recuperação e principalmente para restauração do ambiente. Entre as técnicas empregadas citam-se a transposição de solo, semeadura direta, implantação de poleiros artificiais, enleiramento de galharias e plantio de mudas em ilhas de alta diversidade. Apesar de todas estas técnicas alternativas, é de suma importância que também ocorra o plantio de mudas das espécies nativas da região afetada. Por este motivo, segue abaixo uma lista de espécies observadas nas áreas da Floresta de Brasília, que foram e estão sendo utilizadas em diversos trabalhos de recuperação/restauração florestal.

Fauna

Meliponina Abelhas-sem-ferrão

As abelhas (família *Apidae sensu* by MELO & GONÇALVES, 2005) constituem o principal e o mais diverso grupo de polinizadores nas regiões tropicais (SILBERBAUER-

⁸ Epífita diz respeito à planta que cresce sobre outra planta (ou qualquer outro suporte, como rochas ou construções) usando-a apenas como apoio físico, sem estabelecer contato metabólico ou retirar nutrientes dela.

⁹ Hemiepífita é uma planta que possui um ciclo de vida misto, começando a vida de uma maneira (como epífita ou terrestre) e terminando de outra, mas sempre mantendo uma conexão com o solo em algum ponto do seu desenvolvimento.

GOTTSBERGER & GOTTSBERGER 1988; BAWA, 1990), sendo que muitas espécies de plantas dependem exclusivamente desses insetos para sua polinização. Estima-se que aproximadamente 73% das espécies vegetais no mundo sejam polinizadas por abelhas (FAO, 2004).

Tabela 5: lista de espécies de abelhas da subtribo Meliponina coletadas na FNB durante o período de 11 a 15 de novembro de 2012. N° = número de indivíduos coletados, A1 = Área 1, A3 = Área 3, A4 = Área 4, A = ninhos aéreos, C = ninhos em cavidades pré-existentes, S = ninhos no solo, T = ninhos em termiteiros epígeos ou seja, sobre a terra

Espécie	Nome popular	Sexo	n°	A1	A3	A4	Ninhos
<i>Frieseonellitta varia</i> (Lepeletier, 1836)	Marmelada-amarela-brava	F	3		X		C
<i>Paratrigona lineata</i> (Lepeletier, 1836)	Jataí-da-terra	F, M	75	X	X	X	S
<i>Partamona cupira</i> (Smith, 1863)	Cupira	F	11			X	T
<i>Partamona nhambiquara</i> (Pedro & Camargo, 2003)	-	F	8			X	C
<i>Scaptotrigona postica</i> (Latreille, 1807)	Timba-amarela	F	23			X	C
<i>Trigona hyalinata</i> (Lepeletier, 1836)	Guaxupé	F	46	X	X		A
<i>Trigona spinipes</i> (Fabricius, 1793)	Irapuá	F, M	118	X	X		A
TOTAL			284				

Em todo o mundo existem cerca de 17.500 espécies de abelhas descritas distribuídas em sete subfamílias. Entretanto, estimativas sugerem que este número seja superior a 20.000 (MICHENER, 2007), sendo que cerca de 85% destas espécies são solitárias – não se agrupando em colmeias (BATRA, 1984). No Brasil, MOURE *et al.* (2007) listam um total de 1.678 espécies de abelhas para a fauna local, distribuídas em cinco subfamílias (*Andreninae*, *Apinae*, *Colletinae*, *Halictinae* e *Megachilinae*), mas SILVEIRA *et al.* (2002) assinalam que possivelmente a apifauna brasileira seja composta por mais de 3.000 espécies.

De acordo com ALVES-DOS-SANTOS (2009) um total de 494 espécies de abelhas foi registrado no Cerrado, o que representa aproximadamente 30% de toda a diversidade brasileira. Apesar disso, a fauna de abelhas do Cerrado é conhecida, principalmente, a partir de uns poucos estudos faunísticos realizados até o momento (p. ex. ANACLETO & MARCHINI, 2011; ANDENA *et al.*, 2005; SANTIAGO *et al.*, 2009). As abelhas sem ferrão (ASF) são elementos abundantes e conspícuos dos ecossistemas brasileiros e estima-se que são responsáveis pela polinização de 40 a 90% das plantas nativas, dependendo do ecossistema (KERR *et al.* 1996). O restante das plantas é polinizado por abelhas solitárias, borboletas, coleópteros, morcegos, aves, alguns mamíferos, vento e, mais recentemente, pelas abelhas africanizadas.

No Cerrado do Distrito Federal, MOURE *et al.* (2007) indicam a presença de 49 espécies de abelhas, estimando, porém, um número total de 199 espécies.

Na Floresta Nacional de Brasília, UC alvo do presente estudo, nenhum levantamento da fauna de abelhas sem ferrão havia sido realizado até o momento da elaboração deste Estudo. Não obstante, no levantamento do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília foram encontradas sete espécies de ASF da subtribo *Meliponina*, distribuídas em cinco gêneros. Um total de 284 indivíduos foi coletado, sendo 272 fêmeas e 12 machos. Conforme referências de LEPELETIER DE SAINT-FARCEAU (1836), a única espécie presente em toda a área estudada foi a *Paratrigona lineata* (Jataí-da-terra), enquanto que a espécie mais abundante foi a *Trigona spinipes* (Irapuá, by FABRICIUS, 1793), com 118 indivíduos.

A riqueza dos meliponíneos apresentou números semelhantes em todas as áreas da FN de Brasília. As áreas 3 e 4 apresentaram quatro espécies cada uma, enquanto que a área 1, a maior em tamanho, apresentou apenas três espécies. Das quatro espécies encontradas na área 4, três (*S. postica*, *P. cupira* e *P. nhambiquara*) ocorreram exclusivamente nesta área, enquanto que *F. varia* ocorreu unicamente na área 3, de interesse direto para a criação do Parque Distrital das Araras.

Assim e em geral, a fauna de Meliponina da FNB é composta por espécies típicas do Cerrado brasileiro, excetuando-se apenas de *T. spinipes*, que é uma espécie amplamente distribuída por todo o território nacional.



Figura 31: 158: *Frieseomelitta varia* (A, B); 159: *Paratrigona lineata* (A, B); 160: *Partamona cupira* (A, B) e 161: *Partamona nhambiquara* (A, B)



Figura 32: 162: *Scaptotrigona postica* (A, B); 163: *Trigona hyalinata* (A, B) e 164: *Trigona spinipes* (A, B)

Herpetofauna

O Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília elaborou uma listagem de anfíbios gerada a partir da avaliação de dados primários e secundários juntamente com a avaliação da disponibilidade de recursos na paisagem local que apontaram a potencialidade de ocorrência de 44 espécies de anfíbios classificados em duas ordens, nove famílias e 20 gêneros e 96 espécies de répteis, classificados em três ordens, 21 famílias, 64 gêneros, o que representa cerca de 21% e 34% da diversidade de anfíbios e répteis, respectivamente, conhecida para o bioma Cerrado (*sensu* COLLI, BASTOS e ARAÚJO (2002), NOGUEIRA *et al.* (2011) e VALDUJO *et al.* (2012)).

Neste levantamento, os números de riqueza de anfíbios e répteis representam 92% e 96%, respectivamente, da riqueza de espécies conhecidas para o Distrito Federal (GDF, 2013) e corroboram as estimativas feitas por ARAÚJO & COLLI (1998).

A área 3 da FNB, foco de criação do Parque Distrital das Araras, é caracterizada pela presença de pastagem, onde são frequentes os registros de lagartos heliófilos, como *Ameiva ameiva* (calango-verde), e pela nascente do rio Descoberto. A nascente é delimitada

por Mata de Galeria circundada por ambiente higrófilo de Campo Sujo úmido dominado pela presença de espécies herbáceas das famílias *Poaceae*, *Xyridaceae* e *Cyperaceae* e de arbustos da família *Melastomataceae*. A mata de galeria (vide figura 31-A) é localmente considerada um sítio reprodutivo, berçário para várias espécies de anfíbios e área de forrageamento de vários répteis. Foram registradas as seguintes espécies: *Physalaemus cuvieri*, *Elachistocleis* S. *fuscovarius* (31-B) e *Hypsiboas albopunctatus*. Ameiva ameiva, *Physalaemus cuvieri* (32-B) e *Elachistocleis cesarii* (32-B) foram registrados durante inspeção em termiteiros em área de pastagem.



Figura 33: A: ambiente de mata de galeria, vereda e ambiente higrófilo; B: girinos de *Elachistocleis cesarii* registrados em ambiente higrófilo



Figura 34: A: espécime de *Physalaemus cuvieri*; e B: espécime de *Elchistocleis cesarii*

Avifauna

Os estudos com a avifauna na região estudada apontam que esta área ainda resguarda elementos característicos e importantes da avifauna do Cerrado (FARIA, 2007). Assim, o presente diagnóstico traz informações valiosas sobre a distribuição e status de conservação das espécies de aves entradas nesta região. Foram registradas até o momento na Flona de Brasília 217 espécies de aves em estudos diretos apresentados no Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação federal, sendo que por meio dos levantamentos de dados secundários foram registradas 190 espécies de aves. Naquele estudo, na composição da lista total foram utilizadas informações não publicadas cedidas por dois observadores de

aves que frequentam essa área protegida, Jonatas Rocha e Denise Rocha. Por meio do método de listas de MacKinnon¹⁰ foram registradas 115 espécies.

As espécies mais frequentes nas listas de MacKinnon são tico-tico (*Zonotrichia capensis*) e o tiziu (*Volatinia jacarina*), sendo que 38 espécies foram registradas em apenas uma lista. O *Culicivora caudacuta* (papa-moscas-do-campo) foi a única espécie ameaçada de extinção da lista do IBAMA (2003) registrada neste método, apresentando uma frequência de ocorrência de 7,69%.



Figura 35: Papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*), espécie ameaçada de extinção registrada pelo método MacKinnon na FNB

Foto: WikiAves

Dentre a riqueza total de espécies registradas, 13 são consideradas endêmicas do bioma Cerrado ou apresentam distribuição restrita segundo DE LUCA *et al.* (2009). Ainda, seis espécies são de interesse conservacionista em escala global, ou seja, com abrangência internacional, sendo cinco quase ameaçadas e uma vulnerável (IUCN, 2012), conforme tabela a seguir:

Tabela 6: espécies endêmicas e de interesse conservacionista na FNB, segundo IUCN (2012). Status: Vulnerável: VU; Quase ameaçada: NT. Ambiente: Campo Limpo: CL; Cerrado: CE; Mata de Galeria: MG; Eucalipto: EU

Espécie	Status	Ambiente	Área
<i>Alipiopsitta xanthops</i>	NT	CE, MG	1
<i>Herpsilochmus longirostris</i> (fig. 34)		MG	3
<i>Melanopareia torquata</i>		CE	1, 4
<i>Scytalopus novacapitalis</i>	NT	MG	1
<i>Culicivora caudacuta</i>	VU	CL	1
<i>Cyanocorax cristatellus</i>		CE, EU	1, 4
<i>Saltatricula atricollis</i>		CE, EU	1, 4
<i>Cypsnagra hirundinacea</i>		CE	1
<i>Neothraupis fasciata</i>	NT	CL	1
<i>Porphyrospiza caerulescens</i>	NT	CL	1
<i>Basileuterus hypoleucus</i>		MG	1

¹⁰ O método de listas de MacKinnon é uma técnica de amostragem rápida e eficiente, desenvolvida para estimar a riqueza e a abundância relativa de espécies, especialmente de aves, em ambientes de alta biodiversidade. Ele foi concebido por John MacKinnon e tem sido usado, muitas vezes com modificações, para inventários de fauna, como no Cerrado brasileiro

As Matas de Galeria da Área 3 da Flona demonstraram ser importantes para *Herpsilochmus longirostris* (Chorozinho-de-bico-comprido), espécie endêmica do Cerrado.



Figura 36: Chorozinho-de-bico-comprido (*Herpsilochmus longirostris*), registrado na Mata de Galeria

Foto: Adrian Eisen Rupp

Por fim, no âmbito de toda a FNB, importante para a conservação de *Ara ararauna* e *Orthopsittaca manilata*, já que é nesta área que estão os maiores buritis encontrados nesta UC. Esta presença tão evidente e marcante da Arara-Canindé (*Ara ararauna*) é o principal fomento à denominação da UC em estudo, isto é, Parque Distrital das Araras. Não obstante, nesta área foi constatada intensa atividade antrópica, como retirada de madeira nativa e acampamentos com vestígios de uso do fogo.



Figura 37: Arara-Canindé (*Ara ararauna*), *Psittacidae* que nomeia a UC a ser criada, registrada na Mata de Galeria do rio Descoberto

Fotos: Pedro Braga

Mastofauna

Através de busca direta foram registradas 20 espécies de mamíferos de médio e grande porte pertencentes a 8 ordens, além de espécies domésticas como cães, gatos, cavalos, bois e uma espécie de pequeno porte, o sagui *Callithrix penicillata*. Das espécies registradas, uma é endêmica do Cerrado, a raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), e quatro estão ameaçadas de extinção na categoria vulnerável: o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a onça-parda (*Puma concolor*) e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*). Foram obtidos registros de gatos-domato (*Leopardus sp.*), porém, por meio dos rastros encontrados não foi possível identificar a espécie, mas cabe ressaltar que todas são ameaçadas de extinção. Complementando a metodologia com armadilhas fotográficas, foi possível obter o registro de 4 espécies de mamíferos silvestres, e também de cães domésticos. Este método permitiu a identificação fidedigna de *Mazama gouazoubira* (veado-catingueiro), já que a partir da análise dos rastros somente chega-se a nível genérico.

Ictiofauna

A ictiofauna da área de interesse é descrita com base no relatório da pesquisadora OTTO (2012), cujo trabalho se baseou integralmente na Floresta Nacional de Brasília.

O rio Descoberto pertence à bacia do rio Paraná, em sua parte superior, denominada Alto Paraná e está inserido no Bioma Cerrado Brasileiro. Entre as espécies de peixes listadas para a bacia do rio Paraná, aproximadamente 20 espécies são reconhecidas como migradoras de longas distâncias, sendo muitas delas consideradas espécies de grande porte (RESENDE, 2003; AGOSTINHO *et al.*, 2004; ANTONIO *et al.*, 2007). LANGEANI *et al.* (2007) inventariaram a região da bacia do alto rio Paraná como um todo, usando de dados de coleções, literatura e realizações de novas coletas, e constataram que a diversidade de peixes foi de 310 espécies já descritas em literatura, e dezenas em fase de descrição.

Não existem estudos para identificação e caracterização da ictiofauna na região estudada, por isso, não foi possível elaborar uma lista de peixes para esta porção específica da bacia do rio Descoberto. Não obstante, considerando que no estudo realizado por LANGEANI *et al.* (2007) onde se relatou que a maioria das espécies novas é proveniente de ambientes de pequeno volume de água, reforça-se a ideia de que esses ambientes merecem atenção e prioridade nos estudos, caso da área afeita à proposição do Parque Distrital das Araras.

Não obstante, em estudo realizado no Parque Nacional de Brasília entre os anos de 2006 e 2007, AQUINO *et al.* (2009) identificou 28 espécies, distribuídas em 21 gêneros, nove famílias e quatro ordens: *Characiformes*: *Curimatidae* (1 sp), *Crenuchidae* (4 spp), *Characidae* (9 spp); *Siluriformes*: *Callichthyidae* (1 sp), *Loricariidae* (7 spp), *Heptapteridae* (2 spp); *Cyprinodontiformes*: *Rivulidae* (1 sp), *Poeciliidae* (2 spp); e *Perciformes*: *Cichlidae* (1 sp). Entre essas 28 espécies, nenhuma é considerada ameaçada de extinção, e uma espécie (*Poecilia reticulata*) é exótica, e onze delas (39,3%) são novas para a ciência, ou seja, não haviam sido descritas, sendo que duas foram registradas pela primeira vez (*Heptapterus sp.* e *Ctenobrycon sp.*). Ainda, o registro do gênero *Ctenobrycon* foi o primeiro para o alto rio Paraná.

Tabela 7: lista das espécies dos peixes coletados nos córregos das sub-bacias do Bananal e Santa Maria/Torto, DF

Taxon
Ordem Characiformes
CURIMATIDAE
<i>Steindachmerina insculpta</i> (Fernández-Yépez, 1948)
CRENUCHIDAE

Characidium gomesi (Travassos, 1956)
Characidium sp.
Characidium xanthopteron (Silveira, Langeani, Graça, Pavanelli & Buckup, 2008)
Characidium zebra (Eigenmann, 1909)

CHARACIDAE

Subfamília Cheirodontinae
Kolpotocheiرون theloura (Malabarba & Weitzman, 2000)
Subfamília Glandulocaudinae
Planaltina myersi (Böhlke, 1954)
Gêneros *incertae sedis*
Astyanax sp.
Bryconamericus stramineus (Eigenmann, 1908)
Ctenobrycon sp.
Hasemania sp.
Hyphessobrycon balbus (Myers, 1927)
Knodus moenkhausii (Eigenmann & Kennedy, 1903)
KMoenkhausia sp.

Ordem Siluriformes

CALLYCHTYIDAE

Aspidoras fuscoguttatus (Nijssen & Isbrücker, 1976)

LORICARIIDAE

Subfamília Neoplecostominae
Neoplecostomus corumba (Zawadzki, Pavanelli & Langeani, 2008)
Subfamília Hypoptopomatinae
Microlepidogaster sp.
Subfamília Hypostominae
Hypostomus ancistroides (Ihering, 1911)
Hypostomus sp. 1
Hypostomus sp. 2
Hypostomus sp. 3
Hypostomus sp. 4

HEPTAPTERIDAE

Heptapterus sp.
Rhamdia quelen (Quoy & Gaimard in Freycinet, 1824)

Ordem Cyprinodontiformes

RIVULIDAE

Rivulus pictus (Costa, 1989)

POECILIIDAE

Phalloceros harpagos (Lucinda, 2008)
Poecilia reticulata (Peters, 1859)

Ordem Perciformes

CHICLIDAE

Cichlasoma paranaense (Kullander, 1983)

Assim e em complementação, analisando as informações disponíveis sobre a ictiofauna do Distrito Federal e considerando o potencial para o endemismo e ameaças de extinção da ictiofauna em várias regiões do Cerrado, é imprescindível a ampliação do conhecimento desta fauna, em especial nas cabeceiras. Tal aprofundamento poderá ser feito por ocasião do Plano de Manejo da UC a ser criada.

Interação fauna e flora

Todas as quatro áreas estudadas possuem graus altos de pressão antrópica e os seus habitats encontram-se em vulnerabilidade, tendo em vista a abrangência e a permanência dos impactos a eles atribuídos. O fogo é uma constante em todas as áreas e devido a presença dos plantios de pinus e eucalipto e a massa energética que eles possuem, os incêndios são classificados de grande proporção. Como demonstrado no item sobre o clima e ocorrência de incêndios, os incêndios não são classificados como naturais, derivados de descargas elétricas, mas sim decorrentes de alguma ação antrópica do seu entorno ou da população residente. Desde a falta de coleta de lixo que força a população a atear fogo no

lixo doméstico, as “gambiaras” de energia elétrica, devido a não permissão de instalação regular de energia para a população residente.

Atenção especial deve ser dada ao impacto causado nas veredas, principalmente na Área 3, já que o buriti (*Mauritia flexuosa*) é uma espécie chave para a conservação de duas espécies de *psittacidae* que ocorrem na região de interesse deste Estudo, quais sejam: a *Orthopsittaca manilata* (maracanã-do-buriti), e arara-canindé ou araraúna (*Ara ararauna*). Estas espécies se alimentam dos frutos produzidos por esta palmeira, e também utilizam as cavidades de indivíduos mortos para se reproduzirem (BRIGHTSMITH & BRAVO, 2006; VILLALOBOS & BAGNO, 2012).

Os buritizais são também utilizados por outras espécies de aves, principalmente o limpa-folha-do-buriti (*Berlepschia rikeri*) e o andorinhão-do-buriti (*Tachornis squamata*) (SICK, 2007). *Berlepschia rikeri* não foi encontrado na FNB, mas ocorre no Distrito Federal e no Parque Nacional de Brasília, e possivelmente será registrado na área do futuro Parque e da Flona se houverem estudos com aves nestas UCs. *Tachornis squamata* foi encontrada em baixo número na Área 1, mas várias aves foram verificadas na Área 3, onde está localizado o maior buritizal dentre as áreas amostradas.

Os alvos para conservação foram considerados como espécies de fauna e flora amostradas na FNB que se encontram ameaçadas, ou são endêmicas ou possuem alguma restrição de hábitat. Cada grau de ameaça e pressão, portanto, tem um nível que varia de 1 a 64, sendo que quanto maior o número, maior o grau de pressão e/ou ameaça aos recursos naturais. A seguir são apresentadas a listagem das ameaças, níveis de pressão e estado de conservação dos principais ambientes das áreas 1, 3 e 4 da Floresta Nacional de Brasília.

Tabela 8: listagem das ameaças, níveis de pressão e estágio de conservação dos principais habitats identificados na FNB, segundo temas

Grupo	Habitats	Ameaças Identificadas*	Níveis de Pressão	Estágio de Conservação
Vegetação	Mata de Galeria	3, 5, 6, 11, 14	Alto	Vulnerável
	Campo Limpo	2, 3, 5, 6, 11, 14	Alto	Vulnerável
	Campo Sujo	2, 3, 5, 6, 11, 14	Alto	Vulnerável
Abelhas Sem Ferrão	Mata de Galeria	3, 14	Baixo	EP
	Campo Limpo	3, 14	Baixo	EP
	Campo Sujo	3, 14	Baixo	EP
Herpetofauna	Formação Savânica	3, 4, 5, 6, 10, 11, 13	Alto	Vulnerável
	Formação Florestal	3, 4, 5, 6, 10, 11, 13	Alto	Vulnerável
Avifauna	Formação Savânica	2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14	Alto	Vulnerável
	Formação Florestal	2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14	Alto	Vulnerável
Mastofauna	Formação Savânica	2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14	Alto	Vulnerável
	Formação Florestal	2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14	Alto	Vulnerável

* (1) Extração de produtos madeireiros; (2) Extração de produtos não-madeireiros; (3) Incêndios/ Queimadas; (4) Poluição por convergência do escoamento superficial da cidade; (5) Abertura de ramais e vias de acesso; (6) Uso Público desordenado; (7) Caça predatória (8) Tráfico de animais; (9) Rodovias (atropelamento da fauna); (10) Presença de animais domésticos; (11) Espécies exóticas/ invasoras; (12) Conflitos com propriedades; (13) Isolamento da área da FNB; (14) Pastoreio do gado na Área 3; e EP – Em estresse por pressão antrópica

Meio Antrópico e Socioeconômico

Ocupação e colonização do território da Floresta Nacional de Brasília

Em áreas próximas à cidade satélite de Brazlândia, onde se localiza o Parque Distrital das Araras, passava um dos trechos antigos da Estrada Real. Segundo BERTRAN (2004), em Brazlândia havia duas rotas principais nas quais ligavam a capitania de São Paulo ao Mato Grosso e Goiás, uma conectada à cidade de Salvador - BA e outra por Parati – RJ, ambas desbocando na região do Distrito Federal. O Memorial JK é localizado na área de um dos cruzamentos das estradas coloniais usadas nas bandeiras e entradas no sertão do cerrado brasileiro.

Na região do Parque em estudo, foram identificadas algumas ramificações ou porções da Estrada Real, sendo que um trecho passava ao sul na área 3 da Flona. A Estrada Real, conforme dados de BERTRAN (2004), possui vestígios onde hoje passa a BR-070, até a DF-001, seguindo por dentro do Parque Nacional de Brasília. Esta porção é parte integrante do trecho da Estrada Real que vinha de Cocalzinho e seguia para a Bahia.

Importante recordar que a região da Bacia do rio Descoberto recebe o nome que tem devido a localização próxima do rio Descoberto, que outrora se chamava rio Despenhado. O serviço da Capitania de Goiás, a fim de auxiliar o transporte dos minérios, construiu em 1750 duas pontes, uma sobre o rio Palmital, e outra no rio Despenhado. As construções auxiliariam a passagem de tropas para a guerra contra os indígenas e para facilitar a travessia entre os chapadões com mercadorias para a capital do Império. No caso do então rio Despenhado, na época da construção da ponte foi encontrado ouro e ali instalada uma lavra de exploração. Tão grande era a quantidade de ouro, que o sucesso promoveu a mudança do nome do rio, que de Despenhado passou a se chamar rio Descoberto. O rio Descoberto marca a divisa geográfica entre o Distrito Federal e Goiás e nomeia, devido ele ser o principal curso da bacia hidrográfica, toda essa a região (BERTRAN, 2004).

Antes da construção de Brasília havia na região as cidades de Planaltina e Brazlândia, datadas de 1859 e 1933, respectivamente, na época na qual o desenho quadrilátero de 14.400 km² da área foi desenvolvido. As áreas pertenciam a antigas fazendas de origem do final do ciclo do ouro no século XVIII até algumas instituídas no final do século XIX, e outras formadas pelos parcelamentos ou posseiros instalados antes da criação da capital.

De 1940 até 1960 houve na região um processo de desapropriação das 92 fazendas locais, que estavam arrendadas, com os funcionários ou com posseiros, onde hoje é o Distrito Federal (IBGE, 1994). Nessas fazendas existia até início do século XX a criação e pastoreio de gado, cavalos, burros e jegues, e próximo aos cursos d'água plantações de milho, mandioca, feijão, verduras e pomares. Havia áreas de cerrado nativo e grande quantidade de fauna, além de estar ali os principais mananciais de água para abastecer o DF e Goiás (BERTRAN, 2004).

Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão - PICAG

Devido a crescente ocupação nas regiões próximas dos mananciais de água na Bacia do Descoberto foi necessário adotar mecanismos para o controle da degradação ambiental. Uma das medidas adotadas para este fim foi a criação de um cinturão verde. A intenção com este cinturão era criar zonas de produção e de conservação. Com a finalidade de organizar o território e preservar as áreas de mananciais é implementado em 1962 na região do Descoberto, o Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão, tendo a finalidade de beneficiar famílias na organização de uma área de produção agrícola no DF (GDF, 2007; OLIVEIRA, 2008).

Conforme GUEDES (2007), dez anos após a implantação do PICAG, o governo desapropriou diversas famílias da região. A motivação era ampliar a capacidade de

abastecimento da região, construindo um lago no rio Descoberto. Além disso, o lago iria melhorar a distribuição de água na irrigação do PICAG e ajudar os colonos na sua produção nas regiões Brazlândia, Ceilândia e Taguatinga, assim como na parte de Goiás. Assim, em 1974 foi construída no rio Descoberto uma barragem com capacidade para armazenar 102,3 m³/h de água. Tal construção agravou a situação fundiária local, pois muitas propriedades originais do projeto Alexandre de Gusmão foram vendidas, parceladas e áreas foram invadidas havendo forte crescimento demográfico e urbanização (OLIVEIRA, 2008).

Segundo MALAGUTTI (1997) além do adensamento demográfico, as ocupações clandestinas tinham como agravante estarem em sua grande maioria em áreas de conservação ambiental, como nos mananciais da Bacia do Descoberto. Uma das medidas tomadas para a conservação do lago e dos recursos hídricos da bacia do Descoberto, onde estava o Picag, e frear as invasões nas áreas destinadas à conservação, áreas públicas e que tinham baixo índice de invasão humana, foi o desenvolvimento de um projeto de reflorestamento. O projeto passou a ser executado a partir de 1973 com o plantio de espécies de pinus e eucalyptos, sendo as áreas da FNB originadas dessas áreas de reflorestamento.

Próximo a Brazlândia ocorrem adensamentos populacionais como o Lucena Roriz e o Incra-8, Setor Maranatha e Zé Pires. Na parte da bacia que corresponde a Goiás, em Padre Bernardo, e Águas Lindas o mesmo ocorre, em destaque a esta última cidade que vem crescendo demograficamente nos últimos anos e provocou na região o parcelamento e mau ordenamento da ocupação e uso do solo próximo ao lago do Descoberto.

Nesse processo de venda, parcelamento e invasão na região do PICAG, formaram-se diversos loteamentos agrícolas com propriedades menores na antiga área 3 da Floresta Nacional, e muitas áreas passaram a ter ocupações clandestinas gerando um processo de urbanização como a área do Incra-8 (AQUINO, 2012).

Segundo MADER (2010), a empresa PROFLORA foi criada pelo Governo do Distrito Federal no final da década de 1970 com a finalidade de reflorestar as áreas 1, 2, 3, 4 e 5-A e outras. Essas áreas eram terras públicas que possuíam ainda baixa ocupação, e o objetivo foi introduzir e criar florestas de pinus, eucalyptos e espécies nativas, e ao mesmo tempo, controlar as invasões nas áreas de conservação.

Aspectos Fundiários

Em resposta ao Despacho - IBRAM/PRESI/SUCON/DIPUC, de julho de 2025, que informou no histórico processual do Parque Distrital das Araras, “*não constam informações fundiárias referentes à área proposta*”. Assim, foi o Processo encaminhado à Geref, que elucidou que há áreas certificadas no Sistema de Gestão Fundiária - Sigef, indicando existência de registros formalizados de imóveis rurais naquela localidade. A Geref então encaminhou o Processo à Terracap requisitando manifestação formal da Companhia quanto à dominialidade dos imóveis existentes no perímetro proposto, incluindo informações sobre a situação das respectivas matrículas cartoriais.

Em resposta, a Terracap, após analisar as proposições de ampliação e urbanização do Quinhão 14 e a ampliação das Quadras 12 a 18 em Brazlândia¹¹, analisou a então proposição do Parque, informando as informações fundiárias requeridas.

¹¹ Relatório nº 4962/2021 - Nuvis SEI 00392-00008575/2021-92 (181769089) e Relatório nº 4963/2021 - Nuvis SEI 00392-00008575/2021-92 (181769185)

O mapa da figura abaixo faz parte da resposta da Terracap (original em 182243018), seguido de legenda em 182243186, disposta neste Estudo logo na sequência do mapa:

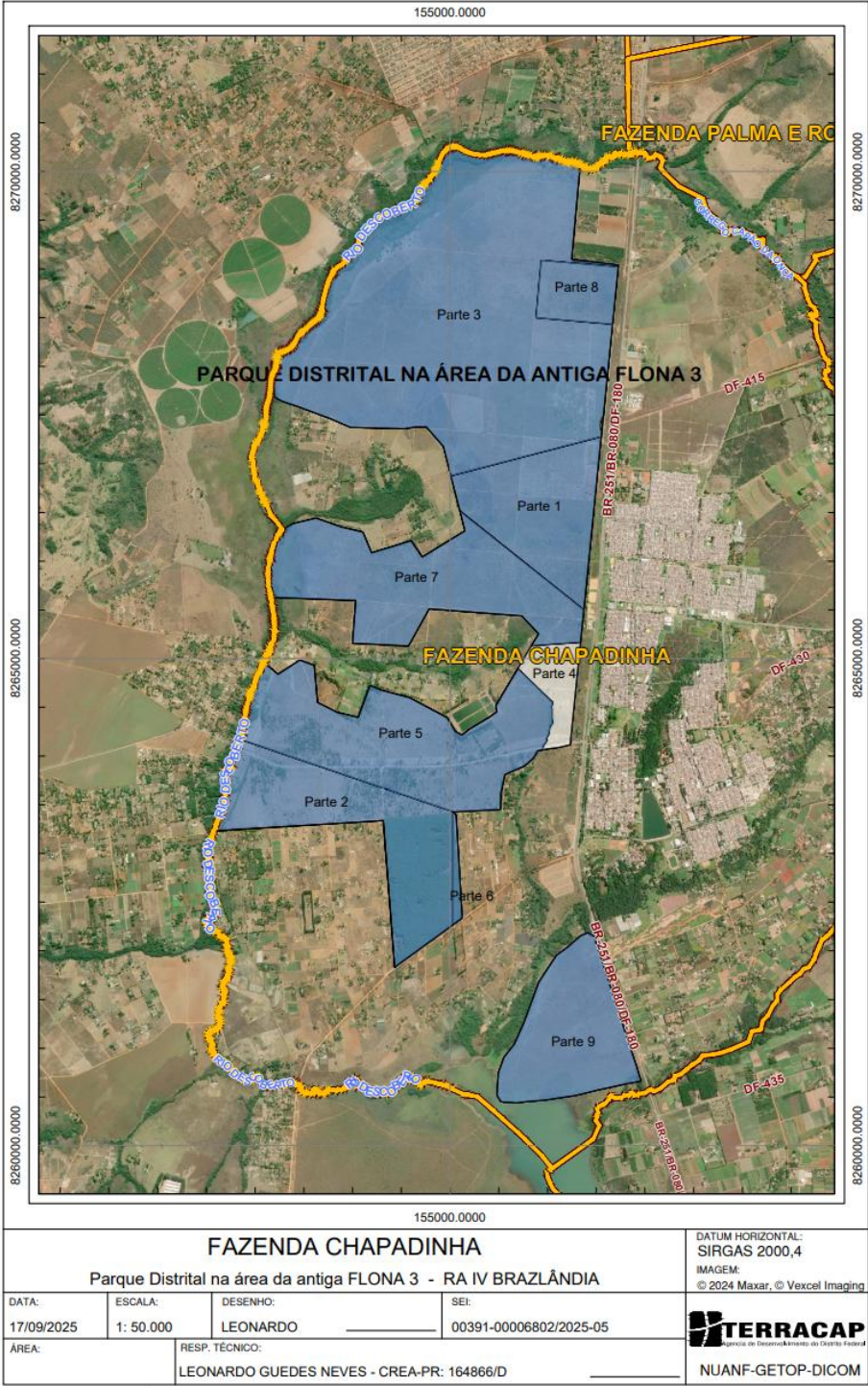


Figura 38: situação fundiária da Área 3 da FNB

Fonte: Croqui fundiário Terracap (182243018)

A seguir se expõe a legenda do mapa anterior, com os imóveis, matrículas, transcrições e proprietário das porções territoriais acima informadas:

- Parte 1) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária De Brasília

Situação: imóvel incorporado ao patrimônio da Terracap

Matrícula: R.1/91.012, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.2/90.997, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.2/91.007, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.2/91.003, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.2/91.006, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.2/91.008, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.1/91.000, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.1/91.004, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.2/90.999, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.2/91.001, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.2/91.005, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.3/17.471, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.23/3.098, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.21/3.098, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.1/91.009, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: R.26/3.098, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 140.832, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 139.603, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 139.234, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 143.430, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 139.233, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 139.235, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 143.431, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: 143.809, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Transcrição: 796, Fls. 235, Livro 3, Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Transcrição: 797, Fls. 253, Livro 3, Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Transcrição: 798, Fls. 235, Livro 3, Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Transcrição: 800, Fls. 236, Livro 3, Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis – DF

Matrícula: Av.7/139.311, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

- Parte 2) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

Matrícula: R.1/141.987, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

- Parte 3) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

Matrícula: R.1/141.418, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis - DF

- Parte 4) - Destaque em Branco (Imóvel: Chapadinha)

Situação: Imóvel não Pertencente ao Patrimônio da Terracap

- Parte 5) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

Matrícula: R.1/141.987, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

- Parte 6) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

Matrícula: R.1/141.987, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

- Parte 7) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

Matrícula: R.1/141.987, Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis – DF

- Parte 8) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília¹²

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

Transcrição: 1.396, Fls. 274, Livro 3-A, Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis - Luziânia - GO

- Parte 9) - Destaque em Azul (Imóvel: Chapadinha)

Proprietário: Terracap - Companhia Imobiliária de Brasília

Situação: Imóvel Incorporado ao Patrimônio da Terracap

¹² Patrimônio Distrital de Brazlândia

Não obstante a informação anteriormente prestada pela Terracap em setembro de 2025, o Plano de Manejo da FNB informa que a área 3 foi criada em 1999 *“sobre 09 (nove) propriedades, todas particulares, sendo duas propriedades em espólio e uma propriedade que não foi possível identificar a matrícula”*. Informa ainda este Plano de Manejo que, segundo a Terracap (2013), as ocupações presentes dentro da FNB *“não se configuram em áreas passíveis de regularização fundiária”*.

Infraestrutura Existente e Usos Preponderantes

Assim como na área 2, um dos problemas identificados e diversas vezes citado pelos entrevistados e demais moradores da área 3 durante as reuniões abertas para elaboração do plano de manejo é a falta de energia elétrica legalizada, problema denominado pelos moradores como situação de risco, sendo comum a prática de “gatos/gambiaras”, o que também impede que se tenha luz de qualidade para o funcionamento de equipamentos eletrônicos de necessidades básicas como chuveiro e geladeira, vide figura abaixo:



Figura 39: exemplo de instalação de luz irregular na entrada de uma propriedade entrevistada.

Foto: Edilaine Dick

Quanto à destinação do esgoto da propriedade, 57% dos entrevistados (21) declararam que possuem fossas rudimentares, também denominadas com fossa manilhada. Vinte e dois por cento dos entrevistados (8) declararam possuir fossa seca na propriedade e os demais destinos do esgoto são valas a céu aberto, fossas sépticas e sumidouros, fossas rudimentares e valas a céu aberto, fossas secas e valas a céu aberto. Dois entrevistados informaram que na propriedade não existe infraestrutura de banheiro.

Na área 3 encontra-se em funcionamento uma lagoa de oxidação da Caesb citada pelos moradores durante as reuniões abertas como um problema, devido ao mau cheiro proveniente do local. OLIVEIRA (2012) mencionou que o empreendimento é anterior a criação desta UC, e que atualmente foi firmado um TAC entre a Caesb e o Ibama, visando o licenciamento desta lagoa, por estar em situação irregular. Também é anterior a criação da FNB o posto de combustível inserido em seus limites, mas destacou que, no momento, não tem conhecimento de documentos relacionados a este empreendimento.

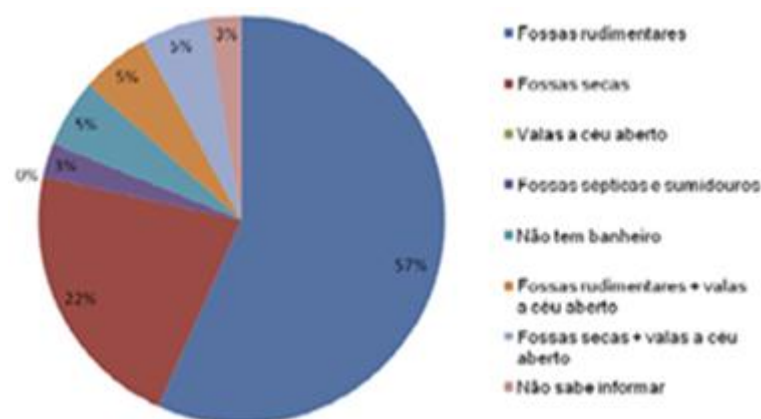


Figura 40: destinação de esgoto nas propriedades entrevistadas na área 3

A falta de destinação adequada do lixo é um problema recorrente nesta área, sendo que apenas uma propriedade declarou que tem sistema de coleta seletiva, e uma propriedade tem coleta não seletiva. Nas demais propriedades não existe qualquer sistema de coleta de lixo, sendo que 21 entrevistados declaram que queimam o lixo produzido, 10 utilizam o material orgânico para alimentar os animais, 10 levam para cidade, 09 utilizam para fazer compostagem que depois serve para adubo na propriedade e 04 enterram.

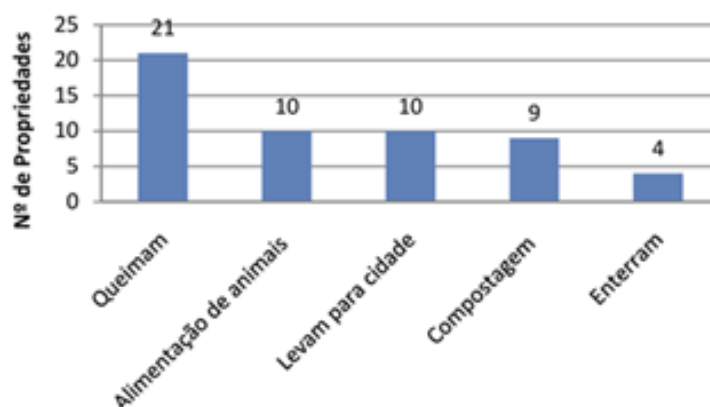


Figura 41: destinação do lixo nas propriedades entrevistadas na Área 3

A área 3 da Flona de Brasília possui características agrícolas, sendo que dos entrevistados 70% (26) declararam que possuem atividades que geram renda na propriedade. As principais atividades desenvolvidas estão relacionadas com agricultura; horticultura; fruticultura; pecuária; atividades relacionadas ao turismo e aluguel de galpão. Em geral as atividades são desenvolvidas de forma consorciada, ou seja, mais de uma atividade por propriedade, conforme ilustrado na figura abaixo, no qual se observa que as principais atividades desenvolvidas estão relacionadas à agricultura e horticultura.

As principais culturas produzidas para comercialização são laranja, banana, manga, abacate, jaca, limão, alface, mandioca, milho, feijão, abóbora, caeté, couve, abobrinha, quiabo, feijão de corda, pimentão, beterraba, cenoura, vagem, pepino, jiló, café, coentro, cebolinha, brócolis, rúcula, salsa, agrião, dentre outras culturas. Destaca-se produção expressiva de hortaliças para comercialização principalmente nas chácaras localizadas na localidade informada pelos entrevistados como córrego Cortado.

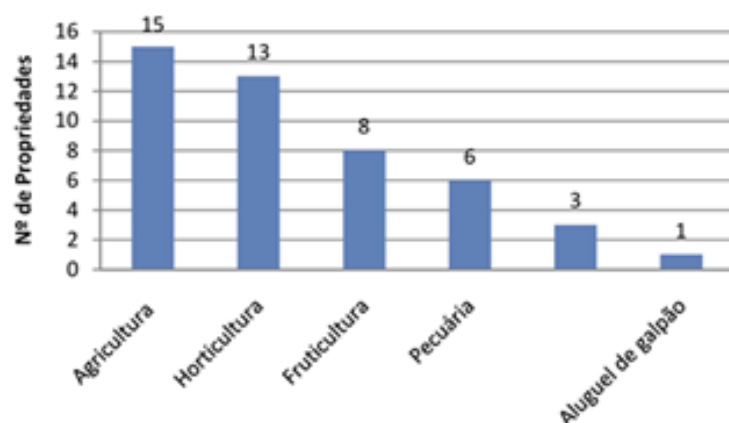


Figura 42: atividades que geram renda nas propriedades entrevistadas na Área 3

A criação de gado principalmente para produção de leite, galinha e produção de ovos caipira, também foi verificada em 06 propriedades localizadas na área 3.

A produção relacionada acima é vendida principalmente para os vizinhos, Ceasa de Brasília, sacolão de verduras, comércios locais e pessoas que vão até a propriedade para comprar. Apenas um entrevistado declarou que vende para a agroindústria. Entre as feiras da região destaca-se a Feira de Brazlândia. Vide figuras a seguir:



Figura 43: (A) estrutura preparada para o plantio de chuchu; (B, C) produção de hortaliças em propriedades localizadas no córrego Cortado; e (D) criação de gado para corte e leite

Fotos: Edilaine Dick e Marcos Alexandre Danieli



Figura 44: propriedades destinadas ao desenvolvimento de atividades turísticas e retiros religiosos

Fotos: Edilaine Dick

Destaca-se que todas as propriedades entrevistadas possuem atividades de subsistência na propriedade, sejam elas relacionadas a agricultura, fruticultura, cultivo de hortaliças e criação de animais, conforme ilustrado anteriormente. Em diversas propriedades é desenvolvida mais de uma atividade.

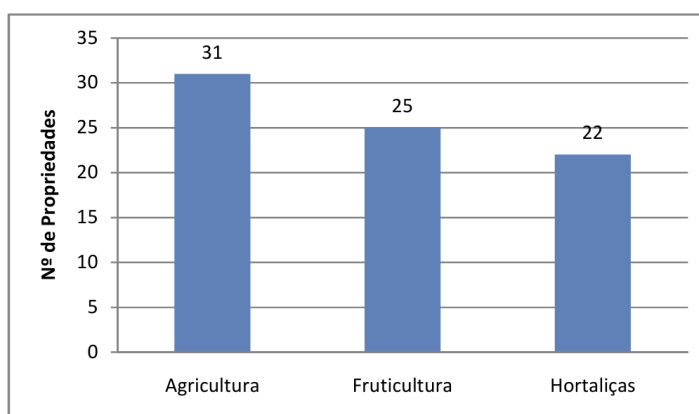


Figura 45: agricultura de subsistência realizada nas propriedades entrevistadas na Área 3

As principais culturas plantadas para subsistência são: cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão, abóbora, berinjela, repolho, pepino, chuchu, jiló, alface, quiabo, melancia, amendoim, salsa, cebolinha, brócolis, coentro, dentre outros. Em geral, a produção que sobra da venda

é consumida na propriedade e em alguns casos o excedente da produção para subsistência é comercializada para os vizinhos.

Quanto à fruticultura os pomares se constituem na maioria das vezes em pequenos pomares com poucas árvores somente para o consumo na propriedade, destacando-se as principais frutas: abacate, caju, manga, jaca, romã, banana, laranja, coqueiro e maracujá.

Quanto à criação de animais para subsistência, apenas 03 propriedades não desenvolvem a atividade, as demais possuem criação de aves, suínos, gado, ovinos e piscicultura, conforme apresentado na figura abaixo:

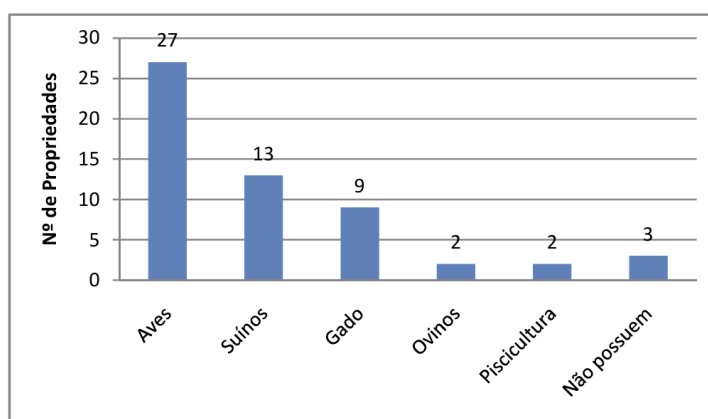


Figura 46: criação de animais de subsistência nas propriedades entrevistadas na área 3

A criação de gado solto dentro da área 3 da Flona foi verificada nas proximidades do córrego Cortado e próximo a estação de tratamento de esgoto da Caesb. Outro problema identificado através da conversa com moradores locais é a criação de suínos cruzados com javali, porém foi identificado apenas em uma propriedade entrevistada, não sendo possível verificar qual é o tamanho do rebanho, ou quantas propriedades possuem essa espécie.

OLIVEIRA (2012) mencionou que já houve contato da FNB com moradores que deixem o gado solto, na localidade do rio Descoberto, dando prazo para retirada, os quais inclusive foram notificados, incluindo ações da Secretaria da Agricultura para recolhimento dos animais. OLIVEIRA (2012) mencionou ainda que cercaram uma nascente próxima, pois os moradores estavam deixando o gado chegar até esta nascente. Após esta ação, os moradores começaram a levar o gado para tomar água no rio.



Figura 47: presença de gado solto na área 3 (A) e criação de suínos cruzado com javali (B)

Fotos: Edilaine Dick

Quarenta e três por cento dos entrevistados (16) declararam receber algum tipo de incentivo para a produção agrícola. Em geral esse apoio é realizado pela Emater/DF, que além da assistência técnica, vacinação do gado, distribui adubos químicos, composto orgânico do lixo (adubo da SLU) e sementes. Conforme relatado por alguns moradores no ano 2012, o auxílio ainda não havia chegado. Por sua vez, 57% dos entrevistados (21) declararam não receber apoio para produção.

OLIVEIRA (2012) destacou que a utilização do Composto Orgânico do Lixo (COL) do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) é proibida na área 3, incluindo na localidade Maranhã, e outras enquadradas na legislação que rege o uso deste composto, para se evitar que o adubo escoe direto ao lago do Descoberto, devido à proximidade dessa região com o Lago do Descoberto. Em visitas *in loco*, verificou-se que moradores desta localidade continuam utilizando este composto. Conforme Resolução nº. 01, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho de Meio Ambiente do DF, a utilização do adubo da SLU deve observar critérios básicos como declividade, proximidade com recursos hídricos e pontos de captação.

A terra utilizada para o plantio em 62% das propriedades (23 propriedades) é preparada de forma mecanizada, 16% dos entrevistados (06 propriedades) declararam não utilizar qualquer técnica de mecanização, preparam o terreno com uso de ferramentas agrícolas (enxada), 13% das propriedades (05) consorciaram o uso da mecanização e não mecanização, as demais propriedades utilizam técnicas como tração animal ou mecanização associada a tração animal.

Ressalta-se que o processo de mecanização na maioria dos casos é utilizado de forma gradual, uma vez ao ano, uma vez a cada dois anos, ou quando necessário, sendo que o trator utilizado é geralmente alugado ou emprestado por vizinhos.

Quando perguntados sobre a utilização de agrotóxicos na produção, 57% (21) dos entrevistados declararam não usar agrotóxicos, 38% (14) falam que a utilizam e 5% (02) não informaram. Foi detectada a utilização em alguns casos de adubo químico.

Por sua vez, 54% por cento dos entrevistados (20) declararam que não possuem sistema de irrigação na propriedade, 43% (16) informaram que possuem e 3% (1) não informou. Destaca-se que a irrigação é utilizada principalmente nas propriedades onde há produção de hortaliças, e são utilizados dois sistemas principais, de aspersão e gotejamento. A figura abaixo ilustra o uso de sistema de irrigação no local:



Figura 48: sistema de irrigação utilizado em propriedade produtora de hortaliças

Foto: Edilaine Dick

Quanto à utilização de fogo para o preparo da terra, 92% (34), dos entrevistados declararam que não utilizam esse mecanismo, apenas 3% (01), declarou utilizar a técnica, e 5% (02), não informaram. No entanto, o fogo é um problema recorrente em toda a região estudada para compor o Parque. Cerca de 90% (34) dos entrevistados declararam já ter percebido a ocorrência de focos de incêndio nos últimos anos nesta área.

A criação de animais domésticos também está presente na área, sendo que a população de cachorros varia de 01 a 08 animais por propriedade, somando 123 cães, distribuídos em 35 das propriedades entrevistadas. E a população de gatos soma 61 animais, distribuídos em 20 das propriedades entrevistadas. Outros animais domésticos foram verificados em algumas propriedades, entre eles, cavalo, periquito e preá.

Outro problema identificado durante as entrevistas e reuniões abertas é a falta de segurança pública na região, sendo que a região conhecida como área dos pinus serve muitas vezes para o descarte de lixo, crimes e até desova de corpos. Assaltos nas propriedades têm acontecido frequentemente, sendo necessário deixar o portão das propriedades chaveado.

Assim como identificado nas áreas 1 e 2 da FNB, há presença de lixo em diversos locais da área 3. Há relatos de lixo deixado por pescadores que frequentam o córrego Cortado. Outro problema identificado pelos moradores é a extração de folhas de buriti para ornamentação em épocas de festa junina. Outro grave problema são as práticas religiosas, que pode provocar incêndios devido o material utilizado nas cerimônias, como velas.

Queimadas e Incêndios

A Floresta Nacional de Brasília possui um Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais¹³ (PPCIF), datado de 2007 e elaborado em conjunto com o Prevfogo do Ibama. Mesmo defasado, este Plano Operativo relata informações importantes e ainda válidas para operações de combate a incêndios.

Segundo o relatório do PPCIF da Floresta Nacional de Brasília, as prováveis causas de incêndios nessa UC federal são registradas quase sempre como “desconhecidas” ou “criminosas”. Entretanto, relatos informais indicam grande número de incêndios relacionados à queima de lixo, recreação e rituais religiosos. Portanto, vale ressaltar que a ocorrência de queimadas é favorecida pelos agentes climáticos referentes à temperatura máxima, baixa umidade relativa do ar e menores ocorrências de chuva. Porém é normalmente provocada por outros fatores externos ao clima.

No que interessa ao presente Estudo, o citado Plano Operativo define áreas com maior risco de ocorrência de incêndios:

- **Área 1:** margens das rodovias DF-001 e BR-070, proximidades do córrego dos Currais e áreas de cerrado campo sujo próximo ao Ribeirão das Pedras;
- **Área 2:** margens da rodovia DF-001 e próximo às chácaras de Cana do Reino;
- **Área 3:** região de chácaras do Maranatha, região do Capãozinho e proximidades da DF-180; e
- **Área 4:** face leste da gleba e talhões infestados por vegetação gramínea na porção norte.

¹³ Disponível em: [file:///C:/Users/Fabiana%20Dallacorte/Downloads/13-floresta_nacional_brasilia-df%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Fabiana%20Dallacorte/Downloads/13-floresta_nacional_brasilia-df%20(1).pdf)

É importante salientar que as glebas 1 e 3 contam com amostras de mata de galeria e de cerrado campo sujo, que devem ser prioritariamente protegidos contra ocorrências indesejáveis de fogo. O diagnóstico das demais áreas críticas citadas, atende como orientação para não se repliquem na área 2, e devem ser planejadas forças-tarefas de pré-supressão em razão do acúmulo de combustível em níveis perigosos.

A figura à seguir ilustra as porções da área 3 da FNB que exigem maior atenção, assim como sua intersecção com a área 4 vizinha. Nela as áreas amarelas indicam os locais críticos, as setas indicam torneiras ou nascentes¹⁴, enquanto binóculos são pontos de observação. O perímetro das áreas 3 e 4 da FNB estão em contorno verde e os acessos de carro aos pontos de torneiras ou nascentes em cor rosa:

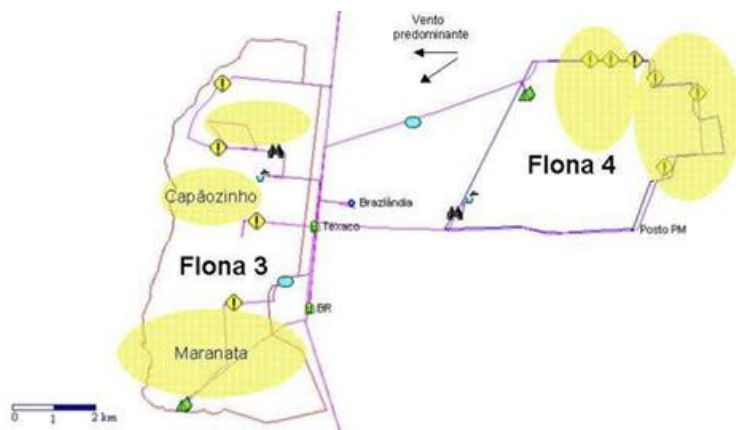


Figura 49: áreas críticas nas Áreas 3 e 4 da FNB para o combate e prevenção de incêndios florestais

Fonte: adaptado do PPCIF/FNB

Vocação Histórica e Uso e Ocupação na Região do Parque

Historicamente, tanto nas áreas Proflora 3 e 4 o reflorestamento ocorreu a partir da década de 1980. Conforme FALCOMER (2012), as áreas pertenciam às fazendas coloniais e com a construção de Brasília foram sendo desapropriadas. Ocorria em grande parte feições de cerrado, mas a partir dos anos 1970, com o processo de ocupações e remoções de invasões da área principal de Brasília, a paisagem da região do Descoberto foi se modificando devido a ocupação para a produção agrícola e para moradias para quem vinha tentar a vida em Brasília.

A região do rio Descoberto, onde estão as áreas 3 e 4, era visitada para lazer nos recursos hídricos presentes. Havia antes da formação da barragem e da lagoa do rio Descoberto, inúmeras cachoeiras e rica flora e fauna.

Conforme dados coletados por FALCOMER (2012) e HARADA (2012), as áreas começaram a ser exploradas no final de 1969, iniciando a demarcação dos quadrantes e desmatamento.

O cerrado foi cortado por correntes e no seu lugar foram colocadas mudas de pinus e eucaliptos. Durante o processo de plantio e cortes realizados nas áreas da Proflora, moradores relatam que com o reflorestamento houve diminuição da água em todos os cursos onde houve reflorestamento (SOUZA, 2012).

¹⁴ No contexto de um PPCIF, os termos "torneiras" e "nascentes" se referem a pontos de água essenciais para o combate ao fogo. A diferença principal é que as torneiras são pontos de abastecimento construídos e artificiais, enquanto as nascentes são fontes naturais.

Segundo MADER (2010), os projetos de reflorestamento foram administrados pela Fundação Zoobotânica, tendo a Proflora como empresa responsável até final dos anos 1990 quando foi iniciado seu processo de liquidação que permanece até hoje.

Não obstante, em junho de 1999 a Floresta Nacional de Brasília foi criada pelo Decreto s/nº/1999, com o objetivo de constituir um cinturão verde que assegurasse a preservação dos mananciais e do Parna de Brasília, sobre áreas dos plantios de Pinus e Eucalipto da Proflora, como citado acima. Agora, desafetada a área 3 da FNB por meio da Lei nº 14.447/2022, também verificada anteriormente, assim, urge estabelecer uma nova camada protetiva para a antiga área 3 da Floresta Nacional de Brasília.

Ainda segundo o GDF, nessa região “*pode ser considerado bastante intenso e diversificado, apresentando diversos tipos de uso, tais como chácaras de lazer, áreas cultivadas (agricultura familiar e hortifrutigranjeiro) e núcleos urbanos isolados*” (GDF, 2012). O mapa a seguir ilustra a distribuições dos usos do solo na área 3 da FNB:

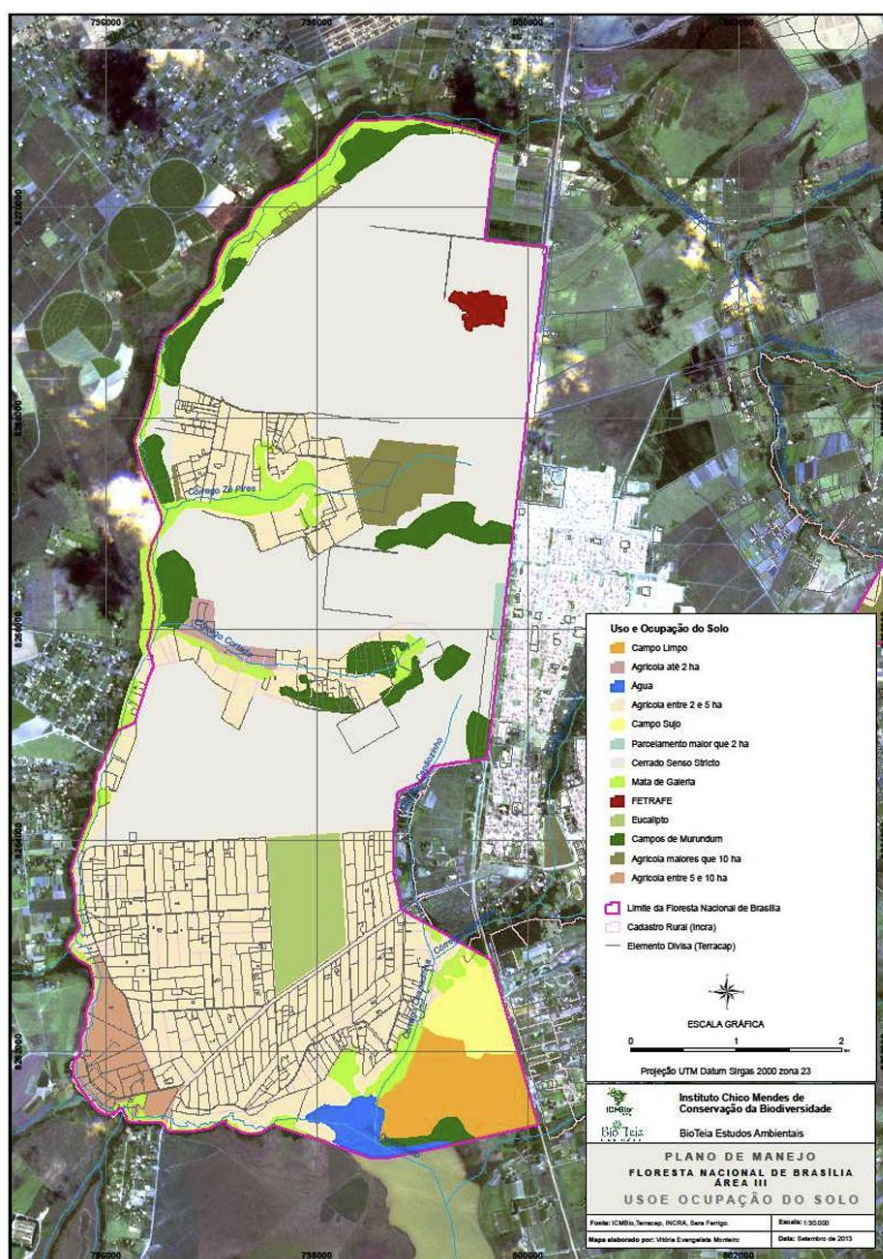


Figura 50: uso do solo na área 3 da FNB

Em um contexto mais amplo que apenas a área 3 da Flona, tem-se a região de Brazlândia. Segundo o Governo do Distrito, a região de Brazlândia se destaca em 1º lugar do DF na produção de hortaliças e o 2º lugar na de frutíferas (do DF), com importância para a atividade produtiva das glebas que compõem o Picag (GDF, 2012). Essa região também responde por mais de 13% da produção total do Distrito Federal, alcançando 38,73% da produção de hortaliças, respondendo ainda por quase um terço da produção de frutas do DF (NCA, 2008, p.145).

Observa-se áreas menores dispersas por toda a região do entorno dessa Região Administrativa, principalmente ao longo da DF-180. Percebe-se ainda que, o tipo de uso do solo dessas áreas passou por um processo de evolução, sobretudo, nas regiões com uma maior densidade de casas, caracterizando assim, um sub-parcelamento do território. Esse sub-parcelamento gerou os loteamentos denominados no ZEE-DF (2011) de áreas Agro-Urbanas. Dessas, a Colônia Agrícola Alexandre Gusmão destaca-se como uma das regiões em que esse processo de sub-parcelamento do solo está concentrado.

Características da População Residente no Entorno

Para o Plano de Manejo da FNB, aqui empregado com destaque para a área 3, no levantamento das informações socioeconômicas foram adotadas diferentes metodologias, como a de entrevistas estruturadas; estimativa populacional conjugando o número de residências identificadas por meio de ortofoto e o resultado da pesquisa de campo; reuniões com a população interessada; reunião com informantes chaves; observações de campo; e pesquisa bibliográfica.

No citado Plano, estimou-se a população atual da Flona por meio da identificação e contagem aproximada dos domicílios da unidade, com base na ortofoto do DF disponibilizada pela Terracap do ano de 2013, pois não foram encontrados levantamentos secundários com estimativas populacionais atuais. Esse total de domicílios foi multiplicado pela média de moradores encontrada no diagnóstico socioeconômico realizado para este plano de manejo.

No estudo realizado por BARROS *et al.* (2001), focado na caracterização socioeconômica dos moradores ocupantes da Flona, foram registradas 503 famílias residentes nas então 4 áreas dessa área protegida federal, num total de 2.050 pessoas, entre chacareiros, posseiros antigos e invasores recentes, que utilizavam a área sem nenhum manejo sustentável do solo. Na tabela a seguir, foram verificados os seguintes dados, considerando o Diagnóstico Socioeconômico ou a estimativa populacional:

Tabela 9: estimativa do número de moradores = nº de domicílios inseridos na FNB (ortofoto) X média de moradores por domicílio (base diagnóstico primário)

Diagnóstico Socioeconômico da FNB	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Total
Nº de domicílios levantados	03	51	37	06	97
Nº total de moradores entrevistados por domicílio	09	355	209	29	602
Nº médio de moradores por domicílio levantado	03	6,9	5,6	4,8	5,0
Estimativa populacional					
Nº de domicílios* identificados utilizando ortofoto	03	543	193	06	745
Nº total ou estimativa do nº de moradores	09	3.746	1.080	29	4.864
% da amostra em relação ao total	100%	19,17%	19,17%	100%	13%

* Estimativa do nº de acordo com o que foi possível identificar

Caracterização Socioeconômica

O polígono definido como área 3 da Floresta Nacional de Brasília, compreende uma área aproximada de 3.071,0069 hectares, e está localizado entre a DF-180, o córrego Chapadinha e o rio Descoberto (BRASIL, 1999) na região administrativa de Brazlândia. Sobre esta poligonal foram instalados antes da criação da Flona de Brasília os setores de chácaras do rio Descoberto, córrego Zé Pires, córrego Cortado, Jamelão, Capãozinho I e Capãozinho II e o Assentamento Maranhã (BARROS *et al.*, 2001).

Ainda de acordo com BARROS *et al.* (2001), no período de setembro a dezembro de 2000 foram identificados 1.012 moradores na área 3, caracterizando-se como uma população heterogênea quanto ao tempo de residência. Não existem dados da população moradora nesta área antes da criação dessa UC federal.

No levantamento socioeconômico realizado por DICK em 2013, nesta área foram realizadas 37 entrevistas, abrangendo os seguintes setores de chácaras (figura abaixo), conforme identificado pelos entrevistados: Barra do Córrego, Capãozinho, Capãozinho II, Maranhã, córrego Cortado, Fazenda Chapadinha, Fazenda Zé Pires e Setor da Vendinha. A idade dos entrevistados está entre 32 e 77 anos.



Figura 51: localização das propriedades entrevistadas na área 3

Fonte: Dick, 2013

Utilizando a ortofoto de 2013 foi possível identificar 193 domicílios, sendo assim, entrevistou-se aproximadamente 19,17% do total de domicílios existentes. O número total de pessoas residindo nos domicílios pesquisados foi de 209 moradores, o que corresponde a uma média de 5,6 moradores por domicílios, sendo assim, a população estimada para a Área 3 da Flona de Brasília é de 1.080 pessoas.

Quanto à profissão, 54% dos entrevistados (20) declararam-se como agricultores, e o restante das profissões diferem-se entre caseiros, funcionários públicos, pedreiros, dona de casa, trabalhador no transporte escolar, servente, agente de portaria, e outros. Três entrevistados declararam-se como agricultores, mas também desenvolvem outras profissões relacionadas ao serviço público, construção civil e motorista.

A relação do entrevistado com a propriedade está subdividida em morador e caseiro, sendo que 84% declaram-se como moradores, subentendendo-se como proprietários, porém não foi possível confirmar a informação, e 16% declararam-se como caseiro, ou seja, embora muitas vezes residam em tempo integral na propriedade prestam ou não serviço para o dono da área (Figura 49). Destaca-se que várias propriedades foram encontradas fechadas e segundo informações repassadas pelos vizinhos são de pessoas que moram na propriedade, mas trabalham na cidade, ou então são propriedades utilizadas para lazer nos finais de semana.

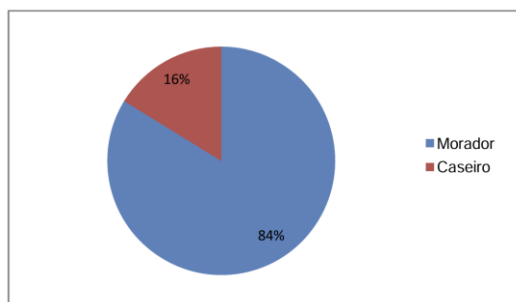


Figura 52: relação do entrevistado com a propriedade na área 3

Quanto ao tempo de permanência/moradia na propriedade, o índice varia de 0 a mais de 20 anos, sendo que 33% dos entrevistados (12) residem entre 05 e 10 anos na propriedade, 24% (9) entre 10 e 15 anos, 19% (7) entre 15 e 20 anos, 14% (5) entre 01 e 5 anos, 5% (2) entre 0 a 01 ano, e 5% (2) mais de 20 anos, conforme a figura a seguir. Ou seja, a maioria dos entrevistados 81% residem no local há mais de 05 anos. Apenas 24% dos moradores entrevistados residem na área antes da criação da Floresta Nacional, que em dados atualizados, perfaz mais de 26 anos.

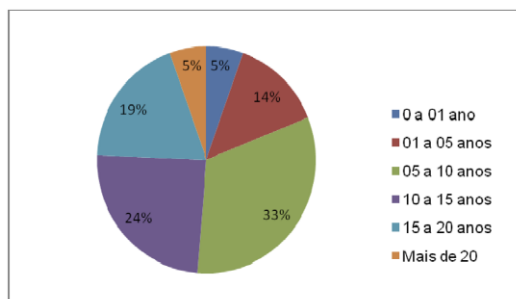


Figura 53: tempo de residência dos entrevistados nas propriedades na área 3

O número de pessoas que residem nas propriedades varia entre 01 e 28 pessoas por propriedade, sendo que na maioria delas 38% (14) residem entre 0 e 03 pessoas, e 35% (13) entre 04 e 07 pessoas, seguido de 19% (7) entre 08 e 11 pessoas, 5% (2) entre 20 e 30 pessoas, e 3% (1) entre 12 pessoas. Totalizando 209 pessoas moradoras no total das propriedades entrevistadas.

Em 57% das propriedades (21) os moradores representam o grupo familiar do entrevistado (pai, mãe, filhos, netos, sobrinhos, nora, cunhados, irmãos, avós) sendo o grupo familiar composto de diferentes formas. Em 24% (9) das propriedades, além do grupo familiar, residem o entrevistado, empregados e/ou outras pessoas das quais não foi informada a representação durante a entrevista, e em 19% (7) das propriedades reside apenas o entrevistado.

A pirâmide da idade dos residentes nas propriedades entrevistadas a Área 3 da FLONA de Brasília é diferente da Área 2, na Área 3 a população é mais velha, dos moradores pertencentes a faixa de 0 a 9 anos temos 5,75%, da faixa de 0 a 19 anos tem-se 24,46% da população, entre 20 e 50 anos temos 45,33% da população e mais de 30% da população tem mais de 50 anos (DICK, 2013). Destaca-se, no levantamento socioeconômico, aproximadamente 70 pessoas para as quais não foi obtida esta informação.

O Grau de instrução/escolaridade das pessoas residentes nesta área é baixo, com 45,52% com escolaridade de ensino fundamental incompleto, 5,97% fundamental completo e 11,94% sem instrução, no ensino médio são 14,92% com este nível completo e 8,95 médio incompleto, somente 2,99% tem nível superior completo (DICK, 2013).

Para 27% (10) das famílias entrevistadas a fonte de renda familiar provém exclusivamente da agricultura, e para 22% (8) decorre da agricultura, mas associada com outras profissões desenvolvidas pelo grupo familiar, como serviço público, construção civil, porteiro, comércio, bolsa família e serviços gerais. As demais famílias têm renda proveniente de diversas atividades, entre elas: serviço público, aposentadoria, benefício INSS, bolsa família, diarista, comércio, salário de caseiro, dentre outras atividades, conforme apresentado na figura 52.

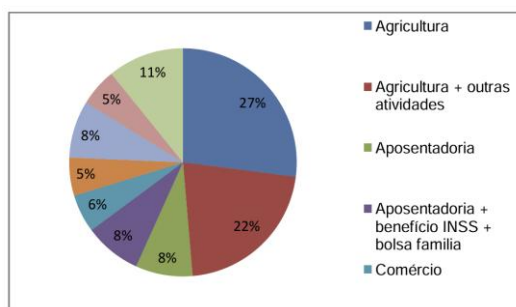


Figura 54: fonte de renda familiar dos entrevistados na área 3

Considerando o valor do salário mínimo (SM) de janeiro de 2012, os Estudos apontam que a renda familiar variava de até 01 salário mínimo (R\$ 622,00) até mais de 03 salários mínimos (R\$ 1.866,00). A maioria dos entrevistados, 40% (15) apresenta renda entre R\$ 622,00 a R\$ 1.244,00, seguido de 30% (11) com renda até R\$ 622,00 e 24% (9) mais de R\$ 1.866,00, seguido de outros valores, como um entrevistado que declarou ter renda familiar mensal de R\$ 15.000,00, proveniente da propriedade que possui nessa área e em outras propriedades fora da Floresta Nacional de Brasília. A renda familiar às vezes é complementada com o recebimento de aposentadoria por algum dos seus membros.

O tamanho das propriedades localizadas na área 3 varia entre 0,1 e mais de 20 hectares, sendo que 75% (28) possuem área de 01 a 05 hectares, seguidos de 13% (5) que apresentam área de 05 a 10 hectares, e os outros 12% estão divididos em áreas de 0,1 a 01 hectare, 10 a 15 hectares, 15 a 20 hectares e mais de 20 hectares. Em uma das entrevistas não foi possível confirmar o tamanho da propriedade, mas verificou-se que a mesma possui aproximadamente 50 hectares ou mais.

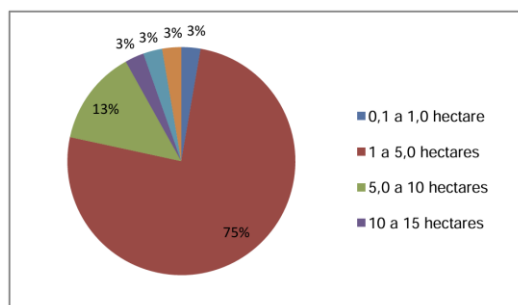


Figura 55: tamanho das propriedades entrevistadas na área 3

Das propriedades entrevistadas 32,4% (12) declararam que a propriedade é proveniente de parcelamento, 32,4 % (12) que a propriedade não é proveniente de parcelamento e 35,1% (13) não souberam informar ou não informaram a situação da propriedade, conforme a figura a seguir:

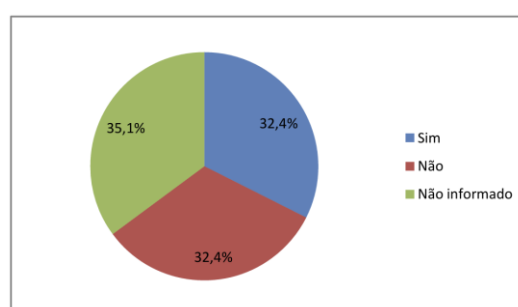


Figura 56: situação do parcelamento de solo das propriedades entrevistadas na área 3

Quando questionados sobre a documentação que possui da propriedade, 56,76% dos entrevistados (21) declararam que possuem título de posse da terra, 21,62% (08) responderam que não possuem documentação, e 21,62% (08) não informaram ou não souberam informar. 54% dos entrevistados (21) declaram possuir cessão de direito de uso da terra. Demais entrevistados declararam possuir os seguintes documentos: cessão de direito e outros documentos como escritura pública, procuração, carta Emater, carta associação (3% - 08 entrevistados); documentos diversos como carteira de produtor rural, cadastro na Terracap, comprovante de residência (3% - 08 entrevistados); procuração (6% - 02 entrevistados); não possui qualquer documento, pois a terra é proveniente de invasão (3% - 08 entrevistados); e não informado (16% - 06 entrevistados). Dentre os não informados, uma pessoa até declarou que possui documento, mas não sabe qual é (figura a seguir):

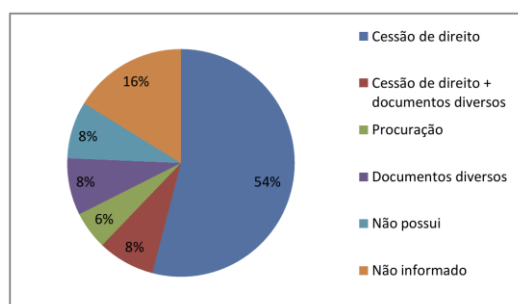


Figura 57: documentação referente a titularidade das propriedades entrevistadas na área 3

Entre as benfeitorias existentes nas propriedades destacam-se as casas de alvenaria (26 propriedades), barracos (15 propriedades), incluindo construções em adobe e casas de madeira (05 propriedades) que são utilizadas para moradia. O tamanho e estrutura da construção são diferentes para cada propriedade, mas em geral são casas pequenas ou barracos que acomodam toda a família. Em 05 propriedades foram verificadas a presença de 02 até 05 casas de alvenaria.

As demais benfeitorias existentes estão relacionadas a criação de animais e em 07 propriedades foram identificadas outras construções como tanque de peixe em construção, galpão, dormitórios, restaurante, campo de futebol, piscina e centro para eventos. As figuras a seguir exemplificam os diferentes tipos e tamanhos de construções utilizadas para moradia no local:



Figura 58: exemplos dos tipos e tamanhos de construções utilizadas para moradia identificadas na área 3

Fotos: Edilaine Dick





Figura 59: mais exemplos dos tipos e tamanhos de construções utilizadas para moradia identificadas na área 3

Fotos: Edilaine Dick e Marcos Daniele

A água que abastece as propriedades em 70% (26) dos casos é proveniente de poço também chamado de cisterna. Seguido de 13% (5) proveniente de poço/cisterna e rio (nascente), 11% (4) de rio (nascente) e 3% (1) de poço artesiano.

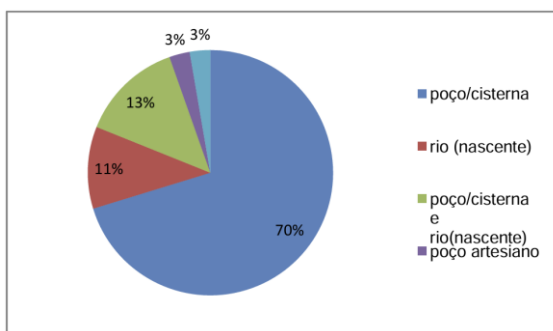


Figura 60: sistema de abastecimento de águas das propriedades entrevistadas na Área 3



Figura 61: propriedade abastecida por poço/cisterna e rio (nascente), referindo-se ao lago do Descoberto, localizado nos fundos da propriedade

Fotos: Marcos Alexandre Danieli

Inserção da área estudada no PDOT¹⁵

¹⁵ Adaptado a partir do contido no Despacho - SEDUH/SUPLAN/UPLAN/COSUT (187912940). As figuras a seguir representam a proposta de poligonal do PDA anterior às adequações feitas em março de 2026.

Antes de explicitar como se dá atualmente a área proposta em relação ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT/DF), é importante ressaltar que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh/DF) é a principal responsável pela gestão, aplicação e revisão do PDOT, coordenando estudos técnicos, mobilização social, elaboração da minuta de lei e compatibilização com outras normas urbanísticas.

Dito isso, a Seduh informou ao IBRAM que, estando ciente do conteúdo da primeira versão deste Estudo, manifestou-se favorável ao mesmo, tanto quanto ao PDOT 2009, instituído pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e atualizações, quanto ao Projeto de Lei Complementar (PLC) que trata da revisão do PDOT, que se encontrava em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), sob o número PLC nº 78/2025, aprovado, posteriormente, como a LEI COMPLEMENTAR Nº 1.065, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

Em relação ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) 2009, a área proposta para o Parque Distrital das Araras estava localizada na Macrozona Rural, especificamente na Zona Rural de Uso Controlado III – ZRUC III:

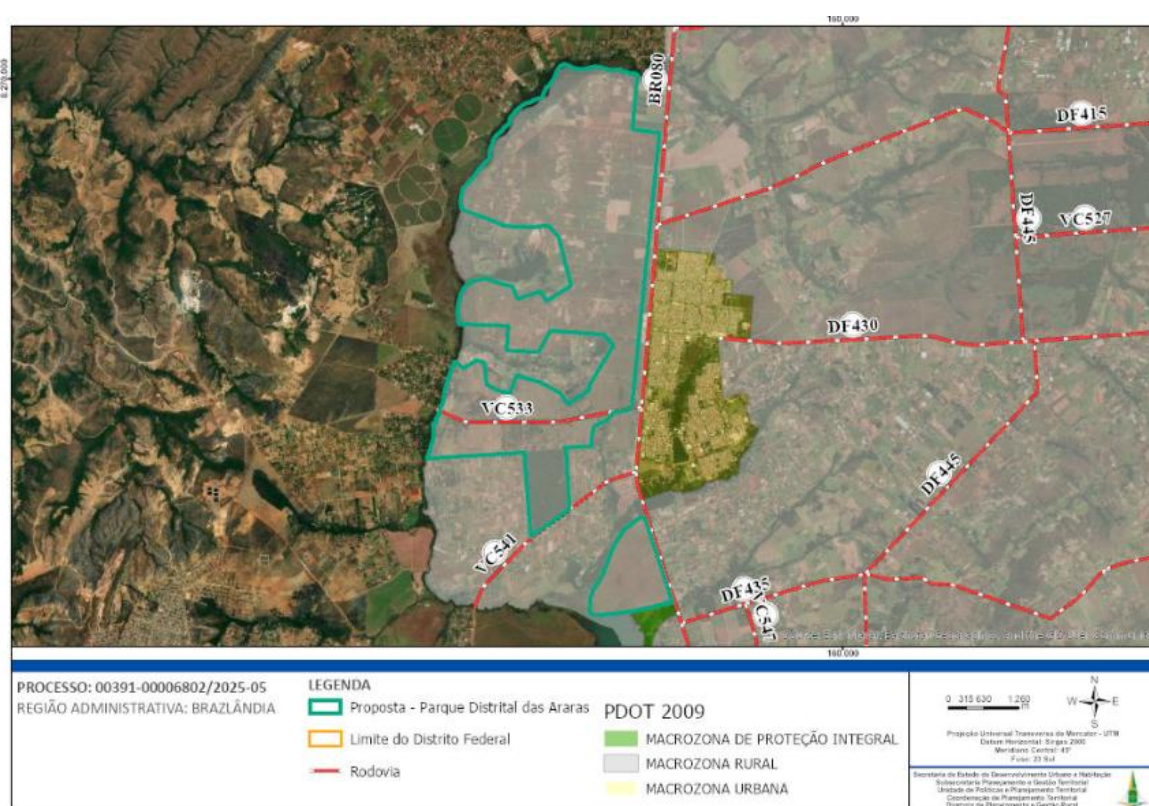


Figura 62: Inserção da área em análise em relação ao Macrozoneamento do PLC nº 75/2025: Macrozona de Proteção Ambiental

Fotos: Despacho Seduh

De acordo com o PDOT 2009, a ZRUC III possuía como diretrizes:

Art. 87. A Zona Rural de Uso Controlado é composta, predominantemente, por áreas de atividades agropastoris, de subsistência e comerciais, sujeitas às restrições e condicionantes impostos pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público.

...

Art. 91. Na Zona Rural de Uso Controlado III, deve ser observada a condição especial do lago do Descoberto, como maior manancial destinado ao abastecimento no Distrito Federal, e as correspondentes restrições de uso e ocupação compatíveis com a manutenção de suas águas em quantidade e qualidade adequadas, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - proibir o parcelamento das glebas rurais em lotes de dimensão inferior ao permitido em zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental do rio Descoberto, inclusive para chácaras de recreio;

II – proibir o desenvolvimento de culturas extensivas de ciclo curto em áreas de declividade superior a 30% (trinta por cento);

III – exigir das edificações, quando permitidas pela legislação vigente, a implantação de sistema adequado de coleta, tratamento e disposição de esgotos sanitários;

IV – proibir a disposição final de resíduos sólidos urbanos.

Conforme as diretrizes e estratégias estabelecidas na Lei Complementar nº 1.065, de 23 de fevereiro de 2026, o novo PDOT/DF, observa-se que a área em análise passou por alterações de enquadramento, encontrando-se classificada como: Macrozona de Proteção Ambiental tão logo seja efetivada a criação da UC.

Ressalta-se que as tratativas de criação de uma unidade de conservação de proteção integral na área da antiga FNB-3 foi considerada no âmbito do processo de revisão do PDOT, o que justifica a área em análise estar enquadrada na Lei nº 1.065/2026, como Macrozona de Proteção Ambiental. Cabe apontar, ainda, que os critérios técnicos utilizados para embasar tais alterações de Macrozoneamento estão detalhados no Documento Técnico de Fundamentação da Proposta de Revisão do PDOT¹⁶, disponível para consulta pública no endereço eletrônico oficial da Revisão do PDOT, conforme metodologia descrita nas páginas 34, 35, 55 e 60 do referido documento:

2.3.2. METODOLOGIA DE ATUALIZAÇÃO DO MACROZONEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

A atualização do Macrozoneamento do Distrito Federal foi estruturada em cinco etapas metodológicas, visando assegurar uma análise técnica e participativa, alinhada às demandas territoriais, ambientais e sociais do DF.

A primeira etapa consistiu na correção de divergências e inconsistências no zoneamento, dificuldades na urbanização de áreas entre Zona Rural e Zona Urbana e identificação de ocupações em locais com restrições ambientais. Assim foram realizados ajustes no macrozoneamento para mitigar conflitos entre zonas urbanas e rurais, ampliar o mapeamento de áreas vulneráveis e revisar os limites das macrozonas, a fim de adequar a situação fática de ocupação do território. A segunda etapa partiu da adequação do desenho à proposta para a estratégia de oferta habitacional, que priorizou a ocupação de vazios intra-urbanos e o adensamento de áreas consolidadas, evitando a expansão da ocupação urbana de forma desordenada. Na terceira etapa, foi elaborada a adequação da macrozona à proposta para a estratégia de regularização fundiária, que buscou solucionar a ocupação informal no território. O estudo utilizou imagens aéreas, levantamentos territoriais, dados da equipe técnica da SUPLAN e demandas da sociedade civil apresentadas no documento Leitura Comunitária, categorizando as áreas entre rural, urbana e de transição, com desconsideração das

¹⁶ In https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/Visualizador?PDF_LinksIdentifier=831

ocupações em unidades de conservação. Foram considerados critérios como tempo de ocupação, consolidação das edificações, porte e compacidade das ocupações e vulnerabilidade social. A quarta etapa tratou da atualização das Unidades de Conservação, em conformidade com a Lei Federal nº 9.985/2000, com informações obtidas com o órgão responsável pela fiscalização e monitoramento ambiental – IBRAM e, também, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Por fim, a quinta etapa envolveu a análise das contribuições da Leitura Comunitária e do Documento Diagnóstico, que permitiram identificar áreas com demanda para alteração de zoneamento, considerando padrões de ocupação, densidade construtiva, fluxo de atividades, dinâmica territorial e a presença de elementos naturais e urbanos.

Em atenção à consonância da proposta do PDA com as Estratégias de Resiliência Territorial, a figura a seguir demonstra a área proposta para o Parque considerando essas estratégias de resiliência territorial:

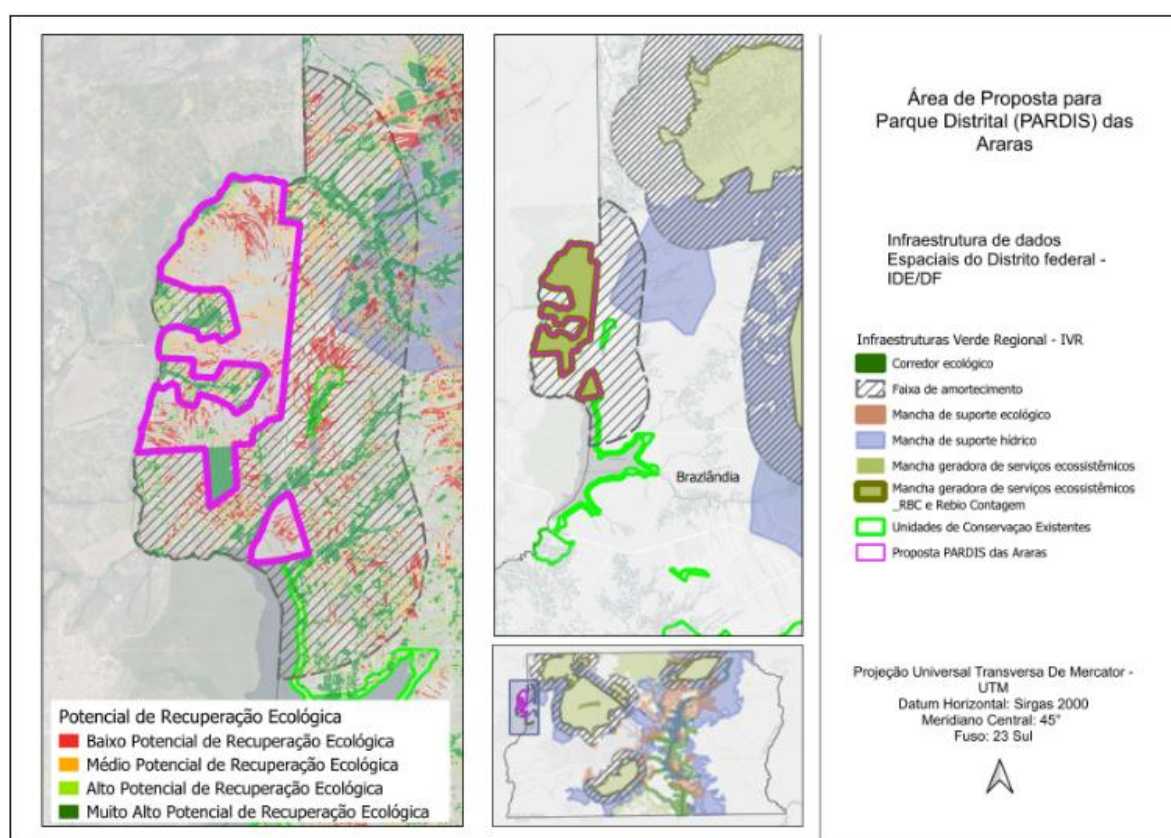


Figura 63: Área do PARDIS das Araras considerando as estratégias de resiliência territorial da PLC 78/2025 e LC Nº 1.065/2026 - PDOT.

Fotos: Despacho Seduh

Em atenção à consonância da proposta do PDA com as Estratégias de Resiliência Territorial, entre as quais a Rede de Infraestruturas Verdes Regional do Distrito Federal - IVR-DF (Art. 181 do Cap. V, Seção V, subseção II), podemos destacar:

- A **Rede de Infraestruturas Verdes Regional - IVR/DF**, visa a integração funcional entre áreas de conservação, espaços urbanos e rurais, com destaque para o fortalecimento da

conectividade ecológica e a qualificação ambiental do território, visando o fluxo biótico e de serviços ecossistêmicos. Sua composição contempla três etapas distintas e articuladas, sendo: Central, Leste e Oeste, as quais serão implementadas conforme critérios definidos em regulamento. Diante do exposto, ressalta-se que o Parque Distrital das Araras, localiza-se na Etapa Oeste da IVR-DF;

- b) Consideram-se **manchas geradoras de serviços ecossistêmicos**, áreas com porte regional, elevado potencial de geração de serviços ecossistêmicos e de conexão com a estrutura ecológica além das fronteiras do Distrito Federal de modo a favorecer a articulação de corredores ecológicos inter-regionais. De acordo com as características ambientais e dimensões do Parque Distrital das Araras, e sua categoria como unidade de conservação de proteção integral, pode ser entendido como uma mancha geradora de serviços ecossistêmicos da Etapa Oeste da IVR-DF;
- c) Destaca-se ainda que, conforme o PLC em tela, as manchas geradoras de serviços ecossistêmicos apresentam o traçado de **faixa de amortecimento** (com cunho administrativo) de 3 km ao longo da perímetro com áreas contínuas, lineares ou não, posicionadas estrategicamente em zonas com potencial para amortecer os efeitos adversos decorrentes da ocupação e uso intensivo do solo, funcionando como zonas de transição que promovam compatibilidade entre os diferentes usos, a conservação ambiental. Destaca-se que essas áreas são prioritárias para a aplicação de diversos incentivos para a promoção da resiliência territorial, como Pagamento por Serviços Ambientais, IPTU Sustentável, Crédito de Carbono e dentre outros (Título IV, Cap. IV), priorizando a segurança hídrica e alimentar, e a proteção e promoção dos processos ecológicos de suporte. De acordo com o documento técnico de fundamentação PDOT (2025, p. 288 e 292), devem ser definidas diretrizes específicas para a mitigação de impactos e adaptação socioambiental dos usos e das ocupações existentes ou em processo de consolidação nessas faixas. Tais diretrizes devem contemplar critérios e incentivos para desmineralização de áreas urbanizadas, aumento e eficácia na permeabilidade do solo, aumento da cobertura arbórea, gestão das águas, fomento à biodiversidade e promoção do bem-estar humano. Os usos e ocupações existentes ou a serem fomentados nas faixas de transição deverão adotar Soluções baseada na Natureza - SbN como estratégias de infraestrutura, sendo facultado sua articulação híbrida com redes de infraestrutura tradicional pré-existentes. Sendo autorizada a implantação de infraestrutura básica voltada ao turismo ecológico, à educação ambiental e à pesquisa científica, mediante prévia anuência dos órgãos ambientais competentes e observância à legislação ambiental vigente;
- d) Dada a importância da resiliência hídrica da bacia do Descoberto e a proximidade da Área de Proteção de Manancial - APM do Barroco e demais áreas prioritárias para promoção da resiliência hídrica - APRH, na proximidade do PARDIS das Araras há áreas importantes para a composição das **manchas de suporte hídrico** da IVR Etapa Oeste. Tais manchas configuram-se as áreas de infraestruturas da paisagem responsáveis pela segurança hídrica do Distrito Federal. Pressupõe-se o controle rigoroso do uso e ocupação do solo em áreas críticas de recarga de aquíferos, com vistas à contenção da impermeabilização e a manutenção da capacidade de infiltração da água no solo (documento técnico de fundamentação PDOT, p. 287, 291 e 292);
- e) O mapeamento do **Potencial de Recuperação Ecológica** indica as áreas com maiores tendências de fluxo de água, umidade, sedimentos e matéria orgânica na paisagem e pode ser utilizado na proposição de SbN vinculadas ao manejo sustentável de águas pluviais, bem como áreas potenciais para arborização, revegetação, conexão e reflorestamento.

Por fim, em relação à poligonal proposta para o PDA, cabe informar o previsto na revisão do PDOT, conforme o PLC 78/2025, art. 338, parágrafo único, atualizado como art. 356 na Lei Complementar Nº 1.065/2026 aprovada, que prevê a atualização do Macrozoneamento do Distrito Federal em caso de criação de unidades de conservação de proteção integral.

Art. 338. *As diretrizes específicas, previstas pelo Sistema Distrital de Unidades de Conservação, devem ser consideradas para o planejamento, a gestão e a ocupação do território.*

Parágrafo único: *O órgão gestor de planejamento territorial e urbano deve, por ato próprio, promover a atualização do Macrozoneamento do Distrito Federal em caso de criação de unidades de conservação de proteção integral ou acréscimo de áreas naquelas existentes.*

3. BASES PARA A CONSULTA PÚBLICA

A seguir se apresentam de modo sintético as principais considerações a serem levadas em conta no processo de Consulta Pública que deve seguir este Estudo Preliminar. Os mesmos estão em ordem que seus aparecem no documento, de modo que possam ser considerados juntamente com a leitura do mesmo ou isoladamente.

Antes disso e por conta da especificidade de este ano de 2026 termos eleições no Distrito Federal, a DIPUC deliberou não realizar oitivas populares durante o calendário apontado no "Manual de Condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral 2026" (em [191888069](#)). Assim, a Informação Técnica DIPUC nº 4/2026 (193761316) informa que *"o chamamento da [...] Consulta Pública presencial ocorrerá durante a primeira quinzena do mês de março próximo, a fim de que a oitiva se dê até o final da primeira quinzena de abril seguinte e se encerre no máximo até o final do mesmo mês. Ainda, a oitiva terá caráter estritamente técnico e de Política de Estado, sem promoção de mesas ou anúncio ou chamamento de lideranças de qualquer verniz ideológico para manifestação formal, indiferente do cargo que ocupe neste ou em qualquer outro órgão, no fito de não gerar palanque ou plataforma eleitoral, o que poderá vir a comprometer o processo de criação por meio de questionamentos judiciais ou de órgãos de controle, assim como implicar os servidores envolvidos em Processo Administrativo Disciplinar – PAD"*.

Esclarecido isso, vejamos agora os principais pontos deste Estudo a serem considerados na realização da oitiva:

- **Proximidade da UC com a mancha urbana e rural de Brazlândia:** a área estudada é uma das áreas críticas e prioritárias para a conservação do Cerrado na região de Brazlândia, concatenando a sua área urbana com a rural. O relativo estado de conservação da área, associado com a presença de outras UCs de diversas instâncias de gestão e a boa resiliência dos Cerrados locais, principalmente quando associado com áreas úmidas, representa uma excelente oportunidade de criação para essa UC, mesmo que hoje ela apresente algum grau de degradação.
- **Gestão conjunta com atores locais:** considerando que a gestão ideal da maioria das UCs urbanas e periurbanas deve ser conjunta com os atores locais, a Administração Regional de Brazlândia e as instâncias de gestão das outras UCs da região, o que potencializa os efeitos positivos internos e externos e permite a obtenção e permuta de aprendizados dos recursos humanos envolvidos em cada parceria estabelecida. Assim, a oitiva deve estimular tais agentes a participar do processo já neste primeiro momento de sua concepção. Além destes atores institucionais, também é importante que seja assumida uma gestão e manejo do Parque de modo a envolver a população local urbana e rural, a fim de que se conscientize de que a área será manejada em suas verdadeiras vocações regionais: a conservação, ecoturismo e recarga de aquífero de abastecimento de grande parte do Distrito Federal.
- **Categorização da UC e desapropriação:** foi visto que a categorização do Parque Distrital das Araras considerou primeiramente a possibilidade de criação de uma Floresta Distrital, de Refúgio de Vida Silvestre, assim como incorporação da área 3 da FNB na APA do rio Descoberto, mas culminou na proposição de um Parque Distrital. E a lógica de gestão de um Parque Distrital prevê a desapropriação de terras particulares como sendo premissa, enquanto a maioria das UCs de Uso Sustentável no DF, na prática, prevê isso como a última solução para se dirimir dificuldades de convivência entre as atividades de um ou mais proprietários

particulares com os objetivos de gestão da UC. Não sem razão a desapropriação de terras sempre é um tema delicado e requer muita sensibilidade e sinceridade por parte da gestão (PUTNEY & GONÇALVES, 2001). Caso seja consolidada a presente categoria de Parque Distrital, é importante que tudo seja feito à luz da documentação válida para certificação de dominialidade, assim como disposição em ouvir os eventuais posseiros, pois um processo de desapropriação não sensível pode resultar em oposição à área protegida, traduzida em atos de degradação e/ou na destruição dos recursos naturais locais, seja por meio do uso de queimadas, desmatamentos, novas ocupações e parcelamento das existentes. Portanto, se necessária, é muito importante acompanhar a desapropriação dos adquirentes de fato com uma campanha de informações oficiais, no intuito de se delinear objetivamente o processo, negociar em boa fé e com consistência, não se acordar nada verbalmente, e esclarecer rumores ou informações equivocadas ou maldosas.

- **Fauna (*apis mellifera*):** do ponto de vista conservacionista, o Plano de Manejo e a gestão da UC deve considerar a retirada de todas as caixas de *Apis mellifera* (Abelha europeia, africana ou africanizada) e outras espécies exóticas da área estudada. Entretanto, no caso de esses apiários serem utilizados com finalidade de gerar renda e sustento para a população lindeira, um manejo adequado deve ser realizado para evitar que enxameações (abandono das caixas pelas abelhas) ocorram, impedindo que a espécie se espalhe pela área da FNB, do Parque Nacional de Brasília e mesmo do futuro Parque Distrital das Araras.
- **Queimadas:** as áreas degradadas por queimadas são normalmente habitats empobrecidos, tanto em flora quanto em fauna. Com a supressão do fogo, com o tempo é ainda possível recuperar essas áreas. Portanto, é importante na oitiva informar que na área, assim que criada, poderá promover uma ação vigorosa de controle de incêndios e a eliminação do ciclo de derrubadas e queimadas.

Declaração de Significância da Área do Parque Distrital Das Araras

Considerando que a área estudada para criação do Parque Distrital das Araras já foi uma das áreas componentes da Floresta Nacional de Brasília, a área 3 desafetada dessa UC federal por meio da Lei nº 14.447/2022, a Declaração de Significância da FNB atende como sendo a do Parque no que toca ao futuro Parque Distrital das Araras.

Assim, a Floresta Nacional de Brasília em suas quatro áreas distintas (áreas 1, 2, 3 e 4) é essencial para o equilíbrio da produção de água para o Distrito Federal. Dentro de seus limites encontram-se as nascentes do córrego Currais, ribeirão Pedras, Cortado, Zé Pires, ribeirão Bucanhão, Capão da Onça, córrego do Valo e Cana do Reino. Ela protege parte da bacia do rio Descoberto, que por sua vez abastece mais de 65% da população moradora do Distrito Federal. Os mananciais da Caesb que se encontram dentro dos limites da Flona são fundamentais para a conservação hídrica e a sua existência garante a perpetuidade dos mesmos.

Suas matas de galeria e veredas são sítios para reprodução de espécies especialistas de habitat, tais como: curiango-do-banhado (*Hydropsalis anômala*), *Scinax rogerioi*, *Adenomera martinezi*, *Bokermannohyla sapiranga* e *Hypsiboas lundii*. Contribui ainda, junto com o Parque Nacional de Brasília e outros fragmentos de cerrado da região para a proteção das espécies da fauna ameaçadas, endêmicas do Cerrado e citadas no Cites, tais como: Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), Tatu-canastra (*Priodontes maximus*), Onça-parda (*Puma concolor*), Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), Raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), Anta (*Tapirus terrestris*), Veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*),

Bokermannohyla sapiranga, *Ameerega flavopicta*, *Boa constrictor*, *Eunectes murinus*, *Epicrates crassus*, *Salvator merianae*, *Salvator duseni*, *Tupinambis quadrilineatus* e *Chelonoidis carbonária*.

Ainda ligado aos ambientes hidromórficos destacam-se as espécies ameaçadas de extinção e especialistas de hábitat da flora do Cerrado: o palmito Juçara (*Euterpe edulis*) e o cangalheiro (*Lamanonia brasiliensis*). A riqueza de sua vegetação, identificadas até o momento, é de 248 espécies de plantas, divididas em 81 famílias e 148 gêneros, além de duas espécies indeterminadas segundo os levantamentos primários realizados. No cerrado sensu stricto foram encontradas 174 espécies e na Mata de Galeria 74 espécies.

A Flona de Brasília ainda abriga sete espécies de abelhas sem ferrão da subtribo *Meliponina* distribuídas em cinco gêneros. As espécies *Frieseomelitta varia* (LEPETIER, 1836) e *Partamona nhambiquara* (PEDRO & CAMARGO, 2003) são espécies coletadas na FNB que ainda não haviam sido registradas no Distrito Federal.

Ainda são registrados 16 espécies de anfíbios e 10 espécies de répteis. Tais números de riqueza de anfíbios e répteis representam 92% e 96%, respectivamente, da riqueza de espécies conhecidas para o Distrito Federal (GDF, 2013) e corroboram as estimativas feitas por ARAÚJO & COLLI (1998).

Também foram registradas 190 espécies de aves através dos levantamentos de dados primários realizados. O papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*) foi a única espécie ameaçada de extinção da lista do IBAMA (2003). Dentre a riqueza total de espécies registradas na Flona de Brasília, 13 são consideradas endêmicas do bioma Cerrado ou apresentam distribuição restrita segundo DE LUCA *et al.* (2009). Ainda, seis espécies são de interesse conservacionista em escala global, ou seja, com abrangência internacional, sendo cinco quase-ameaçadas e uma vulnerável (IUCN, 2012). A qualidade do cerrado apresentada nos estudos primários indica que a área aqui considerada é fundamental para a conservação da avifauna da capital do Brasil.

A mastofauna da Floresta Nacional de Brasília registra 24 espécies de médio e grande porte pertencentes a 8 ordens, além de espécies domésticas como cães, gatos, cavalos, bois e uma espécie de pequeno porte, o sagui *Callithrix penicillata*. Das espécies registradas no estudo primário, uma delas é endêmica do Cerrado, a raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), e quatro são ameaçadas de extinção na categoria vulnerável: o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a onça-parda (*Puma concolor*) e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*). Foram obtidos registros de gatos-domato (*Leopardus sp.*), porém, por meio dos rastros encontrados não foi possível identificar a espécie, mas cabe ressaltar que todas são ameaçadas de extinção.

Além de abrigar esta formidável riqueza de espécies, a FNB se compõe por uma área de lazer para o Distrito Federal, proporcionando aos seus visitantes educação sobre o Cerrado, práticas de esporte e contato com a natureza.

Segundo relatos dos moradores entrevistados ao longo dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília, na região do rio Descoberto durante os primeiros anos do desenvolvimento do PICAG¹⁷ haviam muitas espécies da fauna do cerrado: “[...] tinha muito bicho aqui, tinha lobo guará, capivara ainda tem muita. Tem paca, alguma coisa [...] anta, lobo, raposa, capivara, [...] meu pai caçava tatu ele era caçador, eu não sou caçador e nem pescador [...] era bagre, traíra, não tinha tilápias nem carpa,

¹⁷ PICAG: Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão, mais à frente neste Estudo se verifica capítulo que versa especificamente sobre este tema.

pirapitinga, agora o que mais pegava era bagre.” Na memória de outro morador, na paisagem da região predominava o cerrado e tinha algumas picadas para transitar a cavalo. *“Muitas pessoas iam fazer passeios, piqueniques e iam até se banhar nos riachos”,* além disso, diversos currais de cavalos foram instalados às margens do córrego que passa a receber esse nome: córrego dos Currais (SOUZA, 2012). Tais relatos evidenciam a riqueza e potencial dos atrativos locais, assim como a pressão que a área sofre, interna e externamente. Assim, a integridade da região estudada está seriamente comprometida com o processo de ocupação desordenada que vem acontecendo desde a criação da Floresta Nacional de Brasília, sendo que esse processo *“pode comprometer a qualidade e quantidade da água de mananciais responsáveis pelo abastecimento de cerca de 65% da população do Distrito Federal”* (ICMBio, 2012b).

A partir do exposto é inegável que a Floresta Distrital de Brasília possui grande significância para o Cerrado do Distrito Federal. Tal análise de relevância se aplicou à época de elaboração do planejamento desta UCs às suas quatro áreas componentes, e como a área 3 é o foco geográfico de criação do Parque Distrital das Araras, dada sua desafetação em 2022, assim como que abriga as características principais de abrigo para a fauna e a flora anteriormente citada, muito da informada relevância da FNB se aplica por diretamente ao Parque Distrital das Araras.

Por fim, além da importância local e regional anteriormente apontada, há muitas convergências de interesses e manifestações de apoio e incentivo à criação do Parque Distrital das Araras, como bem enfatiza a análise do IBRAM nas contribuições recebidas na primeira versão deste Estudo. Órgãos diversos como a SSP, Seduh, Emater, Sema, Caesb, ICMBio, ETR e Incra assim se manifestarem formalmente no Processo, o que evidencia que o interesse público defendido pelo IBRAM/DF, qual seja, o de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum essencial à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, como ordena o [art. 225 da Constituição Federal](#), também encontra guarida em outros entes distritais e federais que cuidam de outras agendas públicas. Soma-se a isso também o alinhamento pleno da criação com o PDOT vigente e o em construção através do PLC nº 78/2025, conforme indicado pela Seduh em sua manifestação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, A. A.; THOMAZ, L. S. M.; GOMEZ, C. **Threats for biodiversity in the floodplain of the upper Paraná River: effects of hydrological regulation by dams.** *Ecohydrology & Hydrobiology* v. 4, n. 3, p. 255-268, 2004.
- ALHO, C. J. R. **Biodiversity of the Pantanal: response to seasonal flooding regime and to environmental degradation.** *Brazilian Journal of Biology*: 2008, v. 68, n. 4.
- ALVES-DOS-SANTOS, I. **Bees of the Brazilian Savanna.** In: BARBOSA, A. A.; RAMIREZ, N.; Ramirez, N. (Orgs). *Tropical Biology Theme in the Zoology Session, in Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)/ UNESCO.* Oxford, Ed: Eolss Publishers, 2009.
- ANACLETO, D. A.; MARCHINI, L. C. **Análise faunística de abelhas (Hymenoptera, Apoidea) coletadas no cerrado do estado de São Paulo.** *Acta Scientiarum Biological Sciences*, v. 27, p. 277–284, 2011.
- ANDENA, S. R.; BEGO, L. R.; MECI, R. M. A. **Comunidade de abelhas (Hymenoptera, Apoidea) de uma área de cerrado (Corumbataí, SP) e suas visitas às flores.** *Revista Brasileira de Zoociências*, v. 7, p. 55–91, 2005.
- ANTONIO, R. R. et. al. **Blockage of migration routes by dam construction: can migratory fish find alternative routes?** *Neotropical Ichthyology*, v. 5, n. 2, p. 177-184, 2007.
- AQUINO, P. P. U. et. al. **Ictiofauna dos córregos do Parque Nacional de Brasília, bacia do alto rio Paraná, Distrito Federal, Brasil Central.** *Biota Neotropica*, v. 9, n. 1, p. 217-230, 2012.
- ARAÚJO, A. F. B.; COLLI, G. R. **Biodiversidade do Cerrado: Herpetofauna.** In: Relatório para subsidiar o Workshop: Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal. Conservation International do Brasil, Fundação Biodiversitas e Universidade de Brasília, Brasília, 25p.,1998.
- ARAÚJO, S. **Problemas atormentam famílias que adquiriram casas em programa do governo.** *Correio Braziliense*, Brasília, fevereiro de 2012. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/02/27/interna_cidadesdf,291133/problemas-atormentam-familias-que-adquiriram-casas-em-programa-do-governo.shtml. Acesso em 04 fev. 2013.
- BARROS, C. J. S. et al. **Relatório final da caracterização socioeconômica dos ocupantes da Floresta Nacional de Brasília – Versão II.** Projeto PNUD BRA 04/97. Carta convite Nº 006/2000. Brasília, Distrito Federal, 2001.
- BATRA, S. W. **Solitary bees.** *Scientific American*, v. 250, p. 86–93, 1984.
- BAWA, K. S. **Plant-pollinator interactions in tropical rain forests.** *Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics*, v. 21, p. 399–422, 1990.
- BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: Ecohistória do Distrito Federal - do indígena ao colonizador.** Brasília: Instituto Bertran Fleury, 2004.
- BÖHLKE, J. E. **Studies on fishes of the family Characidae.** No. 7. A new genus and species of glandulocaudine characids from Central Brazil. *Stanford Ichthyological Bulletin*, 5(1), 265-274, 1954.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Emendas constitucionais, emendas constitucionais de revisão, ato das disposições constitucionais transitórias e atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º.** Distrito Federal, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 17/10/2025.

BRASIL. **Decreto de 10 de junho de 1999. Autoriza a união a aceitar a doação de imóveis que menciona, cria a Floresta Nacional de Brasília.** Presidente: Fernando Henrique Cardoso. Diário Oficial da União, Brasília, 22 p., 11 jun. 1999.

BRASIL. **Decreto nº 88.940, de 7 de Novembro de 1983. Dispõe sobre a criação das Áreas de Proteção Ambiental das Bacias dos Rios São Bartolomeu e Descoberto.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88940-7-novembro-1983-438964-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 jan.2013.

BRASIL. **Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 56 p., 2004.

BRIGHTSMITH, D; BRAVO, A. ***Ecology and Management of Nesting Blue-and-Yellow Macaws (Ara ararauna).*** In Mauritia Palm Swamps. Biodiversity & Conservation, v. 15, n. 13, p. 4271-4287, 2006.

CAMPOS, J. E. G. **Hidrogeologia do Distrito Federal: bases para a gestão dos recursos hídricos subterrâneos.** Revista Brasileira de Geociências, v. 34, n. 1, p.41-48, 2004.

CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010. Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC.** Disponível em [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/67284/Lei Complementar 827 22 07 2010.h](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/67284/Lei%20Complementar%20827%2022%2007%202010.h). Acesso em 30/10/2025.

COLLI, G. R.; BASTOS, R. P.; ARAÚJO, A. F. B. ***The character and dynamics of the Cerrado Herpetofauna.*** In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. (Eds.). The Cerrados of Brazil: Ecology and Natural History of a Neotropical Savanna. New York: Columbia University Press, 2002, p. 223-241.

COSTA, W. J. E. M. **Descrição de cinco novas espécies de Rivulus das bacias dos rios Paraná e São Francisco (Cyprinodontiformes, Rivulidae).** Revista Brasileira de Zoologia, 6(3), 523-534, 1989.

DE LUCA, A. C. *et al.* (Orgs.). **Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil. Parte II – Amazônia, Cerrado e Pantanal.** São Paulo: SAVE Brasil, 2009.

EIGENMANN, C. H. & KENNEDY, C. H. ***On a collection of fishes from Paraguay, with descriptions of new species.*** Proceedings of the Academy of Natural Sciences of Philadelphia, 55: 497-537, pl. III-VI, 1903.

EIGENMANN, C. H. ***Preliminary descriptions of new genera and species of tetragonopterid characins.*** Bulletin of the Museum of Comparative Zoology, v. 52 (no. 6): 91-106, 1908.

FABRICIUS, J. C. ***Entomologia systematica emendata et aucta: secundum classes, ordines, genera, species, adjectis synonymis, locis, observationibus, descriptionibus.*** Volume 2. Hafniae: C. G. Proft, 1793. 519 p.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. ***Conservation and management of pollinators for sustainable agriculture – the international response***. In: FREITAS, B. M.; PEREIRA, J. O. P. (Eds.). Solitary bees: conservation, rearing and management for pollination. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2004.

FARIA, A. **Estratigrafia e sistemas deposicionais do Grupo Paranoá nas áreas de Cristalina, Distrito Federal e São João D'Alança - Alto Paraíso de Goiás**. 1995, 199 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Geociências, Brasília, 1995.

FARIA, I. P. **Registros de aves globalmente ameaçadas, raras e endêmicas para a região de Vicente Pires, Distrito Federal, Brasil**. Revista Brasileira de Ornitologia, v.9, n. 1, p. 61-69, mar. 2007.

FERNÁNDEZ-YÉPEZ, A. **Manejo de colecciones ictiológicas y nuevos arreglos de especies sulamericanas**. Ministerio de Agricultura y Cría, Caracas, 1948.

FREITAS-SILVA, F. H.; CAMPOS, J. E. G. **Geologia do Distrito Federal**. In: IEMA/SEMATEC/UnB. Inventário hidrogeológico e dos recursos hídricos superficiais do Distrito Federal. Brasília, v. 1, 86p., 1988.

GDF - Governo do Distrito Federal. **Brazlândia comemora 79 anos**. Administração Regional de Brazlândia. 2012. Disponível em <http://www.brazlandia.df.gov.br/noticias/item/2139-brazil%C3%A2ndia-completa-79-anos.html>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GDF____ **Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal**. Diagnóstico, ADASA – Agência de Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, v. 1, 2012.

GDF____ **Plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal**. Brasília: GDF, 2007. Disponível em http://www.sedhab.df.gov.br/arquivos//pdot_revisao_2007/versao_cldf/evolucao_urbana.pdf. Acesso em 25 dez. 2012.

GDF____ **Zoneamento Ecológico-Econômico do DF Subproduto 3.2. Relatório do Diagnóstico. Uso do Solo, Jurídico – Institucional, Art. Ride e Fundiário**. Vol. 3, 2010b. Disponível em <http://www.zee-df.com.br/produtos.html>. Acesso em 13 jan. 2013.

GDF____ **Zoneamento Ecológico-Econômico do DF Subproduto 3.5. Relatório de Potencialidades e Vulnerabilidade**. 2010. Disponível em <http://www.zeedf.com.br/produtos.html>. Acesso em 13 jan. 2013.

GDF____ **Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal**. Disponível em <http://www.zee-df.com.br/>. Acesso em 25 fev. 2013.

GONÇALVES, A. R. **Banco de sementes do solo de sub-bosque de Pinus sp. e de Eucalyptus sp. abandonado na Floresta Nacional de Brasília, Distrito Federal**. 2007. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2005.

GONÇALVES, G. T. D. **Geoprocessamento como ferramenta para a gestão dos recursos hídricos subterrâneos na região do Distrito Federal**. 2007. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2007.

GOTTSBERGER, G.; SILBERBAUER-GOTTSBERGER, I. ***Life in the Cerrado: a South American Tropical Seasonal Vegetation. Pollination and seed dispersal.*** Reta Verlag, Ulm, v. 2, 1998.

GREENTEC TECNOLOGIA AMBIENTAL. **Volume III: Espaços territoriais especialmente protegidos, Subproduto 3.4.** In: Zoneamento ecológico-econômico do Distrito Federal. Distrito Federal, GDF, 2011. Disponível em <http://zee-df.com.br/produtos.html>. Acesso em 10 dez. 2012.

GURGEL, H. C.; HARGRAVE, J.; ARAÚJO, F. F. S.; HOLMES, R. M.; RICARTE, F. M.; DIAS, B. F. S.; RODRIGUES, C. G. O.; BRITO, M. C. W. (2011). **Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento.** In MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (Orgs.). Dez anos de Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 220 p.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção – 2003.** Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003, Ministério do Meio Ambiente.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Zoneamento ecológico econômico da área do entorno do Distrito Federal Estado de Goiás.** Goiás: SEPLAN, 1994.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Proteção 2012. Floresta Nacional de Brasília.** Brasília, fev. 2012.

ICMBIO _____. **Plano de Manejo – Floresta Nacional de Brasília.** Volume I, Brasília, abr. 2016.

IHERING, R. VON. **Algumas espécies novas de peixes d'água doce.** Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 8 (1910), p. 396, 1911.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. ***The IUCN Red List of Threatened Species.*** Version 2012.2. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em 17 out. 2012.

KERR, W. E.; CARVALHO, G. A.; NASCIMENTO, V. A. **Abelha Uruçu : Biologia, Manejo e Conservação.** Belo Horizonte, Acangaú, 1996.

KULLANDER, S. O. ***A revision of the South American cichlid genus Cichlasoma (Teleostei: Cichlidae).*** Naturhistoriska Riksmuseet, Stockholm. I-IV + 1-296, Pls. 1-14, 1983.

LANGEANI, F. *et al.* **Diversidade da ictiofauna do Alto Rio Paraná: composição atual e perspectivas futuras.** Biota Neotropica. v. 7, p. 1-17, 2007.

LATREILLE, P. A. ***Genera crustaceorum et insectorum secundum ordinem naturalem in familias disposita, iconibus exemplisque plurimis explicata.*** Tomus III. Parisiis, Amand Koenig, 1807, 258 pp.

LEPELETIER DE SAINT-FARGEAU, A. L. M. ***Histoire naturelle des insectes. Hyménoptères.*** Tome 1. Paris: Librairie encyclopédique de Roret, 1836.

LORENZI, H.; MATOS, A. M. **Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas.** Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2005, 544p.

- LORENZI, H.; NOBLICK, L. R.; KAHN, F.; FERREIRA, E. **Flora Brasileira: Arecaceae (Palmeiras)**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2010, 368p.
- LOUSADA, E. O.; CAMPOS, J. E. G. **Proposta de modelos hidrogeológicos conceituais aplicados aos aquíferos da região do Distrito Federal**. Revista Brasileira de Geociências, v. 35, n. 3, p. 407-414, 2005.
- LUCINDA, P. H. F. **Systematics and biogeography of the genus *Phalloceros Eigenmann, 1907 (Cyprinodontiformes: Poeciliidae: Poeciliinae)*, with the description of twenty-one new species**. Neotropical Ichthyology, 6(2), 113-158, 2008.
- MALABARBA, L. R., & WEITZMAN, S. H. **A new genus and species of inseminating fish (Teleostei: Characidae: Cheirodontinae: Compsurini) from South America, with uniquely derived dermal papillae on caudal fin**. Proceedings of the Biological Society of Washington, 113(1), 154-162, 2000.
- MARCHINI, S.; CAVALCANTI, S.; PAULA, R. C. **Predadores silvestres e animais domésticos: guia prático de convivência**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, 2011. 45 p.
- MARTINS, E. S.; BAPTISTA, G. M. M. 1998. **Compartimentação geomorfológica e sistemas morfodinâmicos do Distrito Federal**. In: IEMA/SEMATEC/UnB. Inventário Hidrogeológico e dos Recursos Hídricos Superficiais do Distrito Federal. Brasília, v. 1, 53p., 1998.
- MICHENER, C. D. **The Bees of the World**. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2007.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O sistema nacional de Unidades de Conservação da natureza**. Brasília, 2011: DAP/SBF/MMA. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/250/publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf, acesso em 07/11/2025.
- MOURE, J. S.; URBAN, D.; MELO, G. A. R. **Catalogue of Bees (Hymenoptera, Apoidea) in the Neotropical Region**. Curitiba, Sociedade Brasileira de Entomologia, 2007.
- MYERS, G. S. **Descriptions of new South American fresh-water fishes collected by Dr. Carl Ternetz**. Bulletin of the Museum of Comparative Zoology, v. 68, n. 3, p. 107-135, 1927.
- NCA - ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA. **Estudo Ambiental para a Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Águas Lindas de Goiás – GO**. Brasília, 2008.
- NIJSSSEN, H.; ISBRÜCKER, I. J. H. **Aspidoras fuscoguttatus, a new genus and species of callichthyid catfish from the Amazon basin**. Bulletin Zoölogisch Museum (Universiteit van Amsterdam), v. 3, n. 17, p. 161-168, 1976.
- NOGUEIRA, C.; RIBEIRO, S.; COSTA, G. C.; COLLI, G. R. **Vicariance and endemism in a Neotropical Savanna hotspot: distribution patterns of Cerrado squamate reptiles**. Journal of Biogeography, v. 38, p. 1907-1922, 2011.
- OLIVEIRA, C. E. **Floresta Nacional de Brasília – Uso e Preservação**. 2009. Dissertação (Graduação em Biologia) - Departamento de Geografia do Instituto de Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, E. R. V. **A Floresta Nacional de Brasília: depoimento**. Entrevistadores: DICK, E.; DANIELI, M. A. Taguatinga, DF. Entrevista concedida ao Projeto de Elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília, Nov. 2012.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil e JK: a conquista do Oeste**. In: O governo de Juscelino Kubitschek. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/JK/artigos/Brasilia/conquistaOeste>. Acesso em 09 dez. 2012.

OLIVEIRA, V. M. B. **O papel da educação ambiental na gestão dos recursos hídricos: caso da bacia do Descoberto – DF**. 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OTTO, C. **Ictiofauna da Floresta Nacional de Brasília**. Brasília, DF: ICMBio, 2012. Relatório Técnico.

PEDRO, S. R.; CAMARGO, J. M. F. *Interactions on floral resources between the Africanized honey bee *Apis mellifera* L. and the native bee community (Hymenoptera: Apoidea) in a natural "Cerrado" ecosystem in southeast Brazil*. Apidologie, v. 22, p. 397–415, 2003.

PETERS, W. C. H. *Eine neue vom Herrn Jagor im atlantischen Meere gefangene Art der Gattung *Leptocephalus*, und über einige andere neue Fische des Zoologischen Museums*. Monatsb. Akad. Wiss. Berlin. 411-413, 1859.

PGIRH - Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal. **Caderno Distrital de Recursos Hídricos**. BID, ADASA, SEMARH, 111 p., 2005.

QUOY, J.R.C. & GAIMARD, P. *Description des Poissons*. In: Freycinet, L.C. de S. de (ed.), Voyage autour du monde... entrepris par ordre du roi... Exécuté sur les corvettes de S.M. l'Uranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820.... Paris, (1824-1825).

RESENDE, E. K. *Mygratory fishes of the Paraguay-Paraná basin, excluding the upper Paraná basin*. Pp. 99-156. In: CARLSFELD, J.; HARVEY, C. B.; ROSS, A. B. (Eds.). Migratory fishes of South America: biology, social importance and conservation status. Victoria, World Fisheries Trust, The World Bank and The International Development Research Centre, 372 p., 2003.

SANTIAGO, L. R. *et al.* **A fauna apícola do Parque Municipal da Cachoeirinha (Iporá, GO)**. Biota Neotropica, v. 9, p. 393–397, 2009.

SANTOS, R. P., POSSAPP, J. J. [Coords.]. **Plano de Manejo do MONACC - Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono**. Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA. São Félix do Tocantins: TO, 237 p., 2013.

SGM - Superintendência de Geologia e Mineração. **Mapa Geomorfológico do Estado de Goiás: Relatório Final**. Goiânia, 81 p., 2005.

SICK, H. **Ornitologia Brasileira**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

SILBERBAUER-GOTTSBERGER, I.; GOTTSBERGER, G. **A polinização de plantas do cerrado**. Revista Brasileira de Biologia, v. 48, p. 651–663, 1988.

- SILVA, M. D. **Caracterização do meio físico da região de Águas Lindas - GO: Subsídios para a gestão dos recursos hídricos subterrâneos**. 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, 2003.
- SILVEIRA, F. A.; MELO, G. A. R.; ALMEIDA, E. A. **Abelhas Brasileiras: Sistemática e Identificação**. Belo Horizonte, 2002.
- SILVEIRA, L. G. G.; LANGEANI, F.; DA GRAÇA, W. J.; PAVANELLI, C. S.; BUCKUP, P. A. **Characidium xanthopterus (Ostariophysi: Characiformes: Crenuchidae): a new species from the Central Brazilian Plateau**. Neotropical Ichthyology, v. 6, n. 2, p. 169-174, 2008.
- SMITH, F. **Descriptions of Brazilian Honey Bees belonging to the Genera Melipona and Trigona, which were exhibited, together with Samples of their Honey and Wax, in the Brazilian Court of the International Exhibition of 1862**. Trans. Entomol. Soc. London: 1863.
- SOARES NETO, G. B. **Contribuições metodológicas para a determinação de dados morfométricos e elaboração de cartografia geomorfológica digital: Bacia Sonhém – DF**. 2011. 56 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2011.
- SOARES NETO, G. B. *et al.* **Methodological procedures of digital geomorphological cartography in brazilian Central Plateau**. In: 8e Conférence Internationale de Géomorphologie de l'AIG, 2013.
- SOUZA, C. C. **Estabelecimento e crescimento inicial de espécies florestais em plantios de recuperação de Matas de Galeria no Distrito Federal**. 2012. 91 f. Tese (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade de Brasília, 2012.
- TERRACAP - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal. **Despacho nº 1269/2013 – NUANF**. Expediente nº 006.479/2013. Interessado: 3º Prodema. Assunto: Situação fundiária. Brasília, jun. 2013.
- TRAVASSOS, H. **Ictiofauna de Pirassununga**. II. Sobre Characidiinae H. Travassos, 1952 (Cypriniformes - Characoidei). Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Zoologia, Nova Série, n. 135, p. 1-14, 2 tabs, 1956.
- VALDUJO, P. H. *et al.* **Anuran Species Composition and Distribution Patterns in Brazilian Cerrado, a Neotropical Hotspot**. South American Journal of Herpetology v. 7, n. 2, p. 63-78, 2012.
- VALERIANO, M. M. **Programação do cálculo da declividade em SIG pelo método de vetores ortogonais**. Espaço e Geografia, v.5, n.1, p.69-85, 2005.
- VILLALOBOS, E. A.; BAGNO, M. A. **Variação na abundância do maracanã-do-buriti Orthopsittaca manilata e produção de frutos em Mauritia flexuosa**. Revista Brasileira de Ornitologia, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 26-29, 2012.
- ZAWADZKI, C. H.; PAVANELLI, C. S.; LANGEANI, F. **Neoplecostomus (Teleostei: Loricariidae) from the upper Rio Paraná basin, Brazil, with description of three new species**. Zootaxa, v. 1757, p. 31-48, 2008.
- ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico. **Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal**. 2011. Disponível em <http://www.zee-df.com.br/produtos.html>. Acesso em 05 mai. 2013.